



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

**ERNESTO GEISEL**

# **DISCURSOS**

**VOLUME III**

**1976**

ASSESSORIA DE IMPRENSA  
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

*Fevereiro de 1977*

ERNESTO GEISEL

# DISCURSOS

VOLUME III

1976

ASSESSORIA DE IMPRENSA  
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

1977



12 DE JANEIRO DE 1976.

IMPROVISO POR OCASIAO DA ASSI-  
NATURA DO DECRETO CRIANDO O  
«PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO SOCIO-  
ECONÔMICA DO NORDESTE PARAENSE».  
NA SEDE DA SUDAM, EM BELÉM DO  
PARÁ.

Ao aprovar este programa, que me foi proposto através dos Ministérios do Interior e Planejamento, com origem nos trabalhos desenvolvidos pela SUDAM, devo ressaltar a característica especial de que se reveste, bem diversa — como aliás o superintendente da SUDAM assinalou, com dados sobre os pólos de desenvolvimento da Amazônia — dos que aprovamos anteriormente.

Trata-se, na realidade, de um esforço de recuperação numa área em que a população já se apresenta com maior densidade, área que teve um passado de prosperidade e que por várias circunstâncias não acompanhou o desenvolvimento geral do país. É preciso que ali se produzam fatos novos, sobretudo tecnológicos, para que possa ressurgir e corresponder às necessidades de trabalho da população.

Reconheço ser um esforço superior às possibilidades próprias da região e do Estado, portanto esta é uma ação em que o Governo Federal vai se empenhar, visando à concretização deste programa. Sem dúvida, é uma parte importante o planejamento que se fez; mas nunca esqueçamos de que, no fundo, o problema está sempre na execução. É preciso que a execução seja perseguida com tenacidade e nela

se empenhem todos os esforços. O problema não será só da área federal, será do Estado, dos municípios e, sobretudo, da comunidade. Se conseguirmos, através de nossa ação e persuasão, congregar todos esses esforços, somá-los, sem dúvida teremos um bom resultado.

4. DE FEVEREIRO DE 1976.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, APÓS REUNIÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, POR OCASIAO DA ASSINATURA DO DECRETO QUE CRIOU O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - PRONAN.

Convoquei esta reunião de membros do Conselho de Desenvolvimento Social e de outros Órgãos integrados ao Governo, inclusive da ARENA, para, numa cerimônia singela, tomarmos conhecimento e assinarmos os atos relativos a um trabalho que o Governo vem de concluir que é o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição.

Este Programa, que acabo de aprovar e que será complementado em Projeto-de-lei, acredito seja de extraordinário alcance social e se enquadre dentro dos princípios de meu governo. Descendo um pouco a detalhes, o Programa está estruturado, praticamente, segundo dois setores: um, de assistência direta às áreas menos favorecidas ou aquelas de que devemos cuidar, tendo em vista principalmente o futuro.

Neste sentido, o Programa visa a dar uma assistência direta, sob o ponto-de-vista alimentar, à gestante, à nutriente, às crianças de 0 a 6 anos de idade e também às crianças de idade escolar de 7 aos 14 anos.

Trata-se de Programa que já existiu, de certa forma, muitas vezes de maneira embrionária e que agora será melhor sistematizado, desenvolvido, com

maiores recursos. Há ainda, dentro deste mesmo quadro, uma melhor assistência ao trabalhador através das empresas onde esses trabalhadores funcionam. Estimula-se a empresa, através de uma dedução no Imposto de Renda, a que tenha incentivo para proporcionar aos trabalhadores de menor salário, ou aqueles mais necessitados, uma alimentação adequada.

É óbvio que os reflexos e os resultados dessa atuação são altamente promissores e inclusive para a própria empresa que terá, sem dúvida, um melhor rendimento do trabalho de seus empregados.

Há uma segunda parte, de caráter mais geral e que é, sem dúvida, a longo prazo, a mais importante, que visa de um lado racionalizar a alimentação e de outro lado incrementar a produção, de modo que possamos dispor de maior quantidade de alimentos, melhores e a menores custos. É necessário um programa de amparo ao pequeno produtor.

É necessário um programa que vise substituir determinados alimentos e torná-los mais acessíveis à população, não só em preços e em quantidade, como em qualidade. Há necessidades de estudos e ação que visem modificar em parte nosso regime alimentar. Nós dispomos, hoje em dia, de alimentos em quantidade que ainda não são utilizados por grande parte da população. Um exemplo é o milho, cereal de grande produção no País e que tem pouca participação na alimentação do povo brasileiro. É uma questão de hábito alimentar. Outro alimento

que está surgindo numa escala extraordinária no País é o soja. Conseguiu introduzir-se em nosso hábito alimentar no que se refere ao óleo, que em pouco tempo praticamente substituiu a gordura animal. Mas há uma infinidade de outros produtos de soja que ainda não figuram na alimentação dos brasileiros. E no entanto é um alimento muito mais barato e nutritivo pelo seu teor alimentício. Nesse sentido, vão ser desenvolvidos programas visando à seleção desses alimentos, a sua preparação, a sua industrialização para, progressivamente, num trabalho de persuasão, modificarmos certos hábitos alimentares de nossa população. Acredito, a longo prazo, nos resultados que poderemos colher com este procedimento. Por outro lado, o programa prevê a complementação de certas deficiências de nossos alimentos, como vitaminas, sais minerais e outros produtos em que esses alimentos são carentes.

Este programa, na sua elaboração, contou com a colaboração de diferentes Órgãos. Foi essencialmente elaborado pelo IPEA, em colaboração com o Ministério da Saúde. Mas os demais Ministérios envolvidos, na área social principalmente, como o da Previdência e Assistência Social, o do Trabalho, o da Educação, o próprio Ministério do Interior e o Ministério da Agricultura, contribuíram proveitosamente para que conseguíssemos montar este programa.

Contamos também de forma muito valiosa com a colaboração dos companheiros da ARENA. Vimos na ARENA, como partido do governo, um interesse

muito grande nesse programa e na sua execução. Encontramos no partido uma série de sugestões e colaborações que foram incluídas no programa. Isto me permite dizer que o programa é do governo, mas é também do partido do governo. Nós caminhamos juntos não só na elaboração do programa, como vamos caminhar juntos na sua execução.

Trata-se de um programa extraordinariamente difícil, não só pelos recursos envolvidos, mas também pela sua execução, porque é de execução descentralizada. Tem partes que estão afetas a diferentes Ministérios dentro da estrutura já pré-existente. Nós não vamos criar estruturas novas. O Min. do Trabalho, o Min. da Educação, o Min. da Saúde, o da Previdência Social, o Min. da Agricultura, todos vão trabalhar dentro desse Programa com as estruturas existentes. Mas vão trabalhar sob uma coordenação única, que é a do INAN. E ter diferentes Ministérios trabalhando num problema comum é um fato não muito antigo na nossa organização administrativa, é relativamente novo e eu reputo de alta significação. Implica, sem dúvida, num grande poder de coordenação. No caso, a coordenação será exercida pelo INAN, e se torna possível, graças à instituição do Conselho de Desenvolvimento Social, em que esses Ministérios são representados, onde os problemas são discutidos e obtêm, por fim, a minha aprovação e minha decisão final. Mas quero destacar, como fato saliente deste programa, uma característica que os Governos da Revolução vêm adotando: a de obterem, progressivamente, uma

melhor coordenação dentro do próprio Governo, dentro do poder executivo. Afora, evidentemente, o bom relacionamento com o Poder Legislativo, de quem, em última instância, dependem as leis que nos permitem realizar serviços como este.

Acho que o Programa é importante, a sua execução não vai ser fácil, mas nós todos nos empenharemos para que ele tenha um bom resultado, certo de que é um Programa de desenvolvimento social e é um programa da Revolução.

Muito obrigado.



17 DE FEVEREIRO DE 1976.

IMPROVISO PRONUNCIADO NO PALACIO DA LIBERDADE, EM BELO HORIZONTE, POR OCASIAO DA AUDIENCIA CONCEDIDA A PREFEITOS DE MINAS GERAIS.

Agradeço o apoio de vocês que, embora não acreditem, vale muito. Pode parecer que não, mas, como todos os outros homens que trabalham, o Presidente é um homem comum. O Presidente pode parecer o senhor todo poderoso, que pode tudo, mas isto não é verdade. É apenas um homem que carrega uma responsabilidade muito grande.

O Brasil é um grande país. São 8 milhões de quilômetros quadrados, que precisam ser protegidos. São 110 milhões de habitantes que precisam comer, que precisam comprar roupas, que precisam se educar e conseguir empregos. E tudo isto é responsabilidade do coitado do Presidente.

A decisão é sempre do Presidente da República, mas ele só pode realizar se tiver gente, se tiver apoio.

Um homem só não vale nada. O homem vale pela compreensão que recebe, a união faz a força. Todos nós erramos, mas o importante é acertar nas grandes coisas e errar nas pequenas, o importante é conciliar os erros e os acertos. Eu assino por dia cerca de mil papéis. Posso errar. Uns 20 ou 30 podem estar errados. Mas os assuntos mais importantes eu levo para casa. Leio à noite, de madrugada, nos sábados e domingos. Vocês são trabalhadores

e eu também sou como vocês, e me orgulho do meu trabalho.

O Brasil é grande, tem um povo bom, precisa crescer. Precisamos nos desenvolver, pois só à medida que tivermos melhores salários e melhores níveis de vida podemos estar satisfeitos. Mas uma coisa é certa: a riqueza não virá com um tirando dos outros.

Homem não é máquina. O cérebro é divino. Cabeça não é somente ornamento, não é, e se soubermos usar a cabeça daremos um futuro melhor a nossos filhos. Se vocês olharem para trás e virem o que era o país há dois anos, há três, há 10 anos, verão que muita coisa mudou.

Uma classe única. Eu não aceito esta balela que querem nos impingir: a luta de classe. Somos uma classe única. Aqui não há patrão inimigo do empregado, empregado inimigo do patrão. Isso é um jargão que vem da Europa, no Brasil não há isso. É para resolver as divergências temos a Justiça do Trabalho, que é a melhor do mundo.

É uma grande contribuição do Presidente Vargas, ela pode precisar de ser aprimorada. Melhorar os juízes.

Mas tenham confiança. Não em mim, mas no Governo, no Legislativo, no Judiciário. Vamos respeitar os direitos dos trabalhadores. E se alguém acha ruim o Brasil, que abra a janela.

Não se deixem envolver pela cizânia que o comunismo quer introduzir. Não se deixem envenenar.

Tenho fé no meu trabalho e no dos senhores. Os homens nascem e morrem. Infeliz daquele que é vaidoso, porque amanhã está apodrecendo no cemitério.



18 DE FEVEREIRO DE 1976

DISCURSO PROFERIDO NO PALACIO DA LIBERDADE, EM BELO HORIZONTE, NO ALMOÇO OFERECIDO PELO GOVERNADOR DE MINAS GERAIS, APÓS SAUDAÇÃO DO PRESIDENTE NACIONAL DA ARENA. DEPUTADO FRANCELINO PEIREIRA.

Meus senhores,

Em Minas Gerais, na luta e na angústia dos Inconfidentes, se deu forma e conteúdo aos ideais brasileiros de liberdade. É em Minas, onde a ação política constante e amadurecida se define em termos de grandes objetivos nacionais, que se localiza um dos mais fortes e firmes redutos de defesa do Brasil como país livre, rico e independente.

Daqui partiram os mais significativos brados de alerta, nos momentos críticos de nossa vida política.

Aqui se concentra o mais antigo e denso núcleo cultural do interior do país que, por seu isolamento geográfico nos primórdios da formação da nacionalidade e maior dificuldade de acesso às facilidades externas, conseguiu forjar uma cultura própria, um modo de conviver com a natureza brasileira, e dela prover suas necessidades, e um elevado grau de percepção dos problemas com que se defronta o país.

Senhores, me é muito grato estar hoje, entre vós, em terras mineiras.

Alegra-me constatar que o Estado se encontra cada vez mais engajado — seguindo os ideais de

nossa Revolução — na luta pelo desenvolvimento, perfeitamente ajustado ao esforço nacional de superação dos obstáculos que têm dificultado a nossa emergência como grande nação.

É profundamente importante o papel de Minas Gerais no processo brasileiro de desenvolvimento.

A par de suas próprias potencialidades, evidenciadas desde logo pela sua posição geográfica e extensão territorial, e traduzidas objetivamente pela riqueza em recursos humanos, minerais e agropecuários, Minas constitui suporte básico de grande parte do esforço de integração territorial que o país vem procurando desenvolver nos últimos anos.

A integração espontânea em novas regiões no processo de desenvolvimento econômico e social, em nosso sistema econômico, realiza-se quase sempre em prazos longos, muito além do que desejamos.

A forma de diminuir esses prazos é a de atuar conscientemente no sentido de desconcentrar geograficamente a produção e, com ela, o emprego, a urbanização e a riqueza em geral, dentro de padrões a serem atingidos nos prazos definidos pela Nação Brasileira.

Assim, somente através de uma atuação nacional orientada para o fortalecimento de pólos alternativos aos já existentes — e Minas desempenha estratégica função nesse modelo — é que conseguiremos criar os necessários «pontos de apoio» para a interiorização racional do desenvolvimento, objetivo claramente definido por seu governo no II PND.

Por isto, está o governo federal, complementando a ação do governo mineiro, empenhado em concretizar, no Estado, grandes projetos que permitam não apenas fornecer suporte a seu desenvolvimento, mas também orientá-lo no sentido de atender ao objetivo maior do desenvolvimento integral do país, com a incorporação ao processo de todo o nosso vasto espaço interior.

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), abrangendo Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, permitirá, no período de 1975/1979, que mais de 3 milhões de hectares de cerrados sejam integrados ao processo produtivo, e envolverá aplicações superiores a Cr\$ 12 bilhões. Essa ocupação de novas áreas agrícolas, realizada de forma sistemática e racional, através da conjugação da pesquisa, promoção, assistência técnica, crédito rural orientado e ampliação da infra-estrutura básica de apoio, representa importante avanço no sentido do fortalecimento da base produtiva do país e da integração nacional.

A inclusão de considerável parcela do território mineiro dentro do programa da região geo-econômica de Brasília e o esforço que se realiza pelo desenvolvimento do norte do Estado, seja através da aplicação de política de incentivos fiscais, seja através de programas específicos como o do Vale do Jaíba, são outros exemplos de projeto que se enquadram dentro de objetivos maiores do desenvolvimento brasileiro.

Empenha-se o governo federal, juntamente com o governo estadual, sob a dinâmica e esclarecida

direção do governador Aureliano Chaves, em viabilizar em Minas outros grandes projetos de interesse nacional. O aproveitamento das vastas disponibilidades de fosfatos na região de Patos de Minas, a execução dos projetos de fertilizantes, através de subsidiárias da Companhia do Vale do Rio Doce — VALEP e VALEFERTIL, e o apoio à conclusão do projeto da ARAFERTIL, em Araxá, tornam o desempenho de Minas, estratégico, para que consigamos, até o final da década, a pretendida auto-suficiência em fertilizantes fosfatados. Aqui se concentram, também, os esforços de expansão da atividade mineradora, que tem fornecido ao país crescentes volumes de divisas e se desenvolvem gigantescos projetos vários, de ferrovias e rodovias, que permitirão superar os grandes problemas de interligação entre as áreas produtoras e consumidoras do país.

Com o apoio federal e mercê da adequada política econômica conduzida pelo governo mineiro, assiste-se à expansão integrada do parque manufatureiro do Estado, a modernização das atividades agrícola e pecuária e o avanço crescente na capacidade de absorção e criação de tecnologia em todos os campos econômicos e sociais. Minas prepara-se e equipa-se para aumentar, cada vez mais, a sua participação no desenvolvimento brasileiro.

Aqui tive a satisfação de aprovar várias iniciativas que traduzem, a nível regional, a execução concreta de algumas das mais importantes diretrizes da política econômica e social postas em prática pelo governo.

Na área siderúrgica, efetiva-se a aprovação federal a um dos mais antigos anseios de Minas Gerais, que é a construção da AÇOMINAS e, simultaneamente, assinala-se a cobertura formal da SIDERBRÁS ao projeto da siderurgia Mendes Júnior. Ambas as iniciativas ajustam-se adequadamente ao esforço nacional de obtenção de auto-suficiência em produtos siderúrgicos e deverão fortalecer, cada vez mais, a posição de Minas como grande centro da siderurgia brasileira.

Os termos estaduais, a expansão da siderurgia, através da implantação dos projetos citados, da ampliação da USIMINAS e de outros, representará não apenas substancial acréscimo na oferta de empregos, mas também maior possibilidade de integração do processo industrial mineiro, que experimenta, hoje, período de excepcional crescimento na área das indústrias de ponta, especialmente a metalmeccânica e de veículos.

Estou aprovando também a liberação de recursos da ordem de Cr\$ 300 milhões, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, para o início dos trabalhos do programa prioritário de obras da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tais recursos, que viabilizam uma aplicação total de cerca de Cr\$ 1 bilhão, apenas em 1976, marcam o início efetivo da execução, na área metropolitana da capital mineira da nova política urbana brasileira que visa, em última análise, a humanizar as nossas grandes cidades, através de soluções racionais para os seus problemas básicos, da disciplina de seu crescimento

e do ajustamento de suas funções ao papel que lhes está reservado exercer nas regiões onde se inserem. Enquadra-se essa ação direta sobre as grandes cidades dentro de uma política mais ampla de estimular, também, o crescimento das cidades de porte médio, de forma a neutralizar as pressões sobre as metrópoles e viabilizar um modelo de crescimento urbano mais equilibrado para o país. Não se restringirá, portanto, o apoio federal, apenas a projetos como o que hoje se aprova para Belo Horizonte. O programa de cidades de porte médio, já em fase final de elaboração, permitirá que outros centros urbanos de menor porte recebam orientação técnica e recursos para conduzir racionalmente o seu crescimento e melhor desempenhar o seu papel como áreas de contenção das pressões demográficas sobre as grandes cidades e de pontos de apoio para o processo de descentralização do crescimento industrial.

Através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, dois projetos de grande importância, somando mais de Cr\$ 1 bilhão de apoio financeiro, podem dar idéia concreta da dimensão da política social que se executa no país. A construção do Campus da Universidade Federal de Minas Gerais e o projeto de ampliação da rede escolar de ensino do 1º grau, a ser executado através da Secretaria de Educação do Estado, demonstram a firme intenção do governo federal de viabilizar as grandes metas propostas no II PND para a área de educação, e de fornecer aos estados o necessário apoio para que a execução dos projetos educacionais se processe de forma cada vez mais descentralizada.

Senhores,

O Brasil vive um dos seus momentos históricos mais importantes. Mercê do crescimento acelerado dos últimos anos, notadamente a partir de março de 1964, fruto da tenacidade que é característica do povo brasileiro, atingimos o limiar de grande nação.

Nada poderá nos impedir, agora, de alcançar a almejada meta de propiciar ao nosso povo o bem-estar que ele merece. Depende de nós mesmos, da firme convicção do que somos capazes de fazer, superar os obstáculos que se antepõem ao desenvolvimento e continuar a arrancada em direção a um futuro melhor.

Essa tarefa, no entanto, exige o esforço, a participação e o empenho de todos os brasileiros. Desde o político e o técnico até o trabalhador e o estudante, desde o gaúcho das fronteiras, o homem das montanhas de minas, o arrojado povoador do centro-oeste, o sofrido povo nordestino até o desbravador da Amazônia, todos devemos unir os nossos esforços em torno do grande ideal de transformar rapidamente o Brasil em nação poderosa e rica.



12 DE MARÇO DE 1976.

SAUDANDO O PRESIDENTE STROESSNER,  
DO PARAGUAI, EM PRESIDENTE PRU-  
DENTE — SP, POR OCASIAO DA V EX-  
POSIÇÃO INTERNACIONAL DO NELORE.

Senhor Presidente,

Interpretando os sentimentos da Nação brasileira e sua especial amizade para com o povo paraguaio, dou as boas vindas a Vossa Excelência. A sua honrosa presença em solo brasileiro proporciona-me a satisfação de transmitir-lhe, mais uma vez, Senhor Presidente, a expressão de constante fraternidade.

Recordo, sensibilizado, minha recente visita à capital guarani, quando fui cercado de generosas demonstrações de simpatia. Ali pude também ter o testemunho da comunhão de ideais que nos animam e do entendimento que felizmente prevalece entre nossos dois Governos, em todo o amplo campo das relações paraguaio-brasileiras.

Os atos celebrados há apenas três meses já começam a frutificar. Revelam eles, em seu significado mais íntimo, o límpido desejo de cooperação que entre nossos povos existe, fundado sobre os princípios do respeito mútuo, da justiça e da eqüidade. O Tratado de Amizade e Cooperação, cujos instrumentos de ratificação espero, em breve, sejam trocados, é significativa demonstração do desígnio que nos anima de dar maior amplitude ao relacionamento recíproco.

No quadro promissor de entendimento e boa vizinhança, em que novas oportunidades de cooperação recebem invariável acolhida de parte a parte, não posso deixar de, mais uma vez, mencionar a grandiosa empresa energética em que estamos mútua e irreversivelmente empenhados. Em plena atividade de construção, iniciado o desvio do Rio Paraná, e tendo já comprovado a sabedoria dos princípios jurídicos e dos esquemas técnico-administrativos que regem a grande tarefa, Itaipu vem sendo um belo exemplo do que podem realizar paraguaios e brasileiros, unidos para um fim comum.

Senhor Presidente,

Há quase um ano, tive o prazer de receber Vossa Excelência em Campo Grande, durante a Trigésima Sétima Exposição Agropecuária e Industrial daquela cidade. Naquela oportunidade, fiz referência ao processo que o Brasil e o Paraguai atravessam, com a aceleração das transformações de caráter econômico e social em cada país.

Hoje, nesta próspera cidade da região da Alta Sorocabana, fundada há pouco menos de sessenta anos, Vossa Excelência poderá testemunhar o processo dinâmico a que aludi. A cidade de Presidente Prudente nasceu do alargamento da fronteira agrícola e expandiu-se após a chegada da ferrovia que acompanhou a marcha do café pelo Planalto Paulista. Sobre a sólida base agropecuária que soube vigorosamente erigir e manter em expansão, como tão claramente o demonstra a Quinta Exposição Inter-

nacional de Neloire, Presidente Prudente diversificou suas atividades produtivas, de modo a abranger também o setor manufatureiro, que hoje se desenvolve intensamente. Essa é uma evolução presente na maioria das cidades do Estado de São Paulo que tão cordialmente nos hospeda. É a marca que vemos repetir-se, em tantas outras cidades brasileiras como a vemos repetir-se, também, do outro lado das nossas fronteiras, no Paraguai. Presidente Prudente tem, ainda, um destino que a liga, em seu futuro, ao que une nossos dois países. Enraizada sobre o espigão divisor de águas de dois expressivos tributários do rio Paraná, ela receberá a influência progressista da grande obra em condomínio que, em Itaipu, estamos erigindo.

Estou persuadido, Senhor Presidente, de que compartilhamos das mesmas aspirações de promover o progresso de nossos respectivos países, não só para o usufruto das gerações presentes, mas também para o permanente benefício de ambas as Nações. Estamos cõscios, porém, de que o crescimento econômico não responde, por si só, às exigências inalienáveis do bem comum. Dedicamos, por esse motivo, os melhores esforços para que os dividendos do crescimento econômico se ajustem e correspondam às exigências da justiça social.

Senhor Presidente,

O encontro, que hoje me é grato manter com Vossa Excelência, propicia a oportunidade para o intercâmbio de opiniões sobre a atualidade interna-

cional e sobre temas regionais de interesse mútuo. Assim, podemos retomar o diálogo direto sobre temas de interesse bilateral e nos regozijar com o excelente desenvolvimento dessas nossas relações.

Com o pensamento voltado para as avenidas que se abrem à colaboração entre nossos povos, em nome da Nação brasileira e no meu próprio, levanto minha taça pela grandeza e prosperidade do Paraguai e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência.

15 DE MARÇO DE 1976.

IMPROVISO RESPONDENDO A SAUDAÇÃO DO MINISTRO ARMANDO FALCAO, NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DO SEGUNDO ANIVERSARIO DO GOVERNO GEISEL.

Agradeço os cumprimentos que me trazem no dia de hoje, os que me deram pessoalmente e, agora, através das palavras do Ministro Falcão. Porém, mais que os cumprimentos e as palavras do Ministro eu vos agradeço, passados esses dois anos, a cooperação que me têm dado.

Tenho procurado desincumbir-me desta missão, da responsabilidade que recai sobre mim, fazendo-me presente, participando dos problemas, enfrentando-os, dando-lhes a solução possível e melhor, numa luta diária. Mas evidentemente, tal esforço, esse meu trabalho, em si, não teria valor, nem teria significação, não fora a cooperação constante, permanente, atenciosa e diligente dos senhores ministros.

Vale dizer, o que eu faço não tem valor por si mesmo, passa a ter valor a partir do momento em que as idéias e os atos tornam-se reais pela ação dos diferentes ministérios.

Assim, eu e os Senhores formamos um conjunto, este, realmente, o Governo. O Governo não é o Presidente da República, nem seus vinte e um ministros de Estado; o conjunto, essa união que conseguimos estabelecer através desses anos é que tem uma significação real no quadro brasileiro.

Por isso, da minha parte também lhes agradeço pela compreensão e cooperação, torno a repetir, que me propiciaram. Foram dois anos que — com todas as dificuldades que apresentaram e as angústias que por vezes nos causaram — correram rápidos, se escoaram celeremente. Acredito que essa rapidez com que se passaram é decorrente da permanente excitação da ação em que estivemos, é consequência do trabalho constante que nos absorve.

Quando uma pessoa está ocupada e inteiramente dedicada a sua missão, o tempo passa velozmente. Esper o que os anos que faltam corram com a mesma velocidade e que, em breve, tanto eu como os Senhores, nos livremos deste pesado fardo — nobre, sem dúvida, e honroso, mas extraordinariamente pesado, a missão de conduzir a seus rumos, responsabilmente, este imenso país, velando pelo interesse de sua população e pelo seu bem-estar.

Muito obrigado.

19 DE MARÇO DE 1976.

IMPROVISO EM MARECHAL CANDIDO RONDON, NO PARANA, POR OCASIAO DA CERIMONIA DE INICIO OFICIAL DA COLHEITA DE SOJA E DA ENTREGA DE TITULOS DEFINITIVOS DE PROPRIEDADE RURAL A AGRICULTORES DO OESTE PARANAENSE.

Vim hoje aqui conviver com os senhores nesta terra por algumas horas. A motivação formal desta minha vinda se refere a três eventos que hoje aqui se realizam. Em primeiro lugar, o início oficial da safra da produção de soja. Em segundo lugar, a inauguração de um empreendimento relacionado com a eletrificação rural. Em terceiro, a distribuição de cerca de três mil títulos de propriedades a agricultores. Os três fatos, os três eventos, se sintonizam. No seu simbolismo, representam um extraordinário alcance. O início de uma safra sempre é motivo de regozijo e de satisfação; é o prêmio que a natureza proporciona para quem tem trabalhado rudemente o solo, a terra que lhe pertence. É a recompensa, como disse, de um trabalho feito com o suor, com dificuldade, enfrentando intempéries. É, pois, e sempre foi assim através da história, um acontecimento de extraordinária significação e representação e que sempre se comemora com grande alegria. O segundo, a eletrificação rural, é também de um extraordinário valor; além da significação que tem no sentido associativo, representa um extraordinário avanço porque permite ao homem rural usar dos benefícios da energia elétrica. E, finalmente, a distribuição de títulos de propriedade tem uma signi-

ficação extraordinária, sobretudo nesta terra do Paraná, que viveu anos e anos de luta, lutas ferozes, lutas com vítimas, em torno do problema da propriedade do solo. Acho, assim, altamente justificada a minha vinda a esta região para, junto com vocês, participar desses três acontecimentos. No que se refere propriamente à produção, dispenso-me de reproduzir as palavras proferidas pelo Ministro Paulinelli. O Brasil precisa produzir mais e precisa produzir melhor; o Brasil tem na sua zona rural, na agricultura e na pecuária, a base de sua expressão econômica — vale dizer o seu desenvolvimento nesse setor, com reflexo em tudo o que mais há na vida nacional. Nós temos que desenvolver a nossa pecuária e a nossa agricultura; temos que crescer em quantidade e em qualidade. Temos extraordinárias condições para isso. Em primeiro lugar, uma base física imensa. O Brasil tem oito milhões e meio de quilômetros quadrados e apenas uma pequena parcela dessa área está hoje realmente aproveitada. Temos, por outro lado, 110 milhões de brasileiros que precisam comer, que precisam se vestir, que precisam educar sua mocidade, que precisam cuidar da saúde, que precisam ter escola. E nós só podemos ter tudo isso se produzirmos. Esse fabuloso mercado interno de cento e dez milhões de consumidores é a maior pujança que o Brasil tem e que vem lhe assegurar um futuro promissor. Poucos são os países do mundo que no seu interior dispõem de um mercado deste valor. Falta-nos, contudo, um nível mais elevado. É preciso que esta população tenha melhor remuneração, tenha melhores condições

de trabalho para que ganhe mais e, ganhando mais, possa em melhores condições satisfazer as suas necessidades. Mas esse ganho a mais, nós só podemos conseguir não com paternalismo ou demagogia, mas sim pelo trabalho — pelo trabalho produtivo, útil, proveitoso e que, pela sua multiplicação, irá multiplicar os recursos de que podemos dispor.

Estou muito satisfeito por ter vindo aqui, porque vejo que estas idéias, estes pensamentos que acabo de desenvolver, aqui se concretizam em larga escala. É um povo laborioso, que transformou esta terra virgem, deu-lhe produtividade e está criando riquezas. A minha vinda aqui, além da significação dada por estes três atos a que me referi, tem para mim um valor ainda maior, que é a oportunidade de estarmos juntos, a oportunidade de conhecê-los, a oportunidade de que vocês também me conheçam e aos meus Ministros, e assim estabelecermos um vínculo mais íntimo, entre povo e Governo, fator essencial para que o nosso trabalho — o de vocês e o meu — tenha o melhor rendimento no interesse de nosso grande País. Muito obrigado.



23 DE MARÇO DE 1976.

NA ABERTURA DO XX CONGRESSO  
ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, PROMOVIDO  
PELA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNI-  
CÍPIOS, EM GUARUJA, SÃO PAULO.

Minha presença nesta solenidade, que reúne Prefeitos e Vereadores do Estado de São Paulo, significa essencialmente a alta importância que meu Governo confere aos Municípios, como bases da organização administrativa do país, esteios do desenvolvimento nacional, berços e escolas das mais autênticas lideranças políticas. Sirvo-me, também, da oportunidade para dar testemunho sobre o que nos tem sido possível realizar em favor do desenvolvimento municipal, sobretudo do desenvolvimento urbano das cidades brasileiras.

Críticos da Revolução costumam enxergar apenas, na atual forma de relacionamento da União com as Unidades federadas e suas células municipais, uma tendência para o centralismo, capaz de levar-nos a um regime de Estado Unitário. Nada menos verdadeiro. O que se vem procurando fazer desde 1964, através de uma política racional de modernização gradual de nossas instituições, é fortalecer a autonomia municipal, dando-lhe sentido prático e objetivo, libertando os municípios da pobreza e, com isso, criando a condição essencial para uma autonomia verdadeira e sadia.

Assim, sem quebra da autonomia assegurada aos Estados e Municípios, nos termos da Constitui-

ção, estabeleceram-se novas formas de cooperação, racionalidade e entrosamento nas relações intergovernamentais que adquiriram sentido mais construtivo, menos egoísta e menos isolacionista. Passamos a praticar um federalismo solidário que reparte entre a União, os Estados e os Municípios as responsabilidades pela execução dos programas governamentais, mediante a aplicação dos recursos, de que os governos podem dispor, de maneira mais eficiente e visando ao desenvolvimento integrado.

Os Municípios contam hoje com a ação vigilante e solidária da União, que lhes dá apoio técnico e financeiro para a execução de obras e serviços, que pela sua própria natureza estão muito acima das possibilidades locais. De forma alguma exclui-se a participação dos Estados e dos Municípios. Antes, procura-se fixar-lhes a co-responsabilidade no esforço conjunto da edificação nacional.

Falando, em fins do ano passado, na abertura do Simpósio sobre Política Urbana promovido pela Fundação Milton Campos, uma das mais promissoras iniciativas da ARENA, tive oportunidade de referir-me ao grande desafio do Brasil moderno que é o de nossa acelerada expansão urbana. Para dimensioná-lo, basta notar que em 1980, — portanto, daqui a pouco mais de quatro anos, — cerca de 2/3 da população, correspondendo a 80 milhões de brasileiros, estarão vivendo nas cidades. Por isso, o Governo Federal teve de assumir a responsabilidade pelo estabelecimento de diversas diretrizes objetivando resolver os principais problemas urbanos.

Segundo essas diretrizes, procura-se conter a expansão das Regiões Metropolitanas do Rio e de São Paulo; disciplinar o crescimento das metrópoles regionais de maior peso econômico, como Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte, e ordenar o crescimento e dinamizar a base econômica e os equipamentos sociais das metrópoles em formação, como Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Quanto às cidades de porte médio, entre as quais se situam algumas capitais estaduais e as cidades-polo sub-regionais, — e no que respeita às cidades de pequeno porte e de características mais rurais, — vem o Governo estimulando o seu desenvolvimento para que possam elas funcionar como barreiras e conter a corrida para os grandes centros, de modo a permitir a desconcentração que se procura alcançar.

Em função dessa política foram estabelecidas as regiões metropolitanas e criou-se a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas. Ao mesmo tempo, instituiu-se um amplo Sistema de Fundos para o custeio do desenvolvimento urbano.

Paralelamente, foram postos em execução muitos outros programas destinados ao fortalecimento da estrutura rural dos municípios. Além da melhoria das próprias condições da vida humana, deu-se extraordinário incentivo à maior produtividade da agricultura e da pecuária. Com a crescente renda assim gerada e o melhor atendimento das exigências da vida social das populações rurais, visa-se, também, a criar condições adequadas para a fixação do homem

no campo e, desse modo, a reduzir os fluxos migratórios rumo às cidades.

Ao lado de todas essas medidas tem o Governo Federal colaborado para a modernização das estruturas administrativas dos Municípios, capacitando-os melhor para o desempenho de suas responsabilidades. Em 1975, foram aplicados em convênios da Secretaria de Planejamento com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal — IBAM, 8 milhões de cruzeiros, para o treinamento de 5.570 funcionários municipais que receberam cursos de Administração Municipal, Elaboração orçamentária e outros.

Com o objetivo de levar os programas sociais do Governo às comunidades interioranas e ao maior número de cidades, o Banco Nacional da Habitação passou a dar especial atenção aos programas de habitação popular e, no plano do saneamento básico, criou maiores facilidades para a aplicação dos recursos do PLANASA, tendo como princípio o estabelecimento de taxas diferenciadas nos financiamentos, de maneira a atender aos municípios mais pobres.

Constitui objetivo do Governo Federal, em conjunto com os Governos dos Estados e dos Municípios, atender até 1980, com serviços de abastecimento d'água, a 80% da população urbana brasileira em pelo menos 80% das nossas cidades — e com sistemas de esgoto sanitário às Regiões Metropolitanas, capital e cidades de maior porte e, na medida do possível, com serviços mais simples, a cidades

e vilas menores, investindo, para isso, no período de 1975 a 1979, 20 bilhões de cruzeiros.

A reforma tributária de 1966, que implantou o Imposto de Circulação de Mercadorias — ICM —, representou importante evolução do sistema fiscal brasileiro e, ao retirar algumas atribuições dos Municípios em matéria de tributação, criou um mecanismo de transferência de recursos que assegurou melhor participação dessas unidades na receita da União, através do Fundo de Participação dos Municípios.

Quanto ao ICM propriamente, ainda em fase de avaliação de resultados, é possível que, em determinados casos, a atual sistemática de cobrança e distribuição esteja, de certo modo, contribuindo para agravar desigualdades, circunstância ora sob atenta observação do Governo, inclusive para a hipótese da aplicação de medidas corretivas.

Busca-se, contudo, o aperfeiçoamento dos mecanismos dos Fundos, para que funcionem como instrumentos de redistribuição de renda. Com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 5, de 28 de junho de 1975, foram elevados os percentuais da participação dos Estados e Municípios na arrecadação dos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados que irão crescendo gradualmente de 1976 a 1979. Em termos nominais e em relação a 1975, o Fundo de Participação dos Municípios distribuirá, já este ano, mais 2 bilhões e 100 milhões de cruzeiros, o que irá melhorar acentuadamente a situação financeira das unidades municipais.

O Governo Federal autorizou a realização de operações de crédito aos municípios, no ano passado, no valor de 737 milhões de cruzeiros e concedeu apoio financeiro a fundo perdido — vale dizer fez doações a diversas Prefeituras que em 1975 se encontravam a braços com grandes *deficits* — num total de 346 milhões de cruzeiros.

Dirigindo-me agora, de modo especial, aos vereadores aqui reunidos, desejo assinalar a importância da vereança para a vida pública e para a formação de lideranças políticas do País. São os Vereadores os legítimos representantes do povo nas comunidades municipais. Tivemos em vista dignificar essa função ao propor ao Congresso Nacional, que a aprovou com maciço apoio da ARENA, a Emenda Constitucional n.º 4, que estendeu a todos os municípios a remuneração do mandato, antes restrita àqueles que tinham população superior a 200 mil habitantes.

Visando a melhorar o exercício do mandato popular no âmbito municipal, o Governo está examinando, com a direção da ARENA, novas medidas que irão, seguramente, estimular o exercício da atividade política nos Municípios.

Meus Senhores:

Tudo o que os Governos da Revolução têm podido realizar em favor do desenvolvimento econômico e da melhoria das condições de vida do homem brasileiro deve-se, em grande parte, à estabilidade política em que temos vivido.

Para mantê-la e, ao mesmo tempo, prosseguirmos na senda do progresso ininterrupto que temos trilhado, é que conclamo a todos os vereadores de São Paulo, — e do Brasil, — a mobilizarem as grandes virtudes do nosso povo, o entusiasmo e o labor incansável de todas as comunidades do País, num apoio decidido e patriótico à tarefa em que se empenha o Governo, sem desfalecimentos, com amor e com fé — a construção da grande Pátria brasileira.



A minha vinda a Manaus hoje tem em vista participar da inauguração do novo aeroporto denominado Eduardo Gomes. Tem em vista também participar da inauguração do novo hotel construído pela empresa de navegação aérea VARIG e abrir ao tráfego a nova estrada de rodagem que vai ligar Manaus ao centro do País através de Porto Velho e Cuiabá. São, sem dúvida, fatos de real importância e valor para o Estado do Amazonas. Esse aeroporto, o mais moderno que existe em todo o Brasil, custou vários anos de trabalho e a elevada quantia de um bilhão de cruzeiros. Está dotado dos melhores aperfeiçoamentos que se tem hoje em dia e de infraestrutura da Aeronáutica, e permite sua utilização por todas as aeronaves que trafegam entre o Brasil e o exterior. Torno, a dizer: é o melhor que existe no Brasil e permita Deus que nós possamos reproduzi-lo em outros recantos de nosso imenso País.

A estrada de rodagem que se vai abrir ao tráfego é construída numa região extraordinariamente difícil. Será uma estrada pioneira e que exigirá, no decorrer dos anos, contínua atenção e contínuas melhorias para assegurar um tráfego permanente. Mas, mesmo nas condições atuais, está bem longe de ser daquelas que nós necessitamos. Ela representa o elo de extra-

ordinário valor na vinculação da Amazônia Ocidental com o centro do País.

Mais do que essas inaugurações, porém, minha vinda aqui permitirá um contato mais íntimo com a população de Manaus, com os dirigentes do Estado, com as classes empresariais, com os estudantes, com os sindicatos. E, através desses contatos não só fazer com que me conheçam melhor, mas também, permitir que eu sinta em melhores condições e maior profundidade os problemas da área e desta região.

Há pouco tive a oportunidade de afirmar que a política do meu Governo em relação à Amazônia é a mesma dos meus antecessores. Ela não se modificou. Desde o Governo Castelo Branco, que lançou um programa de ressurgimento de toda a Amazônia, programa continuado no Governo Costa e Silva e que teve um extraordinário relevo no Governo do Presidente Médici, sobretudo através da construção da Transamazônica, este programa continua em vigor e ativado. É claro que ele apresenta nuances, variações decorrentes das mutações que se operam na própria área, das nossas condições internacionais, das dificuldades que a crise nos apresenta. A intensidade do programa, então, pode modificar-se. Os pontos de aplicação podem variar, mas o programa sobrexiste, tem o mesmo propósito e será levado ao fim, dentro do maior objetivo de integrar esta imensa região na comunidade nacional. Vamos dar a essa região um desenvolvimento compatível com os nossos recursos, acabar com o seu isolamento e fazer com

que através dela a vitalidade do Brasil se torne maior do que tem sido até hoje.

Desejo agradecer a recepção que me proporcionam e transmitir-lhes uma palavra de confiança em nosso futuro. Confiamos na nossa capacidade, na capacidade do Governo e na capacidade do povo. Unamos os nossos esforços, falaremos em conjunto porque assim certamente venceremos e faremos do Brasil aquilo que todos os brasileiros sonham. Muito obrigado.



31 DE MARÇO DE 1976.

IMPROVISO DURANTE ALMOÇO NA  
VILA MILITAR, NO RIO DE JANEIRO, AO  
ENSEJO DO 12º ANIVERSARIO DA REVO-  
LUÇÃO.

Agradeço a acolhida que hoje me fazem aqui neste quartel, nesta guarnição da Vila Militar. Agradeço o brinde com os votos de felicidade pessoal oferecido pelo Ministro do Exército e correspondido pelos senhores. Minha vinda hoje aqui representa para mim uma satisfação toda especial, pela oportunidade que me dá de conviver com os prezados companheiros do Exército e, junto a eles, os representantes da nossa Marinha e da Aeronáutica.

Não é só o sentimento de um velho soldado que revive a vida militar, onde mourejou e lutou durante muitos anos e onde se formou desde a mais tenra idade. Também não é apenas o convívio com camaradas e a troca de impressões, sentindo-lhes os êxitos, as aspirações e as inquietações em que vivem. Também não é apenas o retorno a esta Vila Militar, onde servi por muitos anos, na minha mocidade e já na idade madura, com intensa vida profissional dedicada inteiramente ao Exército. É muito mais do que isso.

É porque, de fato, não existe ambiente mais apropriado para comemorar a nossa Revolução de 64 do que na área de um quartel de nosso Exército. De fato, as Forças Armadas, e dentro delas cabe, sem dúvida, papel relevante ao Exército, tiveram

papel primordial nessa Revolução de 64, tomando a iniciativa de combater o quadro de anarquia e de devastação que se estendia por todo o território nacional. E foram as Forças Armadas que, por seu trabalho, tornaram essa Revolução vitoriosa, deram a ela estabilidade, e deram ordem ao País, ordem com a qual foi possível assegurar esse progresso que o Brasil vive a partir de 64.

E mais do que isso, foram as Forças Armadas que enfrentaram e combateram os movimentos subversivos, movimentos que, partidos em grande parte de inspirações externas, tinham em vista destruir a nossa nacionalidade. Foram essas Forças Armadas, também, que souberam se sobrepor à intriga, à incompreensão, à calúnia e à injúria e permitiram, torno a repetir, essa estabilidade em que há 12 anos vivemos. E são hoje essas Forças que, coesas, cultivando os ideais da nossa Revolução, e desempenhando integralmente suas atribuições constitucionais, permitem ao Governo, vantajosamente e em larga escala, empreender no presente uma evolução. Evolução sem dúvida gradual, no sentido de aperfeiçoamento de nossas instituições sociais e políticas, com base no desenvolvimento econômico que, apesar da grave crise mundial, estamos continuando. E são esses, pois, os motivos de realce, de extraordinário relevo, que me movem nesta minha vinda hoje aqui.

Sem dúvida, os contatos que tive e a minha presença aqui constituem um extraordinário alento para quem, como eu, arca com uma responsabilidade excepcional na conduta da Nação brasileira. E que

procura, honesta e honradamente, encontrar a trilha do caminho que nós devemos seguir, difícil sem dúvida. É um caminho inçado de paixões e de ambições desvairadas. É um caminho turbado pela intriga, turbado pelas notícias malfazejas, pelos enredos de toda ordem e que nós temos que destrinçar para encontrar a verdadeira rota que deveremos seguir.

Mas este alento que eu hoje colho aqui ainda é maior por sabê-los integrados no dever profissional. Por saber que, acima de tudo, inexoravelmente, estão os senhores empenhados no cumprimento do dever, como verdadeiros soldados da Pátria.

De mim, deve dizer que, apesar desta tarefa difícil mas honrosa que pesa sobre meus ombros, eu dela me desempenharei. Eu cumprirei o meu dever, com todas as minhas forças, usando todos os meios e todos os recursos de que o Governo dispõe. Levarei a cabo e creio que levarei a bom termo essa tarefa. Sinceramente lhes digo: com todos os desencantos e todas as dificuldades que a vida governamental proporciona, eu ainda tenho o ardor e a esperança de que chegaremos a bom termo. Bom termo que é o bem-estar do povo brasileiro, bom termo que é o engrandecimento do povo brasileiro. Nesses sentidos são meus votos e eu lhes peço que brindem comigo pela sua realização.



31 DE MARÇO DE 1976.

NO PALACIO DO PLANALTO, IMPRO-  
VISO, NO LANÇAMENTO DO II PLANO  
BASICO DE DESENVOLVIMENTO CIENTI-  
FICO E TECNOLÓGICO.

Ao assinar este Decreto, que aprova o II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, praticamente nada tenho a acrescentar ao sentido da explanação feita pelo Ministro do Planejamento, Reis Velloso. Acredito que ele tenha abordado, em todos os aspectos, os problemas relacionados com a questão da pesquisa que nós desejamos solucionar há muitos anos.

Mas desejo ressaltar dois ou três pontos que me parecem fundamentais:

Em primeiro lugar, o grande vulto dos recursos que vão ser aplicados. São muito superiores aos que, normalmente, vinham sendo atribuídos à pesquisa. E, evidentemente, a reunião desses recursos não foi feita com facilidade; ao contrário, o somatório que se conseguiu colocar neste Plano resulta, sobretudo, do sacrifício de outros empreendimentos de que o País necessita. E foram alocados a este Plano, dado o caráter prioritário de que ele se reveste.

Vale dizer, pois, que esses recursos têm que ser bem aplicados. Têm que ser aplicados com parcimônia e devidamente. Não podem ser esbanjados.

Em segundo lugar, dado o atraso em que o Brasil se encontra no campo da pesquisa — apesar dos

esforços que se vêm realizando há anos —, nós temos que ser objetivos. Nós temos que orientar a pesquisa, mesmo a científica, no sentido de suprir as nossas necessidades. Empregar esses meios naqueles setores mais vulneráveis que a nossa economia, a nossa vida social apresentam.

E, por fim, tudo o que vale neste Plano é a execução. O Plano pode ser muito bonito; os recursos podem estar aí; se a execução não for adequada, isto não dará resultado algum. Acredito muito na execução, e a execução é fruto do valor dos homens. A crença que eles têm no problema, a dedicação que a ele devotam, a persistência no encontro das soluções é que vão representar ou vão constituir, realmente, o êxito que nós esperamos deste Plano.

Eu estou certo de que os homens que vão aplicá-lo, que vão gastar este dinheiro nos diferentes setores, nas empresas governamentais, na vida pública, na empresa privada, estão compenetrados dessas obrigações, dessas responsabilidades.

Nós não podemos decepcionar o Brasil gastando este vulto de dinheiro e realizar um pequeno progresso na pesquisa. Acho que o progresso deverá ser grande, e assim o espero.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA ASSINATURA DO DECRETO CRIANDO O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL — SENAR.

A criação deste serviço, feita sob a inspiração do Ministro do Trabalho, Ministro Prieto, vem preencher uma lacuna que há muito se fazia sentir. Nosso preceito: antes tarde do que nunca. Talvez esse Serviço devesse ter sido criado há muitos anos atrás. Não vamos culpar ninguém. Vamos viver a realidade brasileira e vamos nos empenhar para que esse Serviço seja o melhor possível. Na realidade, com ele, nós vamos valorizar o homem da área rural. Vamos valorizá-lo, do ponto de vista econômico e do ponto de vista social, abrindo-lhe outros horizontes, dando-lhe outras possibilidades. E isto, como já foi dito, se insere no programa do meu governo que, em última análise, se preocupa é com o homem brasileiro.

Aumentamos, assim, qualitativamente, a nossa força de trabalho, força essa que para nossa população e para um país das dimensões do Brasil ainda é relativamente pequena. Se não podemos aumentá-la muito, quantitativamente, vamos melhorá-la qualitativamente, o que redundará, evidentemente, numa melhoria de nossa produção. E a área que vai ser atingida é uma das áreas que tem merecido um esforço especial do Governo: zona rural, vale dizer, da produção agrícola e da pecuária. O Brasil só pode ser uma grande Nação se tiver muita agricultura,

e boa agricultura e boa pecuária que, em decorrência, a industrialização virará, fatalmente. Mas nós não podemos querer marchar a passos largos no campo da industrialização relegando a rotina, a falta de técnica, o nosso homem da zona rural. Esse é que tem de progredir, ele é que é, no fundo, a mola que impulsiona o progresso do País.

Outro elemento que eu me permito destacar, de extraordinário valor, na execução desse Programa, é, pela valorização do homem, a sua fixação na zona rural. E, conseqüentemente, a redução das pressões que as zonas urbanas, progressivamente, vem sofrendo. Então, nós vamos colher um resultado indireto também de alto valor. Vamos retardar esse crescimento desmesurado das nossas cidades, fixando, tanto quanto possível, o homem ao campo, pelas melhores condições de vida que ele pode ter. Meu Governo tem se preocupado muito com isso, levando à zona rural uma série de aproveitamentos e de recursos tendo em vista, exatamente, melhorar a vida do homem que mora lá. E um desses elementos, que é objeto de muita preocupação, é o da eletrificação rural. Então, ao lado disso, o aperfeiçoamento profissional do homem que trabalha no campo será de um extraordinário valor.

Estou repisando coisas que o Ministro Prieto já disse. Mas eu as repiso porque acho que pela repetição é que as coisas se fixam e adquirem a sua verdadeira expressão.

Muito obrigado.

2 DE ABRIL DE 1976.

IMPROVISO EM SANTA ROSA — RS,  
POR OCASIAO DA INAUGURAÇÃO DA  
III FEIRA NACIONAL DA SOJA.

Minhas senhoras, meus senhores, meus jovens  
de Santa Rosa:

Pouco tenho a dizer depois de tudo que ouviram nos discursos dos que me precederam. Acho, entretanto, que é do meu dever, estando aqui hoje, dizer-lhes algumas palavras. Quando, há alguns meses, uma delegação de Santa Rosa foi a Brasília, ao Palácio do Planalto, e me convidou para vir hoje a esta Feira, desde logo me dispus a aceitar o convite. E confesso que a motivação principal era matar um pouco de saudade. Era, mais uma vez, rever esta região, que conheci no decorrer da minha mocidade —, já lá se vão muitos anos — nos idos de 1929/1930. Era então Santa Rosa um distrito de Santo Ângelo, em uma fase inicial de co-legislação por obra do Governo do Estado, e para aqui, em terras virgens se canalizavam os excedentes da população das antigas colônias italianas e alemãs. Percorri as matas, os rios e as colinas desta área, montado no dorso de cavalo, em longas jornadas. E guardo dessa época uma reminiscência extremamente agradável, não só porque era minha mocidade, mas principalmente porque ela era cheia de ideal e de esperanças sobre o futuro que esta região prometia no sudoeste do Estado para o seu progresso.

Confesso que, depois desse primeiro arroubo da saudade, veio a reflexão. Se consenti em vir, é porque achei que era um dever meu ter um contato com as pessoas que trabalham. Sem vaidade, eu me considero também um trabalhador; luto diariamente por toda a jornada, às vezes pela noite adentro, nos sábados e domingos e nos feriados, no cumprimento do meu dever.

Não vai nisso nenhuma vaidade. Ao contrário, digo-o com bastante humildade. E é por isso que sempre me sinto feliz, quando me encontro com os que também trabalham, embora em outros setores, mas sempre com o mesmo objetivo, a mesma finalidade, que é o do nosso desenvolvimento, que é o do nosso progresso.

Estou, pois, aqui, não apenas como um visitante, mas como um delegado de todos vocês e que vem admirar e testemunhar o valor do trabalho que aqui realizam.

Há pouco, um dos oradores, referindo-se às cores que a natureza apresenta com a soja, falou no verde-amarelo da nossa bandeira. Eu vos falo numa outra coisa que a nossa bandeira tem que é o seu lema: Ordem e Progresso.

Este lema, que vem desde a fundação da República, suscita até hoje, na bandeira, com estas palavras, no programa do governo, a doutrina básica da Segurança e do Desenvolvimento. O Brasil é um país enorme. Temos oito e meio milhões de

quilômetros quadrados; temos 110 milhões de habitantes. Para manter este território e assegurar o bem-estar dessa população, repartida por áreas diversificadas, um extremo Sul progressista, um Nordeste com um terço da população, mais de 30 milhões de habitantes, vivendo numa área semi-árida, com extraordinária dificuldade; uma imensa Amazônia, que precisa ser povoada e conquistada, exige de todos nós um esforço, um trabalho imenso, não só econômico, mas político, social, um desenvolvimento integrado, que resulta não apenas do governo, que não é o único responsável, mas que resulta do esforço de todos nós, cada um carregando a sua carga de responsabilidade e produzindo, não egoisticamente apenas para si, mas também para os seus e para a coletividade nacional.

Estou certo de que assim nos temos conduzido. São notórios e reconhecidos os sentimentos de generosidade e de vinculação social do povo brasileiro, onde não há castas, não há preconceitos de raça nem de religião, onde todos vivem irmanados numa grande Nação. O governo, da sua parte, tem feito tudo que é possível para que este desenvolvimento integrado e essa ordem básica, com segurança, se realize neste país. Tem feito e continuará a fazer, sem desfalecimento, convencido de que está no caminho certo. É bem verdade que os recursos são limitados, que as necessidades sempre são maiores que os recursos. É bem certo que as soluções não são perfeitas, e Deus nos livre das perfeições. Só queremos realizar o que é possível e que seja bom. Não pode-

mos nunca imaginar a perfeição, pois que ela está fora do nosso alcance. A perfeição é divina, não é humana. O Governo realiza o que pode e confia que o povo também realizará tudo aquilo de que for capaz, o que é de imenso valor, porque representa um esforço de conjunto. Confiai em mim, confiai no Governo, como confio em vós.

9 DE ABRIL DE 1976.

IMPROVISO EM DOURADOS, POR  
OCASIAO DO LANÇAMENTO DO PRO-  
GRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVI-  
MENTO DA GRANDE DOURADOS -  
PRODEGRAN.

Senhoras e Senhores:

Agradeço a acolhida que me fazem, inclusive vencendo as intempéries da chuva que se manifesta desde ontem aqui. Vim a Dourados com a intenção de lançar aqui este programa de desenvolvimento. Podia tê-lo feito no próprio Palácio do Planalto, em Brasília, mas achei, pela sua importância, pelo objetivo que se tem em vista com esse programa, era preferível fazê-lo na presença de vocês.

Assim, esse programa será mais bem compreendido e possivelmente será mais bem executado, porque nele não está apenas engajado o Governo Federal. Está engajado também o Estado de Mato Grosso e todos os habitantes desta grande região.

Desde o início do meu Governo, tenho destacado a importância que se deve atribuir ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária. A agricultura e a pecuária são as bases essenciais da riqueza do nosso país. Sem uma agricultura e uma pecuária desenvolvida, correspondentes à nossa extensão territorial e ao vulto de nossa população, o Brasil nunca será um grande país. Nós queremos assegurar o bem-estar do nosso povo e vivermos num concerto internacional como uma grande nação, e por isso,

antes de mais nada, temos de promover o crescimento de nossa agricultura e pecuária.

Neste sentido, a região da Grande Dourados é extraordinariamente favorável, não só pelo seu subsolo, nem somente pelo seu clima, nem pela sua condição geográfica, mas, principalmente, pelo seu povo. Originários de diferentes regiões do país, do Nordeste e sobretudo do Sul, da região do Rio Grande e de Santa Catarina, aqui se misturaram harmoniosamente diferentes correntes, todas imbuídas de um mesmo sentimento de nacionalidade.

O brasileiro é um só. Viva onde viver, desde o Amazonas até o Rio Grande. Ao esforço e ao trabalho que aqui se realiza, soma-se agora, em maior proporção, o apoio do Governo Federal. Preocupamos em assegurar uma infra-estrutura que possa transmitir o progresso e o desenvolvimento agropecuário, com estradas, energia elétrica, assistência técnica, com silos, vias de escoamento e outros processos, inclusive os de natureza social, que permitirão que nós andemos mais rapidamente, não só no interesse imediato da população que aqui vive mas, principalmente, no meu ponto de vista, do interesse geral da Nação.

O programa está lançado. Agora, sem dúvida, vem a parte mais difícil que é de executá-lo. Ele só valerá pelos resultados dessa execução e para obter esse resultado eu conclamo a todos que nos unamos, para que não vivamos isolados, para que o Governo não esteja só e o povo também não fique isolado.

Mas que seja o contrário, inspirados nos ideais das realizações da Revolução de 1964, possamos caminhar juntos no interesse da grandeza do Brasil.



1. Senhor Presidente, qual é, na vossa opinião, a importância de vossa visita à França, no quadro das relações franco-brasileiras e no quadro, talvez mais amplo, das relações entre o Brasil e a Europa?

«Recebi, com muito prazer, o convite do Presidente Giscard para visitar a França. A visita, que farei, objetiva atender ao amável convite e retribuir a visita que, há mais de 10 anos, nos fez o General De Gaulle. A visita se realiza no quadro das boas relações existentes entre os dois países, relações que, com o tempo, tendem a desenvolver-se cada vez mais. A França ocupa no mundo atual posição extraordinária, pelo desenvolvimento econômico, social e cultural, pela expressão política, sobretudo na Europa, pelo que representa na História do mundo, e, particularmente, para o Brasil, pela origem comum, latina. Acho que o Brasil, estreitando relações com a França, terá muito a lucrar, em todos os sentidos, no campo político, no campo econômico, e sobretudo na área cultural. Acho que a França, por sua vez, tem interesse em vincular-se mais estreitamente ao Brasil. O Brasil é um país jovem, de grande potencialidade e que, de certa forma, espelha as tendências e aspirações de outros países também

emergentes, que procuram sair do subdesenvolvimento e dar às suas populações melhores condições de vida. Nós também nos vinculamos à França por termos em comum a civilização ocidental e os seus valores básicos. E ambos os países, embora reconheçam a existência de superpotências, reservam-se, nos seus legítimos interesses, o direito de atuar no quadro das superpotências com a devida flexibilidade, de modo a não se alinharem, de maneira sistemática, à orientação que nos queiram traçar. Colocamos, sempre, interesses gerais e interesses de nossos países acima desses desígnios. É claro que tudo isso, a vinculação política e cultural, alicerça-se principalmente no campo econômico. É necessário desenvolver as relações econômicas e comerciais entre os nossos países, sobretudo na crise econômica que o mundo atravessa. O Brasil, para desenvolver-se, precisa aumentar suas relações comerciais com a França e demais países desenvolvidos, notadamente os países da Comunidade Européia. Acredito que nessa minha visita à França será possível abordar esse problema com um pouco mais de profundidade e obter apoio da França no sentido de que os países da Europa abram um pouco mais as suas fronteiras comerciais e compreendam o interesse recíproco que existe no desenvolvimento conosco de maior intercâmbio comercial.»

2. Fala-se com freqüência, Sr. Presidente, do «modelo brasileiro». Vosso país pode, em nossa opinião, exercer um papel de destaque no diálogo norte-sul.

«Realmente, fala-se muito em modelo brasileiro. É que, quando um país quer fazer maior esforço para desenvolver-se, tem que estabelecer prioridades, linhas de ação, que denominamos «modelo». Creio que, em lugar da palavra modelo, se usarmos «estilo», teremos expressão mais correta do fenômeno. Esse estilo ou modelo é, em grande parte, consequência do estágio cultural em que o país vive, das suas possibilidades, de suas tendências. Assim, não pode ser copiado. Mas é bem verdade que, apesar disso, ele pode servir, em alguns aspectos, de exemplo para outros países, do mesmo modo que nós, quando traçamos esse modelo, ou esse estilo, evidentemente aproveitamos a experiência acumulada por outros países do mundo. Nesse quadro, nesse modelo, nesse estilo, nós nos preocupamos extraordinariamente com o interrelacionamento que há entre as nações em desenvolvimento e as nações desenvolvidas ou industrializadas, ou seja: nós nos preocupamos de fato com este aspecto econômico do mundo de hoje, que é apresentado de maneira sumária, sob este ângulo de Norte contra Sul, como se realmente houvesse um conflito entre as duas áreas. É um problema atual, e não futuro, é um problema em que o Brasil está permanentemente atuando nos diferentes foros internacionais. Nós atuamos nas conferências da UNCTAD, atuamos no GATT, atuamos na conferência econômica que recentemente se instalou na França, sob a inspiração do Presidente Giscard, e mesmo apresentamos na 7ª Assembléia Extraordinária da ONU um programa de um acordo

geral, que permitisse visualizar os problemas comerciais e econômicos que há entre o Norte e o Sul, isto é, entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, de modo a se encontrar uma fórmula que permita ajustar adequadamente o problema. Quer dizer, é evidente que devemos encontrar fórmulas que permitam aos países em desenvolvimento crescer e tornar-se desenvolvidos.

E é preciso que os países desenvolvidos saibam encontrar maneiras de conciliarem seus próprios interesses com os de outros países. Isso tudo, evidentemente, em benefício da humanidade, de maneira geral. Nós não pretendemos ter, nesta questão, posição preeminente, mas continuaremos a lutar e lutaremos com afinco, acreditando mesmo que países desenvolvidos como a França poderão cooperar muito conosco no sentido de tornar as relações econômicas e comerciais do mundo mais justas e mais equitativas.»

3. Senhor Presidente, em outubro próximo haverá eleições em vosso país, cujas dificuldades internas a imprensa internacional tende por vezes a sublinhar, particularmente no que se refere à Oposição. Qual é, em vossa opinião, o futuro político do Brasil?

«As eleições, realmente, vão ser em novembro deste ano. São eleições que se realizam no quadro municipal. Mas essas eleições, da mesma maneira que as eleições que se realizaram em 1974, decorrerão em ambiente de plena liberdade, em que o povo es-

colherá livremente os seus candidatos, sob a fiscalização e controle do Poder Judiciário. Nós não temos, realmente, em nosso país, dificuldades políticas. O Governo é majoritário, tem maioria no Congresso — Câmara dos Deputados e Senado — conta com o apoio da Aliança Renovadora Nacional, que é o partido do Governo, tem maioria franca e apoio nos Governos Estaduais e acredito que tenha bom respaldo na opinião pública. A Oposição, em si, não constitui dificuldade para o Governo. Acho que a Oposição existe e é necessária. Ela é condição fundamental para que nós possamos viver num regime democrático. Em verdade, no Brasil há limitações à liberdade para os que querem subverter a ordem estabelecida. O Brasil não tolera terroristas, não tolera subversivos, não tolera seqüestradores, e nesse sentido a ação do Governo é efetiva, atuante. De resto, o País vive em absoluta liberdade. Às vezes, acho que até livre demais, pelo fato de essa liberdade nem sempre ser correspondida com a necessária responsabilidade.

Quanto ao futuro do País, estou confiante nele. Acredito que com a preocupação que temos de realizar um desenvolvimento integrado, atuante nos campos econômico, social e político, chegaremos progressivamente a uma evolução democrática, que corresponderá às reais aspirações do povo brasileiro. Nós não podemos imaginar fórmulas teóricas que, na prática, depois não se realizem, que fiquem apenas no papel. Temos que ser realistas, objetivos, atuarmos em função das condições em que vive o

país. E, nesse sentido, preocupa-nos extraordinariamente o desenvolvimento de nossa educação. Acredito que o desenvolvimento geral do País terá que se lastrear, em grande parte, na educação. Nessa matéria, mesmo as pessoas mais bem intencionadas dificilmente se satisfazem com a ação do Governo. Há os que acham que estamos andando muito devagar, que é preciso caminhar mais ligeiro; há outros que, ao contrário, acham que estamos andando depressa demais e que estamos precipitando o desenrolar dos acontecimentos. É evidente que, dentro dessas duas correntes, o Governo atua com ponderação. Quer evoluir, quer progredir, mas quer progredir numa marcha que vá progressivamente para a frente. Tem todo o cuidado em não se precipitar, para não ser obrigado a voltar atrás.»

26 DE ABRIL DE 1976.

VISITA A FRANÇA.

DISCURSO PRONUNCIADO NO AEROPORTO DE ORLY, RESPONDENDO A SAUDAÇÃO DO PRESIDENTE GISCARD D'ESTAING.

Senhor Presidente Giscard d'Estaing,

Com emoção piso, pela primeira vez, solo francês e é motivo de orgulho que o faço, também, como primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar oficialmente a França.

O convite de Vossa Excelência, que tive o prazer de aceitar, diz bem da importância que assumiram recentemente as relações franco-brasileiras. O nosso encontro reflete o convencimento de ambos os governos de que o reforçamento dessas relações serve a causas que nos são comuns. O Governo francês terá acompanhado os extraordinários esforços realizados pelo Brasil nos últimos doze anos, graças aos quais se tornou possível, a meu País alcançar elevados índices de crescimento econômico. Tais esforços permitiram, ao Brasil, sustentar seu crescimento, a despeito mesmo da crise econômica geral, e garantem, hoje, a continuidade de seu desenvolvimento. Concomitantemente com esses esforços, vem meu Governo cuidando especialmente de que a melhoria da qualidade de vida que o desenvolvimento econômico enseja, se distribua de forma a beneficiar a maioria do povo. Os êxitos alcançados pelo Brasil valem-lhe o reconhecimento de uma nova

dimensão no cenário das Nações e é com integral senso de responsabilidade que assumimos essa presença ampliada. Nossa política externa, guiada por fidelidade aos interesses nacionais, incluindo estes, em primeiro plano, a preservação da civilização ocidental, que é também nossa, tem-se caracterizado pelo incessante intento de colaboração internacional para que se alcance, de forma harmônica, a reestruturação da ordem econômica e a paz entre as nações.

No plano bilateral temos, os dois países, muito a ganhar de um esforço mais determinado de identificação e aproveitamento das possibilidades de cooperação recíproca. As dimensões presentes e futuras de nossas respectivas economias permitem que nos lancemos a grandes empreendimentos que contarão desde o início, com a vantagem de partirem da ampla base de compreensão e de afeto que tradicionalmente une franceses e brasileiros.

É, pois, com grande satisfação que me faço portador da mensagem de admiração e de amizade do povo brasileiro ao povo francês e do espírito de cooperação do Governo de meu país com o de Vossa Excelência.

26 DE ABRIL DE 1976.

VISITA A FRANÇA.

NO PALACIO TRIANON, POR OCASIAO  
DO JANTAR OFERECIDO PELO PRESI  
DENTE GISCARD D'ESTAING.

Senhor Presidente,

Há quase doze anos recebia o Brasil, na pessoa do General Charles de Gaulle, a primeira visita oficial de um Chefe de Estado francês. Foi aquela memorável ocasião, motivo de dupla alegria no Brasil pelo que representava de importância para as relações franco-brasileiras e pela oportunidade que deu aos brasileiros de homenagear quem foi não somente um herói de França, mas também um cidadão do Mundo.

Cabe-me, agora, o privilégio de retribuir a visita do Presidente da França, atendendo a honroso convite de Vossa Excelência. É dever de reconhecimento que minhas primeiras palavras sejam para reverenciar a memória daquele que iniciou, com o Presidente Castello Branco, esses contatos entre os Chefes de Estado de nossos países. Minha visita é, também, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro à França. As relações entre nossos povos estão a atingir uma intensidade que certamente propiciará, no futuro, um convívio mais estreito entre os Primeiros Mandatários dos dois países.

Acredito, Senhor Presidente, que, nas atuais circunstâncias, este encontro assinala um momento

de escolha para ambos os países, cuja importância não fere à modéstia ressaltar, pois o projeto aí implícito não glorifica pessoas, mas visa exclusivamente a servir aos interesses maiores de nossos dois povos.

A França tem-se distinguido na História pelo inabalável sentido de missão de seu povo, na defesa e propagação dos valores humanísticos que caracterizam o que hoje se chama de Mundo Ocidental. De forma extraordinária, o povo francês tem sabido rejuvenescer-se, beneficiando-se do inesgotável manancial de sua brilhante tradição, e isso, sem perder aquele sentimento fundamental de missão.

Houve época em que tais sentimentos nacionais se processavam no âmbito de uma História circunscrita a universos mais ou menos cerrados. Isso já não é mais possível no mundo de hoje em que a interdependência tende a ser global. É mérito inegável da França é haver sido, entre os países economicamente desenvolvidos, daqueles que, mais cedo e mais amplamente, apreenderam a complexidade dessas novas relações. A França soube perceber, logo, que essa interdependência não é destituída de sinal e que ela pode ser positiva ou negativa para os valores que todos consideramos essencial preservar e propagar.

O Brasil parte de uma realidade histórica, social e cultural diversa da francesa, mas chega, na avaliação do seu destino nacional, a conclusões que tornam excepcionalmente propício o entendimento com a França.

Tem o povo brasileiro arraigado sentimento de fidelidade àqueles mesmos valores inerentes à civilização do Ocidente, para a qual a França contribuiu com o melhor de sua realidade conceitual e de sua produção cultural. Essa comunidade de sentimentos, só por si, tenderá a aproximar cada vez mais os nossos povos no futuro, como foi capaz de mantê-los próximos, no passado.

Mas, a essa coincidência, quase estrutural, acrescentam-se convergências de ordem conjuntural que resultam do modo pelo qual nossos países encaram o fenômeno da interdependência.

O Governo brasileiro tem, das relações internacionais contemporâneas, uma visão realista e pragmática, que o não deixa seduzir-se por simplificações utópicas ou cataclísmicas. Aceitamos a complexidade do real, sua diversidade, suas ambigüidades, como também suas esperanças e suas promessas. Sem perdermos de vista, em qualquer momento, os objetivos comuns que nos unem aos demais povos do mundo e, em especial, àqueles com os quais repartimos metas mais definidas ou imediatas, nunca deixamos de ter, por outro lado, a consciência nítida de que é através da própria realidade nacional que um povo se projeta na História.

A Nação francesa, que de formas tão expressivas tem demonstrado ao mundo seus sentimentos patrióticos, saberá compreender o alcance e a grandeza de iguais sentimentos no povo brasileiro, aos quais meu governo busca dar corpo, traduzindo-os em ação.

Saber aceitar a diversidade dos povos e das aspirações nacionais é, a cada momento que passa, mais urgente e mais necessário. As categorizações excessivamente amplas e arbitrariamente rígidas, em virtude de simplificações que procuram atender mais às conveniências das burocracias econômicas, nacionais e multilaterais, do que às necessidades reais dos Estados, acirram as confrontações e podem agravar, com novas injustiças, as iniquidades que precisamente desejamos eliminar.

Não é só no plano econômico que vemos as Nações presas em compartimentos que mal se acomodam às suas dimensões e, por conseguinte, às suas aspirações e possibilidades. E não há retórica nesta imagem, quando assistimos, com alguma frequência, à interposição de obstáculos de natureza artificial ao crescimento econômico de outras nações, por parte de países desenvolvidos, em consequência de critérios pré-determinados. De minha parte, estou convencido de que tais obstáculos terminam, na maioria dos casos, por desservir aos próprios interesses mais amplos dos países desenvolvidos.

Também no plano político, existe a tendência para enrijecer categorias, como ocorre com a própria noção de Mundo Ocidental. Vemos, com apreensão, entre os países mais desenvolvidos, sinais de certa inclinação exclusivista que poderia conduzir à alienação dos países em desenvolvimento, primeiro no plano conceitual, e, em seguida, no plano operacional, em relação ao universo ocidental. Essas inclinações corresponderão sem dúvida, a motivações históricas

ponderáveis, às quais não estarão estranhas, preocupações com a preservação legítima de determinados valores, sendo porém indispensável distingui-las daquelas que trazem no seu bojo o desejo de conservar privilégios. Em muitos casos, porém, faltará a disposição ou a capacidade de entender o processo histórico, que ocorre, alhures, em condições distintas.

Sei bem quão relativas são as lições da História. E, por isso, não sei se se pode dizer que os países mais jovens, os que surgiram, para a vida independente, da luta contra o colonialismo, os que têm que fazer esforços dobrados e redobrados para não ficar retardados na marcha do progresso, não sei se deles se pode dizer que têm o benefício das experiências vividas pelas nações mais antigas, tanto são diferentes as condições em que exercem sua vida nacional. Mas certo é que as grandes Nações desenvolvidas não conhecem, nem conheceram, em qualquer fase de sua história, o drama comum à maioria dos países em desenvolvimento: o de construir a Nação, o de desenvolver a economia e o de promover o equilíbrio social em seus países, sob a pressão dos modelos tecnológicos e das influências dos países mais desenvolvidos, preservando, ao mesmo tempo, sua identidade cultural e evitando sacrificar, irremediavelmente, os valores fundamentais da Nação.

Senhor Presidente,

Nossos Governos oferecem exemplos de como é possível evitar o agravamento dos problemas que

defrontam as Nações, pois recusam a solução fácil através de generalizações apressadas, de imprecisões e de isolamento.

O Brasil, como a França, tem procurado mergulhar no real, à busca do entendimento para a criação harmônica do futuro. Não nos preocupa justificar ou condenar o passado, pois as Nações, como os indivíduos, erram ou acertam e, se não podem, *a priori*, ser absolvidas de futuros enganos, não devem ficar, tampouco, estigmatizadas por passados desacertos. Nosso empenho é o de, honesta, determinada e otimistamente, buscar a cooperação com todos os povos animados de sentimentos compatíveis com os nossos, para que, num mundo mais justo, nossas Nações possam ser mais verdadeiras e o homem — cada homem —, possa ser mais dono de sua existência e da capacidade de bem usufruí-la.

Senhor Presidente,

Antecipo grande proveito para ambos os países dos esforços que vêm desempenhando nossos Governos para ampliar a cooperação bilateral em variados domínios. Desses esforços estou certo, surgirão oportunidades crescentes de entendimento. Na verdade, tudo parece indicar que estamos no limiar de uma nova era nas relações entre os nossos dois povos.

Desta extraordinária Versailles, que foi e continua a ser ponto de convergência das atenções de todos quantos na França vêm beber à fonte de sua

cultura eterna, desejo saudar o povo francês e a amizade franco-brasileira. Aos presentes, peço que, comigo, ergam suas taças para brindar à perenidade dessa amizade e para beber à saúde do Presidente Giscard D'Estaing e de sua Excelentíssima Esposa.



27 DE ABRIL DE 1976.

VISITA A FRANÇA.

RESPONDENDO A SAUDAÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE PARIS, NO «HOTEL DE VILLE».

Senhor Presidente do Conselho de Paris,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Há, em todo aquele que acredita no primado do homem, uma dívida para com a França. Talvez por essa razão, há, em cada brasileiro, sentimento íntimo de fraternidade para com o povo francês.

Tanto bastaria para que os encontros entre franceses e brasileiros fossem sempre momentos de júbilo e sincera cordialidade.

Outros traços, porém, tornam ainda mais espontâneas as nossas convergências. Como o povo francês, o do Brasil tem patriotismo extremado. Esse pendor traduz-se na defesa do sentir da nacionalidade e de seus valores, em confiança no futuro do país e em dedicação à obra de construção econômica e social. Como o povo francês, tem o brasileiro, ainda, acentuado senso da sua individualidade própria, mas, não se dando a excessos de gregarismo, desconfia do isolamento, acredita na liderança embora deteste o hegemonismo, persegue o ideal mas não se desprende da consciência de que é, através do real, que se podem alcançar os objetivos.

Não me surpreende, pois, que cada momento passado nesta bela cidade de Paris me tenha sido de tanto agrado. É que, nas generosas atenções com que me têm cercado, reconheço idêntica inclinação à do brasileiro, para a gentileza e para a hospitalidade.

A esses sentimentos comuns, ao crescente entendimento entre nossos povos, desejo nesta hora saudar. Nenhum melhor intérprete para essa mensagem, que vem do povo brasileiro para o francês, poderia eu encontrar do que os representantes do Conselho de Paris, a quem rendo minhas homenagens e meus agradecimentos.

27 DE ABRIL DE 1976.

VISITA A FRANÇA.

SAUDANDO O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE PARIS, APÓS ALMOÇO NO HÔTEL DE LAUZUN.

Senhor Presidente do Conselho Municipal de Paris,

A cordialidade deste almoço bem representa o sentimento que preside às relações franco-brasileiras.

Agradeço a generosa hospitalidade do povo de Paris, representado neste Conselho.

Peço a todos que comigo bebam à saúde do Senhor Presidente do Conselho Municipal, dos Senhores Conselheiros aqui presentes e à contínua prosperidade das relações franco-brasileiras.



27 DE ABRIL DE 1976.

VISITA A FRANÇA.

ENTREVISTA CONCEDIDA A JORNALISTAS BRASILEIROS.

*Pergunta — No entender de setores da opinião pública liberal do Brasil, inclusive da própria Arena, os resultados pouco expressivos alcançados pelo Partido nas eleições de 74 deveram-se ao não cumprimento dos compromissos democráticos assumidos pela Revolução de 64. Qual é a opinião de Vossa Excelência sobre o assunto?*

*Resposta — Não é pergunta que deva ser feita aqui, neste momento. Estou disposto a falar sobre aspectos das relações Brasil-França, sobre perguntas nesse âmbito. Esta resposta, eu poderia dar no Brasil.*

*P — A visita a dois países liberais da Europa não poderia ajudar o Brasil a encontrar soluções para seus problemas internos?*

*R — Os problemas brasileiros dizem respeito ao Brasil e devem ser resolvidos no Brasil, em função dos seus interesses, do seu desenvolvimento, do interesse do seu povo. O relacionamento Brasil-França é o de dois países amigos, que têm identidades em diversos pontos e interesses recíprocos no campo econômico.*

*P — Quais são as diferenças entre a viagem à França e a viagem à Inglaterra?*

R — Realmente são diferentes, embora igualmente amigáveis. Estas diferenças decorrem, sobretudo, da tradição histórica do Brasil com cada um desses países.

*P — Vossa Excelência vê a Europa como alternativa das relações com os Estados Unidos?*

R — Não. As relações com os Estados Unidos são muito boas e tradicionais. Mas, nesta tradição se criam pequenos problemas que, entretanto, não significam desligamento. O Brasil, hoje, é um país que pode ter relações com vários países, sem prejuízos no aspecto global, tendo em vista, acima de tudo, os seus interesses.

*P — Que projetos específicos foram estudados e decididos na França?*

R — Há vários problemas em que se examinam as possibilidades de cooperação. Um exemplo é o oferecimento de ajuda no campo hidrelétrico. Mas isso não quer dizer que esse assunto seja prioritário em relação aos demais. Há o terminal açucareiro de Santos, que temos de construir porque, hoje, São Paulo é um grande produtor de açúcar e o escoamento desta produção está sendo feito em condições precárias. Há possibilidade de uma cooperação maior em relação ao terceiro Pólo Petroquímico, que estamos em vias de instalar no Rio Grande do Sul. Há também cooperação na fabricação de material ferroviário. Há uma proposição no sentido de se montar no Brasil uma fábrica de helicópteros.

É um assunto a ser estudado. E há, sem dúvida, acordos no sentido de maior cooperação tecnológica.

*P — E sobre a questão angolana?*

*R —* A questão angolana foi analisada nas conversações com o Presidente Giscard. Mais uma vez procuramos defender a posição brasileira de manter em Angola uma representação diplomática, pois achamos que o Brasil deve estar presente em Angola por várias razões. Em primeiro lugar porque é uma antiga província ultramarina ou, se quiserem, uma colônia portuguesa na África. E nós temos todo o interesse — inclusive por uma questão de idioma — em manter vínculos com esses países, como Moçambique, Angola, Guiné-Bissau. São remanescentes da civilização portuguesa na África, aos quais o Brasil pretende se vincular.

Em segundo lugar, o fato de que atualmente o Governo de Angola está estreitamente ligado à União Soviética e a Cuba. É uma razão para que o Brasil esteja presente. O Brasil e outros países ocidentais. Se nós estivermos ausentes, aí é que a influência cubana e a influência soviética crescerão em Angola. Não é que o Brasil pretenda se opor a essa influência, mas sua presença será, sem dúvida, saudável.

*P — Em seus encontros com o Presidente da França foi examinada a situação internacional?*

*R —* Evidentemente. Passou-se em revista toda a situação internacional. Analisou-se a situação do Oriente Médio e o problema da Conferência

Norte-Sul, além das relações dos países desenvolvidos com os países emergentes. Examinou-se o problema das relações com a China e se procurou ver como o Brasil poderá ter maior intercâmbio com os países da Comunidade Européia e como a França poderá colaborar nesse sentido.

*P — Vossa Excelência convidou o Presidente Giscard d'Estaing para visitar o Brasil?*

*R — Tive o prazer de convidar, na manhã de hoje, o Presidente Giscard para visitar o Brasil. Devo registrar que ele, com muita satisfação, aceitou meu convite. É claro que ainda não podemos fixar datas, mas tive grande prazer em ver que o Presidente Giscard estava interessado em ir ao Brasil. Ele esteve lá há cinco anos e estou empenhado em que vá agora, pois eu acho que o Brasil está se desenvolvendo rapidamente e gostaria que ele tivesse uma melhor imagem, mais real do Brasil de hoje.*

*P — Havia dúvidas quanto à assinatura ou não de acordos. Haverá assinaturas?*

*R — Não creio. O trabalho preparatório que houve não permite que se faça um engajamento definitivo num acordo.*

*P — A imagem do Brasil no exterior prejudicou as negociações?*

*R — Eu não concordo que a imagem projetada aqui fora tenha prejudicado o desenvolvimento do Brasil. Esta imagem, absolutamente, não afetou as relações amistosas e de cooperação com países da*

Europa. Afetou determinadas áreas, camadas muitas vezes interessadas em que esta imagem fosse realmente insatisfatória. Mas, o desenvolvimento do Brasil, se sofreu algum retardamento ou se diminuiu um pouco seu ritmo, não foi em decorrência disso, mas da situação mundial e da crise econômica geral. Assim mesmo, acho que o Brasil, entre os países do mundo, continua a se desenvolver em condições excelentes, a começar por uma questão fundamental que existe em todos os países e que não existe no Brasil que é o desemprego. Veja que, há poucos dias, o Rio Grande do Sul recorreu à Força do Exército para colher o trigo e o arroz.

Então, o que o desenvolvimento do Brasil, hoje em dia, pode sofrer é decorrência da crise internacional. Mas, não queira vincular esse problema com a suposta imagem do Brasil em determinadas áreas, que absolutamente não têm força nem poder para influir junto aos Governos europeus, no sentido de um retraimento ou uma solução de continuidade no intercâmbio com o Brasil.

*P — O Presidente está feliz com os resultados de sua visita a Paris?*

*R — Acho que sim. Vim aqui, atendendo a um convite que me foi feito, convencido de que isto correspondia aos interesses do Brasil.*

*P — E o que há sobre o Pólo Petroquímico gaúcho?*

*R — O Pólo vai ser feito. É um compromisso nosso e temos a registrar isso: há um grande desejo*

da França em cooperar na construção mediante financiamento, *know-how* e cooperação técnica. Há várias entidades especializadas na França que estão interessadas em participar da construção desse Pólo.

1º DE MAIO DE 1976.

EM VOLTA REDONDA — RJ, AO ENSEJO  
DO DIA DO TRABALHO.

Trabalhadores de Volta Redonda

Trabalhadores do Brasil

Interrompendo viagem ao exterior, aqui vim especialmente para saudar-vos neste Dia Universal do Trabalho, à sombra dos altos-fornos e das chaminés de Volta Redonda, símbolo, já tradicional, do Brasil industrializado e dinâmico de hoje.

Ressoam aqui, ainda, os ecos de outras muitas comemorações idênticas, em data igual, quando a voz do Presidente Vargas reclamava vosso apoio incansável ao progresso do país e vos prometia dias melhores no futuro.

Falava ele, mesmo muitos anos depois, em nome sempre da Revolução de 1930 que o trouxera ao Governo da Nação, numa arrancada heróica que despertara o povo do Brasil, desde as coxilhas gaúchas às montanhas alterosas de Minas Gerais e aos sertões nordestinos onde Paraíba foi um grande e inesquecível fanal.

Falo-vos eu, agora, em nome da Revolução redentora de 1964 que salvou o país da anarquia e da desordem sem freios que o comunismo arquitetara e

impulsionava sem descanso, nem escrúpulos de qualquer ordem.

Esta não é, em verdade, uma simples coincidência histórica. Muitos de nós, os mais velhos, que fizemos a alvorada de 64, havíamos militado nas hostes revolucionárias de 1930. Ambos esses movimentos cívicos brotaram das mesmas fundas raízes da alma brasileira, encarnaram genuínas aspirações do povo e se propuseram a melhorar a qualidade da vida para cada família, nas metrópoles, nas cidades, nos vilarejos do interior e nos mais distantes rincões sertanejos. E, em ambos, visava-se à criação de um Brasil maior, mais forte, mais justo e mais democrático, pelo trabalho ordeiro e fecundo de todos os dias que ainda mais dignificasse o homem brasileiro, libertando-o dos grilhões da miséria e da ignorância, da prepotência dos mais ricos e da violência dos mais poderosos.

A Revolução de 30 encerrou já todo o seu ciclo histórico, enfrentando vicissitudes várias e sofrendo naturais descaminhos, mas não faltou à sua destinação maior quando, na senda do desenvolvimento nacional, criou as bases iniciais da industrialização do país de que Volta Redonda é um marco indiscutível.

É, a partir dessas bases, que o Movimento Revolucionário de 1964 está construindo um Brasil novo, à altura de nossos sonhos de grandeza, muito mais ambiciosos agora que somos tantos mais brasileiros a fazer jus, todos igualmente, aos benefícios de nosso progresso incessante.

Para tanto, o Governo precisa de vós, trabalhadores do Brasil — não só do esforço continuado de vossos braços criadores, mas sobretudo do apoio de vontades rijas e indomáveis, confiantes de fato no elevado propósito que nos anima — o da redenção do homem brasileiro das cidades e dos campos.

### Trabalhadores

Em meio a um panorama internacional eivado de complexos problemas, o Brasil enfrenta hoje desafios novos num clima de ordem e de paz, de segurança e desenvolvimento, de trabalho e pleno emprego, o que nos enche de justo orgulho e nos traz a certeza de completo êxito num futuro melhor. A cada desafio novo, anteporemos criatividade nova e a energia redobrada de nossas vontades.

Notórias já se tornaram as prioridades que meu Governo vem dando ao desenvolvimento social, procurando estender, à população toda do País, os bens do progresso.

Ainda recentemente, em ato comemorativo do aniversário da Revolução de 1964, assinei Decreto criando o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — SENAR, com o objetivo de disseminar treinamento, aperfeiçoamento e qualificação a milhões de brasileiros que, no campo, hoje quase desassistidos, participam da força-de-trabalho da Nação.

Com a criação desse Serviço, preenche o Governo antiga lacuna existente no sistema de formação de recursos humanos para o desenvolvimento, já que

os setores secundário e terciário, a indústria e o comércio em particular eram, há muito tempo, atendidos pelo SENAI e pelo SENAC.

Outra medida importante que merece ser citada neste momento e que visa à melhoria gradativa da qualidade de mão-de-obra especializada no Brasil, é a regulamentação da lei, *aprovada pelo Congresso Nacional*, sobre Incentivos Fiscais para o Treinamento. Este instrumento legal possibilita às empresas que tenham projetos de treinamento de seu pessoal aprovados pelo Ministério do Trabalho, descontarem, em dobro, do Imposto de Renda, os gastos que tiverem com este treinamento.

Incorpora-se, com apoio financeiro do Governo, o potencial pedagógico das empresas ao esforço nacional de preparação dos recursos humanos, de tal forma que cada empresa se converterá aos poucos, também, numa agência de formação e adestramento. Concretiza o Brasil, assim, o ideal, tantas vezes universalmente anunciado e tão poucas vezes cumprido, da chamada educação permanente.

Esta cerimônia seria bem ocasião adequada para o descortino do rol de medidas tomadas pelo Governo nos últimos dois anos, em favor do desenvolvimento social de nosso povo, e que vão desde a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, a renovação do Ministério do Trabalho e a criação do Conselho de Desenvolvimento Social, até a nova legislação abrangendo diretrizes sobre aposentadoria, regulamentação de profissões, auxílio-maternidade, bolsas de estudo, alteração da fórmula

da política salarial e tantas outras que atestam cabalmente o interesse de meu Governo pelos problemas trabalhistas. Ater-me-ei, no entanto, apenas a dois destes, objeto de iniciativas especiais nos últimos dias: o da distribuição de renda, isto é, a política salarial em seu contexto amplo, e o da atualização da legislação do trabalho.

Um dos problemas que estamos enfrentando com vigor, mas com a maturidade das soluções definitivas, é o da melhor distribuição de renda. Tenho lido e ouvido declarações aconselhando o Governo a realizar, por decreto, alterações bruscas nos níveis de salário-mínimo e nos índices de reajustamento salarial. Felizes seriam os Governos que pudessem resolver matéria tão complexa com um simples decreto. O comportamento das leis econômicas e sociais não obedece a formulações a tal ponto simplistas.

Já disse, em outra ocasião, que «um exame detido do problema revela que a melhoria da distribuição de renda, para compatibilizar-se com altas taxas de crescimento econômico, é processo que demanda tempo e racionalidade. O distributivismo fácil, que tenta atenuar as desigualdades individuais pela prodigalidade no reajuste dos salários nominais, está fadado ao fracasso pelo que gera de tensões inflacionárias, de limitação das oportunidades de emprego e de mutilação do potencial de poupança e desenvolvimento. Nossa experiência, anterior à Revolução de 1964, e experiências semelhantes em outros países *desabonam* definitivamente esse distributivismo emocional».

O pensamento do Governo continua o mesmo sobre tal assunto. «A melhoria da distribuição pessoal da renda terá que resultar, em primeiro lugar, da valorização do homem pela educação e pela política de desenvolvimento e criação de empregos e, em segundo lugar, do aperfeiçoamento da política fiscal, da criação de fundos institucionais de poupança pertencentes aos trabalhadores e da melhoria da saúde e da assistência social».

Quanto à legislação, no quadro da Justiça do Trabalho cuja composição será mantida, impõe-se ressaltar que ultimaremos, ainda no corrente ano, a modernização da Consolidação das Leis do Trabalho, adequando-a à realidade do tempo presente com a incorporação de legislação recente e simplificação de seu texto, para que qualquer trabalhador, mesmo o mais humilde, possa atendê-la e interpretá-la, conhecendo seus direitos e seus deveres.

É, ainda que o texto final consolidado deva ser considerado em bloco, nada impede que uma ou outra medida julgada oportuna pelo Governo seja destacada do conjunto e examinada com antecipação, pelo Congresso Nacional.

Convém lembrar que, com o apoio a grandes projetos em áreas metropolitanas, com a melhoria dos transportes no meio urbano, a construção de 600 Centros Sociais em todo o País, com o combate continuado à inflação, com providências concretas visando à defesa do consumidor, com o fortalecimento dos sindicatos e da sindicalização, enfim, com todo

um conjunto de medidas, inclusive na área econômica e financeira, objetivamente adotadas, o Governo tem tido sempre em mente a promoção social de nosso povo. Não me canso de repetir que o Homem é o objeto central do desenvolvimento nacional.

E porque assim é, a Assistência e Previdência Social expande-se em ritmo acelerado, com vistas à universalização de seus serviços. Alguns algarismos bastam para demonstrá-lo.

Em 1963, o número de segurados da previdência social era de 5.300.000, distribuídos pelos diversos Institutos, o que configurava uma cobertura apenas parcial da área urbana. A população do país era então de 76 milhões e meio de habitantes, de modo que a tão propalada proteção social atingia apenas a 7% da população na condição de segurados e 21% na de segurados e dependentes.

Em 1976, para uma população de 110 milhões de habitantes, com a ampliação da previdência urbana aos empregados domésticos, a filiação maciça de autônomos e empregadores, a instituição do PRORURAL e o rol de medidas adotadas já no atual Governo, a previdência em geral registra um total de 30.130.000 segurados, representando 27,2% da população, o que faz com que a soma de segurados e dependentes atinja a quase totalidade dos habitantes do país.

Em 1963, os antigos Institutos de Aposentadoria e Pensões mantinham apenas 588 mil aposentados e 588.700 pensionistas. Hoje, o número de aposen-

tados do INPS e do FUNRURAL se eleva a 2.890.000, aos quais devem ser somados 2.060.000 pensionistas.

Somente o benefício especial para velhos e inválidos, implantado há menos de um ano, já está sendo pago a cerca de 500 mil pessoas.

A par dessa ampliação da área, introduziram-se diversas modificações na legislação, entre 1964 e 1976, no sentido de melhorar o valor dos benefícios, notadamente no que se refere à elevação dos valores mínimos e ao estabelecimento de um sistema adequado e oportuno de reajustamento automático das mensalidades em manutenção.

Quanto aos serviços de assistência médica atualmente prestados pela previdência social, são a bem dizer resultado da ação revolucionária, pois o que existia antes de 1964 eram providências isoladas, dispersas, tomadas ao sabor de interesses políticos e que atendiam a grupos privilegiados à custa da coletividade de contribuintes.

E é importante salientar que essa enorme ampliação do plano de benefícios e da área de atendimento médico não se deveu a nenhum aumento da taxa de contribuição, e sim à adoção de medidas moralizadoras, racionalizadoras e isentas de cunho demagógico.

O que antes de 1964 caracterizava os Institutos de Aposentadoria e Pensões era o empreguismo, a sonegação sistemática de contribuições, a dívida do

Governo e a utilização indevida dos recursos previdenciários.

A unificação desses Institutos, a adoção de medidas objetivas para assegurar o recolhimento das contribuições, como a correção monetária, o sistema de multas e a instituição dos certificados de regularidade de situação, bem como a utilização de modernos instrumentos de gestão, entre os quais os computadores eletrônicos, operaram verdadeira revolução no sistema, bastando assinalar que a expressiva melhoria havida na prestação dos serviços foi acompanhada de uma redução de 30 mil funcionários administrativos.

Trabalhadores brasileiros,

Em nossas próprias mãos repousa tanto nosso presente como nosso futuro.

Participante de uma história pacífica, o brasileiro constrói o seu mundo com ordem e em paz.

Dotado de personalidade ativa, emadurecido pelos desafios de sua imensidão, o Brasil dedica-se, diuturnamente, a construir as bases de uma grande Nação. Todos somos trabalhadores nessa obra portentosa.

E a todos os que assim labutam em nossa Pátria, rendo aqui minha homenagem pessoal e a do Governo da Revolução, no Dia Universal do Trabalho.



4 DE MAIO DE 1976.

VISITA A INGLATERRA.

AGRADECENDO AO DISCURSO DE  
BOAS VINDAS DO LORD MAYOR DE  
WESTMINSTER.

Senhor Prefeito,

Esta é a primeira vez em que um Chefe de Estado brasileiro visita oficialmente o Reino Unido. Faço-o com imenso prazer, podendo assim retribuir, a convite de Sua Majestade a Rainha Elizabeth, a visita por ela feita ao Brasil em 1968.

Como Vossa Excelência salientou, a história das relações anglo-brasileiras, ao longo de século e meio, registra ininterrupta amizade, cooperação e respeito mútuo entre nossos dois povos. Se assim foi no passado e até os dias de hoje, com maior razão sê-lo-á no futuro, pois a crescente interdependência no plano mundial torna mais fácil e mais necessária ainda a cooperação entre países que, como os nossos, compartilham múltiplos objetivos e valores.

Vossa Excelência referiu-se ao esforço que o Brasil tem realizado para industrializar-se e modernizar sua economia. Felizmente podemos orgulhar-nos do quanto temos podido fazer nesse sentido, graças ao trabalho e à dedicação do povo brasileiro. É, sobretudo, motivo de satisfação de meu governo é poder dizer que, ao progresso alcançado no plano material, temos procurado, com determinação, asso-

ciar o progresso social e espiritual da Nação brasileira.

O povo inglês que em tão elevado grau tem sabido harmonizar a preservação de sua individualidade, o estímulo ao progresso e a busca de formas eficientes para repartição social dos frutos da civilização, bem pode apreciar o que tais metas representam, de desafio, a um país em desenvolvimento.

Estes dias em Londres serão dias de grande significado para mim, pelo que esta visita representa para as relações entre nossos dois países e pelo prazer muito especial que, com minha mulher e minha filha, sentirei nessa convivência, como hóspedes de Sua Majestade.

Por intermédio de Vossa Excelência, Senhor Prefeito, faço chegar ao povo britânico, cujo valor sempre admiramos e cuja coragem testemunhamos em lutas de que, lado a lado, participamos no passado, a mensagem de cordial amizade do povo brasileiro.

4 DE MAIO DE 1976.

VISITA A INGLATERRA.

RESPONDENDO A SAUDAÇÃO DA  
RAINHA ELIZABETH. POR OCASIAO DO  
BANQUETE NO PALACIO DE BUCKIN-  
GHAM.

Majestade,

Há quase oito anos, Vossa Majestade visitou oficialmente meu país, sendo o primeiro soberano reinante britânico a fazê-lo. Ao retribuir-lhe a visita agora, sou, também, o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar oficialmente o Reino Unido. Significativo é que, após século e meio de relações tão estreitas entre nossos países, tenham ocorrido, no espaço de alguns poucos anos, tais encontros do mais alto nível entre os Chefes de Estado de ambas as Nações. Evidenciam tais gestos que essas relações são mais importantes do que nunca e auguram, mesmo, nova etapa na cooperação recíproca.

O Brasil, que herdou de Portugal especiais vínculos com o Reino Unido, recebeu, desde a primeira hora de sua formação nacional, o influxo da civilização britânica. O ideário político e econômico da jovem nação brasileira impregnou-se de tais influências. No campo das letras, das ciências, não menor foi a contribuição britânica para a formação da cultura brasileira.

Viviam as Nações, então, num contexto bem diverso do que oferece o Mundo de hoje. O contraste entre países consolidados e os que apenas começavam

vida independente no continente americano, dava caráter natural a comportamentos privilegiados que se tornaram superados na sociedade internacional, mais igualitária, do presente. Em nossas relações recíprocas, o Brasil e o Reino Unido não conheceram traumas nas acomodações que a História foi tornando necessárias.

Vossa Majestade generosamente evocou, no Brasil, palavras do eminente estadista George Canning que previam, para o Novo Mundo, importante papel a desempenhar na reestruturação do equilíbrio internacional. Talvez devêssemos atualizá-las para incluir no conceito de Novo Mundo uma grande parte das Nações, não apenas do continente americano, mas também da África e de outras partes da terra, que souberam enriquecer-se dos valores fundamentais da civilização européia, incorporando-os à seiva haurida nas autênticas culturas nacionais de seus povos. Esse vasto panorama de países, de onde emergimos, vê, como desafio irrecusável, sua crescente participação no encaminhamento das questões internacionais. E é com humildade que o Brasil aceita, sobre seus ombros, a carga de responsabilidade que lhe cabe, mesmo porque tem plena consciência de que, por muito tempo ainda, a parte que compete aos países em desenvolvimento, no esforço global, é das mais difíceis e penosas.

O esforço de desenvolvimento, a consolidação da nacionalidade, o equilíbrio social são tarefas que perseguem todos os Governos, quer se trate de países já com elevados níveis de desenvolvimento, quer de

outros que mal se desprenderam dos vínculos coloniais que lhes entravavam o progresso. Mas é desigual o que esse esforço representa para cada Nação. Evidentemente, a magnitude de recursos necessários variará com as dimensões do espaço e da população e, sobretudo, com o nível e a urgência das metas que forem adotadas. No mundo aberto em que pretendemos conviver, o problema da escolha de tais metas é particularmente delicado e difícil. É que a convivência diária, através dos meios de comunicação de massa, com os padrões mais adiantados das sociedades plenamente desenvolvidas, gera, mesmo em populações distantes, anseios de progresso material e cultural que já não se medem por comparação a estágios anteriores do mesmo grupo social, mas aos estágios presentes nas sociedades mais avançadas.

Essa existência em dois níveis de progresso, o do real cotidiano e o de expectativas não menos condicionantes, representa uma experiência de que só têm conhecimento os países em desenvolvimento nos dias de hoje. A generalidade dos sentimentos daí decorrentes é de tal ordem que criou fenômeno novo para a convivência internacional. Na verdade, já não se pode deixar de considerar como inevitável a reestruturação da ordem econômica mundial, para que se busque acomodação às expectativas muito presentes na grande massa dos mais desprovidos de recursos, em todo o mundo.

Disse que o Brasil se aproxima de seu novo papel internacional com o senso de suas responsabilidades, mas também com humildade. Temos clara

a consciência do que aí nos cabe fazer, como projeção, aliás, do que internamente estamos procurando construir. Lutando contra as adversidades características do estágio de desenvolvimento em que nos encontramos — e das quais faz parte a incompreensão dos que querem a realidade à imagem de esquemas apriorísticos e simplificadores — temos procurado construir um país equilibrado, sadio, confiante, onde a justiça possa prevalecer naturalmente e onde seja possível ao homem ser responsabilmente livre. Contamos, para isso, com as espontâneas qualidades de generosidade, de tolerância e de otimismo do povo brasileiro, um povo que não conhece o ódio nem a xenofobia, que oferece um dos mais completos exemplos de igualdade racial, que faz das religiões um traço de união, nunca pretexto de separação entre as pessoas, um povo que acredita no amanhã e saberá construí-lo com perseverança e energia.

É desse povo que trago, Majestade, mensagem de cordial afeto e admiração ao povo britânico. Mais do que qualquer outro, disseminou o povo britânico pelo Mundo os valores da civilização ocidental. Contribuiu, dessa forma, para criar as condições de um universalismo de padrões espirituais da maior relevância para o esforço ecumênico de entendimento a que estão voltadas as Nações hoje em dia. Essa capacidade de liderança que, dentro de outro contexto histórico, a Inglaterra assumiu com destaque, tem, no mundo de nações independentes e interdependentes de hoje, relevante papel a desempenhar. A nova sociedade internacional muito poderá

beneficiar-se do esclarecido pragmatismo britânico que, de forma tão especial, sabe conciliar tradição e renovação para as conquistas sociais.

A todos os presentes peço que ergam comigo suas taças para beber à saúde de sua Majestade a Rainha Elizabeth II, de sua Alteza Real o Príncipe Phillip e à crescente prosperidade das relações anglo-brasileiras.



5 DE MAIO DE 1976.  
VISITA A INGLATERRA.  
APÓS O ALMOÇO OFERECIDO PELO  
PRIMEIRO-MINISTRO CALLAGHAN.

Senhor Primeiro Ministro e ilustres convidados,

É com grande prazer que me encontro com Vossa Excelência e que vejo a desenrolarem-se conversações objetivas sobre as relações anglo-brasileiras.

Essas relações sempre foram boas, marcadas pelo respeito mútuo e pelo benefício recíproco. Recentemente, porém, decidimos, os dois Governos, que elas poderiam ser incrementadas, para melhor corresponder às dimensões e às potencialidades dos dois países. Vossa Excelência, junto com outros Ministros do Governo britânico, teve destacado papel nessa reavaliação e muito contribuiu para que se concluísse o Memorando de Entendimento que trouxe novo ímpeto às relações anglo-brasileiras.

Na verdade, Senhor Primeiro Ministro, nada mais oportuno do que aquela decisão. Nossos países, em que pesem as dificuldades que enfrentaram como resultado da crise econômica geral, estão no limiar de novos períodos de expansão. É, pois, dentro de perspectivas ainda mais vastas de cooperação, que se irão processar nossas relações futuras. Nós, no Brasil, encaramos com otimismo o desenvolvimento dessas relações.

Estou certo de interpretar os sentimentos de todos os presentes ao expressar meu reconhecimento ao Primeiro Ministro e à Senhora Callaghan por esta agradável ocasião.

Gostaria de pedir a todos que a mim se juntem num brinde à Rainha e às relações que desejamos ainda mais estreitas entre nossos países.

5 DE MAIO DE 1976.

VISITA A INGLATERRA.

RESPOSTA AO DISCURSO DE BOAS  
VINDAS DO LORD MAYOR DE LONDRES,  
NO GUILDHALL.

Senhor Prefeito,

Há cidades cujos nomes evocam imediatas associações de grandeza e sentimentos muito especiais. Londres avulta entre elas para quantos de nós tivemos a ventura de nascer sob o pátio da civilização ocidental.

Esta magnífica recepção, com que o povo da cidade de Londres homenageia, na minha pessoa, o povo brasileiro, é bem um símbolo daqueles sentimentos que o simples nome de Londres evoca. À beleza do cenário, à magnificência do cerimonial, embebido de tradição, aliam-se a generosa hospitalidade e o genuíno interesse humano que transparece nas atenções que nos dedicam.

Aliás, a cordialidade tem sido a nota dominante nos contatos havidos durante esta minha visita. Melhor atestado não haveria das memoráveis qualidades do povo inglês e testemunho, também, do excelente estado das relações entre nossos povos e nossos dois Governos.

Assim tem sido e assim será cada vez mais. Sempre destacadas foram as afinidades entre nossos povos, o que permitiu uma história, já longa, de

benéfica cooperação entre os dois países. Tudo indica que as oportunidades de entendimento em proveito recíproco só tendem a aumentar. Podemos antecipar, dessa forma, que futuro brilhante está reservado às relações anglo-brasileiras.

Senhor Prefeito,

Agradeço a Vossa Excelência e aos representantes da Cidade esta calorosa acolhida. Por seu intermédio, dirijo ao povo de Londres a mensagem de amizade do povo brasileiro.

5 DE MAIO DE 1976.

VISITA A INGLATERRA.

AGRADECENDO SAUDAÇÃO DO LORD  
MAYOR DE LONDRES, APÓS BANQUETE  
NO GUILDHALL.

Senhor Prefeito,

Suas Altezas Reais,

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Agradeço as palavras de Vossa Excelência, nas quais encontrei vivo calor humano, a par de evidente simpatia para com meu povo e meu País. Cada povo projeta, de si mesmo, uma imagem, na qual assume relevo especial este ou aquele traço, o que pouco se altera mesmo com o conhecimento mais aprofundado que o convívio possibilita. Assim, a idéia que nós, brasileiros, fazemos dos ingleses não deixará de estar sempre, também, influenciada pelos estereótipos que o caráter peculiar do povo britânico tornou universalmente associados à sua imagem.

Concordo com Vossa Excelência em que nenhum conhecimento indireto, por mais douto que seja, vale o contato pessoal para a boa compreensão de um povo e a correta avaliação de um país. Nesse sentido, presumo mesmo que algum conhecimento possa, em certos casos, ser mais prejudicial à correta apreciação de um fenômeno social do que nenhum conhecimento prévio a seu respeito. E se faço esta reflexão, é para retomar uma observação de Vossa Excelência

sobre o tempo perdido nos bancos escolares, quando, talvez, não tivesse sido dada a requerida atenção às aulas de História e Geografia. Pois, Senhor Prefeito, que lente profético poderia há trinta, vinte, dez anos, haver descrito o Brasil que hoje somos? O conhecimento adquirido certamente estaria superado pela dinâmica dos fatos subseqüentes.

Não vou cometer a indiscrição de aventurar-me a presumir o momento em que Vossa Excelência teria freqüentado os bancos escolares. Presumirei, no entanto, que grande parte da população britânica haja feito seu primeiro grau escolar por volta de 1950, apenas para indicar as extraordinárias diferenças ocorridas, no espaço de uma geração, entre o Brasil que lhes teria sido então ensinado e o que hoje realmente somos.

Para citar, apenas, o mais dramático desenvolvimento, a população brasileira teve um aumento, nesses vinte e cinco anos, superior ao total da população atual do Reino Unido, tendo passado de 52 para 110 milhões de habitantes. Enquanto assim dobrava a população, a produção agrícola triplicava, a produção industrial sextuplicava e o comércio internacional crescia quase dez vezes. Em conseqüência, o produto real brasileiro quadruplicou no mesmo período. Um expressivo índice revelador das necessidades acarretadas por esse dinâmico crescimento é o do aumento da capacidade de energia elétrica instalada no Brasil, o qual cresceu mais de doze vezes naquele espaço de tempo. Evidentemente, um tal crescimento provoca profundas alterações qualitativas

na sociedade. Assim, enquanto, em 1950, 36% da população vivia em áreas urbanas, hoje essa porcentagem subiu para quase 60%. Mas não vou cansar os Senhores com essas comparações que, em sua eloquência, demonstram o que me propus revelar, ou seja, quão diferente é o Brasil de hoje daquele que teria sido aprendido nos textos escolares, há apenas uma geração atrás.

As dimensões do esforço realizado pelo Brasil assumem exatas proporções quando levamos em conta as dificuldades que, em anos recentes, vieram somar-se àquelas, de natureza estrutural, características dos países em desenvolvimento. Refiro-me, particularmente, à crise interna que viveu o País no período imediatamente anterior a 1964 e, dez anos depois, à crise internacional realçada pela dramática explosão dos preços de petróleo.

A Revolução de março de 1964 pôs cabo ao processo de desmoronamento econômico e social do País e recolocou o Brasil na trilha do progresso. Nos primeiros anos de reajustamento, medidas rigorosas foram necessárias para reduzir uma taxa anual de inflação, que ultrapassara a casa dos 100%, para conter os crescentes *deficits* do balanço de pagamentos e reestruturar a dívida externa, para restaurar a renda real, acelerar a criação de empregos e corrigir as distorções regionais e sociais da economia. Mas, depois, o País veio a alcançar tais níveis de progresso que se tornou moda falar de um «milagre brasileiro». Desde 1968, o produto real brasileiro cresceu 104% e a renda real, *per capita*, 63%. As exportações

mantiveram o excepcional ritmo de crescimento anual de cerca de 23% e anos sucessivos de saldos no balanço de pagamentos permitiram ao País alcançar níveis recordes de reservas. Assim, tanto no plano interno quanto no externo, criaram-se condições extremamente favoráveis para o progresso continuado. Graças a essa situação, pôde o Brasil enfrentar, em condições excepcionais, a crise econômica que, em grande parte, foi desencadeada pela elevação dos preços de combustíveis, a partir de 1973. Em 1975, o pior ano para a economia mundial no contexto da presente crise, o produto real brasileiro cresceu entre 4 e 5% e as exportações, não obstante a recessão dos mercados dos países desenvolvidos, aumentaram quase 9% em valor.

Tais resultados têm valido, a meu País, a confiança da comunidade financeira internacional e dos investidores de todo o mundo. Uma política de equitativo e justo tratamento ao capital estrangeiro, associada às garantias fornecidas pelo próprio desempenho da economia, favorece a participação estrangeira no desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, uma equilibrada administração da dívida externa, pautada por uma rigorosa compatibilização da mesma com a criação de recursos para sua amortização, permite ao País manter o fluxo de novos financiamentos e investimentos, sem risco para os fornecedores desses recursos.

Presente a esse esforço nacional, tem estado constantemente a preocupação com a disseminação social dos frutos do progresso material. É verdade

que, nos primeiros anos da recuperação econômica, ocorreu certa concentração de renda nas camadas mais favorecidas da população. Mas isso foi o resultado, sobretudo, da aceleração do crescimento demográfico e das repercussões de deficiências existentes no sistema educacional anterior a 1964, com o resultante excesso de demanda para trabalhadores qualificados e de oferta para mão-de-obra não qualificada. Uma política educacional mais adequada ao estágio de desenvolvimento nacional e a estrutura da economia conduzirá a uma redistribuição de renda melhor. Idêntico resultado, meu Governo está procurando atingir por outras fórmulas, que vão da reforma do Imposto sobre a Renda à extensão dos benefícios da previdência social e dos fundos institucionais de poupança e à modificação da política salarial. A esses esforços, devo ainda acrescentar os que vem realizando o Governo para redistribuir regionalmente a renda, através de incentivos criados para pólos de desenvolvimento em zonas economicamente menos aproveitadas do País.

Senhor Prefeito,

Espero não ter cansado esta seleta audiência com tantas cifras e observações sobre a economia do meu País. Mas achei, nas palavras de Vossa Excelência, um provocante convite para uma exposição que desse, em breve sumário, alguns traços marcantes da atualidade do Brasil, a qual nos permite, como bem notou Vossa Excelência, nos sentirmos orgulhosos de ser brasileiros.

Mais uma vez agradeço a Vossa Excelência as palavras de cordialidade que teve para com o meu País. Agradeço, também, a generosa hospitalidade da cidade de Londres, tão expressivamente representada neste banquete. Que a calorosa simpatia que a todos une nesta sala seja o símbolo perene das relações entre nossos povos.

P. «Durante a sua estada em Londres, foram encaminhados ao Palácio de Buckingham para serem entregues ao senhor duas cartas, *uma do Lord Avebury, e em nome do grupo parlamentar de direitos humanos*, e outra do Arcebispo de Westminster, manifestando preocupação pela questão dos direitos humanos no Brasil. Uma delas solicitando, inclusive, autorização do Governo brasileiro para investigações a esse respeito. O Governo brasileiro pretende responder a essas cartas e conceder autorização pedida?»

R. «Somente estou tendo, agora, notícia de que elas existem. *Mas vou responder às cartas*. Vou ver o texto e responder. Agora, evidentemente, o Governo brasileiro não aceita investigação de pessoas estranhas dentro do Brasil. Isso é uma questão de independência nossa, o problema dos direitos humanos é de responsabilidade nossa. É uma questão interna e as pessoas de fora não têm nada que investigar no Brasil, como eu não vou investigar na Inglaterra, nem na França, nem na Polônia, nem na Espanha, nem em Portugal. É uma questão de soberania e autonomia do País».

P. «Como o senhor está observando as constantes manifestações ocorridas durante todo o seu

programa em Londres. Isso estaria inserido no contexto do liberalismo democrático inglês?».

R. «Eu tenho visto dois tipos de manifestações. Se vocês me permitem a modéstia, que eu acho que é preponderante, manifestações de aplausos e de boas vindas. Eu tenho visto nos trajetos que tenho percorrido grandes massas humanas, inclusive de brasileiros, que batem palmas e acenam para mim com bastante simpatia. Vi duas ou três manifestações hostis que eu acho que são próprias do liberalismo britânico e que são naturais, pois cada um pode expor o seu ponto de vista. Não tenho nada contra isso».

P. «No plano político e no plano diplomático, ao término dessas duas viagens, que V. Ex<sup>a</sup> fez à França e Inglaterra, como resumiria os resultados?»

R. «Evidentemente, os resultados dessas visitas são resultados que vão se projetar a longo prazo. Nós não estamos procurando nenhum resultado imediatista. Tanto na França como aqui na Inglaterra, o Presidente do Brasil foi muito bem recebido, não só pelas diferentes camadas sociais, empresariais, mas sobretudo pelo Governo.

Tanto o Governo francês como o inglês me receberam muito bem e acredito que estas primeiras visitas que o Presidente do Brasil faz à Europa — a França e a Inglaterra — certamente trarão resultados. Não pela pessoa do Presidente, mas pelo que ele representa. Ele tem atrás de si um potencial enorme. Vocês não se esqueçam que nós somos cento e dez milhões de brasileiros, somos um país que está num

crescimento acelerado há vários anos e isso tem uma significação muito grande para a Europa. Vamos ser um parceiro sobretudo no campo econômico, útil para os europeus, como também os europeus vão ser úteis para o Brasil».

P. «O Senhor, tanto na França como na Inglaterra, discutiu em alto nível o problema da África. O senhor encontrou pontos de vista de convergência com a posição brasileira no continente africano?»

R. «Eu não digo ter discutido o problema da África. Nós trocamos impressões sobre os problemas da África e há pontos de convergências, sem dúvida. O sentimento geral, hoje em dia, tanto na França como na Inglaterra, é de anticolonialismo, como é o sentimento brasileiro. Encontrei, sem dúvidas, convergência de pontos de vista no sentido de que a África deve se tornar cada dia mais independente e que nós devemos manter estreitas relações com os países da África; inclusive do ponto de vista econômico».

P. «O Senhor já falou dos resultados políticos e diplomáticos de suas viagens à França e Inglaterra. No campo econômico, quais os resultados que o senhor destacaria?»

R. «Há, tanto na França como na Inglaterra, um extraordinário interesse em cooperar com o Brasil e em fazer investimentos em nosso país. Há programas no campo da energia elétrica, no campo siderúrgico, ferroviário. Há, inclusive, na agricultura e numa série de outros. Há um grande interesse em

realizar investimentos no Brasil, dar créditos ao Brasil. Isto eu acho que, para nós, é altamente auspicioso. E evidente que todas essas proposições que se formulam devem ser estudadas e analisadas tendo em vista também o interesse brasileiro. Acho que chegamos a uma série de resultados concretos. Aqui na Inglaterra, por exemplo, estamos em vias de firmar um protocolo tendo em vista a rápida execução do projeto da Açominas. Estamos, também, em vista de firmar um acordo no sentido de equipamento da Ferrovia do Aço, que estamos construindo entre Belo Horizonte e Volta Redonda. Trata-se de uma ferrovia de primeira ordem, eletrificada, e uma parte do equipamento inglês, que a indústria nacional não produz, eles vão financiar, como também fornecer financiamentos para as obras complementares que se realizam no Brasil. A Ferrovia do Aço contará com financiamentos, se não estou equivocado, da ordem de quatrocentos milhões de dólares. Há outros problemas que, evidentemente, vão ser depois decididos no Brasil, mas acho que, no campo econômico, o resultado é altamente auspicioso. Mostrei a eles que não basta que eles nos dêem créditos e forneçam equipamentos ao Brasil. O que é preciso é que eles, em contrapartida, comprem mais no Brasil e também façam maiores investimentos em nosso país».

P. «Tanto na visita à França como na Inglaterra, ficou implícito no comportamento dos Governos, francês e inglês, um de centro direita e outro de esquerda, a sugestão de que eles esperam que o Brasil está assumindo uma nova posição no mundo

de hoje. Como é que o Senhor vê essa sugestão, o que consta, inclusive no discurso de saudação da Rainha?»

R. «É indiscutível que o Brasil tenha uma nova posição no mundo. O Brasil é uma nação emergente, com o potencial que o Brasil é e com o que ele concretiza nas suas realizações econômicas etc., isto lhe dá uma nova posição. É lógico que é uma posição modesta. Nós temos que olhar essa posição com modéstia. Não podemos pretender modificar o mundo, mas podemos influir, podemos exercer em certas áreas alguma liderança e desenvolver idéias, sobretudo, no campo econômico, que conciliem de tal forma os interesses dos países já desenvolvidos e daqueles que estão em desenvolvimento. Nós estamos lutando para que se abra um pouco esse campo e os países em desenvolvimento tenham maior chance de crescer mais depressa do que estão crescendo».

P. «Na área econômica, apesar da receptividade, tanto da França como da Inglaterra, do ponto de vista de investimentos e até da área financeira, me parece que as restrições comerciais permaneçam de alguma forma, com perspectivas de se agravar. O Senhor vê nisso um motivo para repensar o modelo exportador brasileiro?»

R. «Nós estamos motivando tanto a França como a Inglaterra no sentido de eliminar ou reduzir as restrições comerciais que existem sobretudo no Mercado Comum Europeu. Evidentemente, isso não é fácil, porque há um jogo de interesses muito grande,

que ainda sobrexiste. Com relação à Inglaterra, ontem, quarta-feira por exemplo, abordou-se a questão da taxaçoão do calçado brasileiro. Nós mostramos que eles haviam adotado uma taxa elevadíssima, muito maior do que os norte-americanos haviam imposto. Eles concordaram em reexaminar o problema, inclusive, numa comissão conjunta, qual é realmente o benefício que o Brasil dá para a exportação de calçados e qual seria a taxaçoão adequada que os ingleses deveriam impor para proteger a sua própria indústria. Concordaram em reexaminar o problema conosco. Isso é, sem dúvida, uma abertura e, inclusive, se chegarem à conclusão de que as taxaçoões devem ser menores, eles se dispõem a restituir o dinheiro que cobram a mais.

P. «Há possibilidade da aquisição de tecnologia inglesa para a exploração de petróleo brasileiro na plataforma submarina?»

R. «Ontem, conversando com o Ministro de Energia, ele mostrou-se interessado em conhecer os problemas da política brasileira em relação ao petróleo e propor-se um intercâmbio entre o Governo inglês e o brasileiro, através de suas empresas petrolíferas, no sentido não só da política de petróleo que cada país segue e imagina que deve seguir, como também ponto de vista tecnológico em que eles conseguiram extraordinários avanços, principalmente sobre o problema de perfuração num mar muito mais difícil do que o nosso, a profundidades muito maiores, em que eles poderão nos ensinar muita coisa. Ficou resolvido que a Petrobrás enviaria uma delegação,

que manteria entendimentos durante alguns dias com representantes britânicos, no sentido de troca de opiniões, de formulação de política e, sobretudo, tendo em vista o aproveitamento tecnológico recíproco, porque talvez nós também tenhamos alguma coisa em que possamos ser úteis a eles».

P. «Essas duas viagens e tudo aquilo que foi obtido nelas, com a presença de Vossa Excelência na Europa, que tipo de repercussão em termos de política interna poderiam ser anunciadas imediatamente no Brasil, ao final da sua viagem?»

R. «Eu não pretendo atingir internamente nenhum objetivo político com as minhas viagens. Apenas, talvez, se me permitem, conscientizar o povo brasileiro da importância que ele está adquirindo no mundo».

P. «Essa tecnologia que o Brasil está procurando aqui na Inglaterra é melhor do que a tecnologia oferecida em qualquer outro lugar do mundo, nos Estados Unidos, por exemplo?»

R. «Não digo que seja melhor, mas veja bem que nós temos que diversificar. Nós não podemos ficar dependendo da tecnologia de um único país, como também não podemos ficar dependendo financeiramente ou politicamente de um único país. O Brasil já é suficientemente grande para se colocar ao lado dos Estados Unidos, que é um país muito amigo nosso, da França, da Inglaterra, da Alemanha, do Japão. Essa diversificação é muito útil porque cada um tem uma área, um setor, em que é excelente; então,

vamos procurar maior segurança. A tecnologia através da diversificação é procurar a melhor tecnologia possível».

P. «O Senhor acredita que os resultados da sua viagem à França e à Inglaterra vão estimulá-lo a novas missões internacionais?»

R. «Eu, já na outra entrevista, lhes disse que não gostava muito de viajar ao exterior. Tenho no Brasil motivação e trabalho suficiente para ocupar o meu tempo. Vim por um dever de ofício e procuro, evidentemente, corresponder às gentilezas dos franceses e ingleses e me comportar, no «society» que está aí, do melhor modo possível. Mas não é do meu temperamento e do meu feitio. Tenho uma viagem prometida que tenho que realizar, que é ao Japão, provavelmente ainda este ano, se não me engano, no mês de setembro. Fora disso, não tenho nenhum outro compromisso internacional. Tenho muitos convites, mas não há nenhum no qual tenha me comprometido até agora. O que há de positivo é que, em setembro, se Deus quiser, irei ao Japão.

E acredito que vou revê-los por lá também.»

P. «À medida que as nações crescem e se projetam, a sua política externa vai ficando mais importante do que a interna. Vossa Excelência acha que a nossa política já deva estar mais ou menos nessa medida?»

R. «Eu acho que, por mais importante — e o meu Ministro Silveira que me perdoe — que seja a nossa política externa e por mais importante que seja a documentação que ele quase diariamente me manda sobre os nossos problemas externos, eu acho que as dimensões do Brasil, territoriais, da população, a natureza dos problemas e as dificuldades que ainda temos para montar uma infra-estrutura adequada, os problemas que temos no campo social, da educação, no nível de vida do nosso povo, os problemas da nossa agricultura, da pecuária e da indústria — são problemas muito maiores do que os problemas externos. Nós, ainda não chegamos na fase de dar maior importância ao setor externo do que ao interno. O setor externo é extraordinariamente importante, mas os meus olhos estão principalmente voltados para dentro do Brasil. É claro que o Ministro das Relações Exteriores olha para o outro lado e me secunda adequadamente».

P. «A sugestão, feita em Paris, no sentido de que o Brasil deveria manter uma presença ativa no continente africano, sobretudo em Angola, até mesmo para evitar o crescimento do bloco comunista na região, poderia ser interpretada como uma indicação ao Ocidente?»

R. «Estou de acordo. Acho que se o Ocidente estiver mais presente na África, em Angola e em Moçambique, nós teremos uma maneira de nos contrapormos».

Evidentemente dentro de certos limites, a ação comunista.

Não é só o Brasil. Se a França, se a Inglaterra, se os Estados Unidos e outros países estiverem presentes nessas áreas, sem dúvida isto trará dividendos para o Ocidente.

Baianos, eu agradeço as demonstrações de apreço da minha chegada hoje pela manhã no aeroporto, que cumularam, sobretudo agora, nesta minha vinda a este local. Agradeço também as palavras generosas do Sr. Governador do Estado. Devo confessar na minha humildade que tenho dúvidas se realmente faço jus a estas demonstrações. Em sã consciência tenho me esforçado para cumprir o meu dever, mas a tarefa que sobre mim pesa é, sem dúvida, extremamente difícil, e este apoio e estas demonstrações que ora recebo servem, sem dúvida, para aliviar em grande parte este fardo.

É a segunda vez que, como Presidente da República, venho à Bahia; a primeira durante o Governo do atual Governador Roberto Santos. A minha vinda significa essencialmente, além do contato que se deve necessariamente estabelecer entre governantes e governados para um conhecimento recíproco, visando a uma avaliação dos problemas que os torturam. Serve, sem dúvida, para que, nesse contato mais íntimo, eu possa ver como está a Bahia, como a Bahia evolui e o que a Bahia precisa para crescer mais ainda.

A Bahia, desde os tempos mais históricos, tem no nosso país uma vocação de grandeza pela sua extensão territorial, pela sua população, pelas suas

tradições e suas riquezas potenciais. Os Governos da Revolução, desde Castelo Branco, Costa e Silva e Emílio Médici se empenharam em assistir e conhecer mais profundamente a Bahia e conviveram e cooperaram com os Governos que aqui se desenvolveram desde 1964; o Governo Lomanto Júnior, Luís Viana, Antônio Carlos Magalhães e assim eu concluo com o atual Governo Roberto Santos. É o que em outra ocasião denominei de um federalismo solidário. Governo da União e Governo do Estado caminham juntos na senda da Revolução para o desenvolvimento da Bahia.

E esse desenvolvimento se realiza em todos os campos, sobretudo, no campo econômico, se abrem estradas, se intensifica o aproveitamento da energia elétrica, se desenvolve a agricultura, a pecuária e, sobretudo, está numa fase nova de grande industrialização. Esse desenvolvimento se realiza no campo social, no ensino, na saúde, na assistência social, na preocupação predominante de cuidar do trabalhador e dar-lhe meios de elevar seu salário especialmente por sua capacidade, em suma, num desenvolvimento integrado que visa transformar a Bahia num dos grandes Estados do país, capaz de ombrear-se, em futuro próximo, com os Estados do Sul, como São Paulo, Rio de Janeiro e mesmo Paraná e Rio Grande do Sul.

Hoje, particularmente, cuidamos de três problemas: uma revisão do Programa de Camaçari e

vimos com grande satisfação que os cronogramas estão em dia, que proximamente, talvez antes do fim do ano que vem, Camaçari estará em pleno funcionamento. Serão mais de 20 indústrias que passarão a funcionar na Bahia, trazendo riquezas, trabalho. Vimos também a possibilidade de iniciar, em breve, a exploração do minério de cobre no Estado da Bahia e não só explorar o minério e concentrá-lo, mas também de iniciar na Bahia a metalurgia do cobre e, assim, suprir uma das grandes deficiências de que o Brasil ainda hoje se ressentente.

E, em terceiro lugar, tive a ventura de aprovar hoje de manhã vasto programa de realizações na área metropolitana. É um passo a mais de cooperação, entre o Estado e o Governo federal. Neste quadro que eu, simplesmente, em poucas palavras, procurei esboçar de nossa convivência na área federal com a área estadual e o povo da Bahia, eu vos trago uma mensagem também muito singela, é uma mensagem que nos servirá neste drama que estamos vivendo de crises internacionais, e aqui particularmente na Bahia onde ocorre uma seca que já se prolonga em grandes extensões de seu território, uma mensagem de confiança, de confiança recíproca.

Confiai no Governo que está pronto a cumprir o seu dever usando os meios de que dispõe, com tenacidade, com determinação e que confia em vós, no trabalho de cada um, nas aspirações de cada um, certo de que contará com o apoio de cada um, porque

juntos sem dúvida, nós conseguiremos resolver estes problemas. Eles estarão dentro das nossas possibilidades e na certeza de que resolvendo estes problemas da Bahia nós estamos realmente trabalhando para o Brasil.

13 DE MAIO DE 1976.

IMPROVISO EM CAMAÇARI - BA.

Vim hoje aqui, acompanhado dos Ministros do meu Governo e, a primeira visita a Camaçari. A razão de ser dessa visita, que é feita também em caráter mais geral ao Estado da Bahia, é verificar o desenvolvimento dos trabalhos que aqui se realizam. Quero dizer que venho com extraordinária satisfação, sobretudo porque desde logo tive oportunidade de inaugurar mais uma fábrica, mais uma indústria neste complexo que está sendo construído aqui.

O Pólo Petroquímico de Camaçari, inscreve dentro do objetivo essencial do Governo da Revolução de promover o desenvolvimento a outras áreas e não apenas as do centro do País. São Paulo, Rio de Janeiro, já tem um extraordinário desenvolvimento.

Acho que devem se desenvolver muito mais ainda, mas é essencial que outras regiões do Brasil também cresçam. Dentre essas regiões, uma das que apresenta condições mais favoráveis é sem dúvida, a Bahia, por uma série de circunstâncias: extensão territorial, a sua população, a sua tradição a sua história e também os recursos naturais de que dispõe.

Tudo isto levou o Governo do presidente Médici a promover a construção deste Pólo Petroquímico. Está já em mais da metade de seu caminho, com 75

por cento já realizados e que constitui um extraordinário esforço do Governo e das entidades privadas e mesmo do capital estrangeiro, mas que, sem dúvida, construirá para a região um progresso de valor incalculável.

Nessa oportunidade em que se assinam vários atos entre entidades do Governo da Bahia e do Governo federal, numa demonstração da cooperação que existe entre os dois níveis de Governo, que é constante atuação no Governo que tenho a honra de presidir, eu desejo dar-lhes uma notícia que repito de alta relevância para a Bahia e que também é resultado de esforços que vêm sendo desenvolvidos há vários anos.

Nós temos, ainda, entre as nossas debilidades e vulnerabilidades, graves problemas de suprimento de metais não-ferrosos. Os ministérios das Minas e Energia e da Indústria e do Comércio, principalmente, têm-se empenhado no sentido não só de descobrir novas jazidas de matérias-primas próprias para o desenvolvimento do suprimento desses metais como também para a sua industrialização. Entre eles, ficaram com destaque o cobre. O Brasil importa, presentemente, 140 mil toneladas/ano de cobre. Dentro de poucos anos, esses números possivelmente, se elevarão a 200 mil toneladas/ano. É uma dependência do exterior, não só no que se refere ao dispêndio de divisas como pela vulnerabilidade em si, dada a essencialidade que o cobre usufrui da nossa vida cotidiana.

A Bahia tem jazidas descobertas há vários anos, na região de Caraíba, e até hoje não foi possível

explorá-las porque as explorações dependia de uma avaliação mais objetiva do volume de cobre contido nas suas jazidas.

O empreendimento teve, por várias circunstâncias, que passar das mãos de um empresário para as do Governo federal, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Prosseguiram-se as prospecções e hoje, é possível anunciar que estamos em vias de explorar essas jazidas.

Junto com a exploração dessas jazidas e através do Consider, certamente dentro de pouco tempo nós instalaremos a indústria metalúrgica do cobre, possivelmente na área de Salvador. Então, teremos dois empreendimentos conjugados: um a exploração das jazidas de minério e a produção de concentrados e, o outro, a segunda fase da metalurgia desse concentrado ou de outros concentrados que nós pudermos trazer de outras áreas, para adquirirmos uma dimensão adequada na indústria do País.

Será mais um empreendimento na Bahia, que não só trará trabalho para mão-de-obra, desenvolvimento industrial e recursos financeiros para o Estado, mas, sobretudo, que virá cooperar para o desenvolvimento financeiro do nosso País.

Queria dar-lhes esta notícia em primeira mão, hoje, como um fato consumado».



Agradeço a presença de todos que aqui compareceram para me receber. Creio sinceramente que esta recepção não é ao indivíduo que eu sou. É porém, uma recepção ao primeiro mandatário de nossa Pátria. É uma recepção àquele que tem sobre seus ombros a grande responsabilidade de conduzir os destinos e preparar o futuro de 110 milhões de brasileiros. É, sem dúvida, suprema honra, mas, ao lado dessa honra, é encargo extraordinariamente pesado sobretudo para quem tem consciência de suas responsabilidades.

Conforta-me, pois, ver a maneira pela qual os habitantes desta cidade me recebem. Estou certo de que compreendem os esforços que vimos realizando para melhorar as condições do homem brasileiro, homem que vive nesta cidade também, já que labuta e trabalha construindo o seu futuro. Ontem, em Salvador, resolvemos vários problemas de extraordinário interesse para a Bahia, não só no sentido de levar a bom termo o pólo petroquímico de Camaçari, mas também para darmos melhores condições à grande área metropolitana que envolve Salvador e, mais ainda para finalmente podermos produzir dentro da Bahia o cobre metálico.

Hoje, aqui em Feira de Santana, dois grandes eventos foram decididos. De um lado, dotar a cidade de esgotos, vale dizer, dotar a cidade de condições sanitárias. E de outro, tendo em vista a importante posição que Feira de Santana ocupa na geografia do Estado da Bahia como entroncamento rodoviário que leva a todos os quadrantes do País, decidiu-se duplicar definitivamente a rodovia que liga Salvador a Feira de Santana. Cumpre assim o Governo federal o seu papel de levar aos diferentes recantos do País o progresso dentro das suas possibilidades. Progresso que é um progresso integrado, não apenas econômico, mas também social e também político.

Em que pese a opinião contrária de muitos, a Revolução tem um caminho político a percorrer. E dentro das suas possibilidades, dentro das crises econômicas do quadro internacional, dentro da agressão que continuamente se renova dos comunistas, nós procuramos construir um País politicamente sã, uma democracia definitiva dentro do cívico estágio de civilização que tenhamos atingido e não uma democracia que apenas figure nas páginas e no papel. E onde haja liberdade a liberdade com responsabilidade e cada um faça aquilo que desejar fazer, mas sem invadir a área de liberdade dos demais.

Eu sei, pelo que tenho visto pelo Brasil afora, desde o Amazonas ao Rio Grande, que este é o sentimento real do povo brasileiro. Continuamos assim e vamos construir um grande Brasil. Muito obrigado.

21 DE MAIO DE 1976.

IMPROVISO EM GRAMADO — RS. POR  
OCASIAO DA V FEIRA NACIONAL DO  
ARTESANATO.

Embora o Ministro Arnaldo Prieto já tenha, em meu nome, apresentado os meus agradecimentos pelas manifestações de simpatia que cercaram a minha vinda, hoje, a Gramado, achei que era do meu dever dirigir-vos algumas palavras que reforcem esses agradecimentos em meu nome, no nome da minha mulher e de minha filha, pela simpatia e o carinho com que nos receberam.

Devo dizer-vos que o dia de hoje, para mim, não é um dia de trabalho, mas um dia de férias, pois, realmente, vim a Gramado, a cidade tradicional de veraneio e de lazer, onde, em outras épocas, passei despercebido. Vim hoje, aqui, realmente, para descansar, para rever este panorama de serra que nos cerca e que nos trouxe até aqui. Vim para ver as fisionomias alegres, sobretudo das crianças que tão gentilmente nos receberam.

Ao ver o imenso labor que se traduz nesta Feira de Artesanato, torno a dizer que este é um dia muito feliz para mim, é realmente um dia de férias, férias que acredito merecer pelo longo trabalho que tenho procurado desenvolver e que, acredito, através das manifestações dos Senhores e das Senhoras, representam o reconhecimento desse povo pelo trabalho que realmente o Governo Federal, nesses longos

anos, vem exercendo. É difícil, é um trabalho imenso cuidar desse Brasil tão grande, desses 110 milhões de brasileiros que vivem na labuta constante à procura de um solo melhor, à procura de um futuro mais feliz, à procura de uma vida mais intensa, porém melhor remunerada e com maiores satisfações. O que aqui se faz se estende pelo Brasil todo e é o povo brasileiro que luta na sua ânsia por um desenvolvimento e por um dia melhor. Acredito que isso nós estamos realizando. É uma tarefa árdua, longa, que levará anos, mas o Brasil já está despontando entre os maiores países do mundo. E, sem dúvida, pelo trabalho do seu povo, pelas suas potencialidades cada dia maiores, merece um futuro melhor. E se esse trabalho da parte dos senhores é reconhecido, espero que nos ajude, espero que continue a cooperar, espero nos apóie, porque, só assim, nós podemos construir um futuro que todas essas crianças, que hoje vi aqui, inúmeras com fisionomias risonhas, esperam ter amanhã.

Ajudem, sobretudo apoiando o Governo, apoiando a Revolução, porque dessa forma, sem dúvida, estão ajudando para que nós façamos um Brasil de amanhã muito melhor do que este de hoje, e que os nossos jovens, as nossas crianças, sem dúvida, merecem. Muito obrigado.

21 DE MAIO DE 1976.

IMPROVISO EM PORTO ALEGRE — RS.  
DURANTE O II CONGRESSO DE VEREA-  
DORES DA ARENA DO RIO GRANDE  
DO SUL.

Minhas senhoras, meus senhores: devo inicialmente agradecer a todos as manifestações, os aplausos, o carinho com que me receberam. Da mesma forma, agradeço os discursos que foram aqui pronunciados e que destacaram com grande relevo, não sei se com o devido merecimento, mas talvez excessivo, a obra que o Presidente da República, há dois anos, vem realizando. Tenho vindo diversas vezes ao Rio Grande. Cada uma dessas viagens constitui para mim motivo de maior emoção sentimental, volver a essas terras onde vivi por longos anos, onde me criei e onde desenvolvi uma bela imagem como a do senador Tarso Dutra. Devo confessar, entretanto, que, ao lado desse sentimento, desta emoção que aqui sinto, traz-me também o encargo decorrente da minha função. Venho ao Rio Grande nesta oportunidade comungar com as senhoras e os senhores os problemas que aqui vivem dentro dos quadros municipais com vereadores do quadro da Arena. Venho como um filiado da Arena. Venho também como presidente honorário do partido e venho como Presidente da República. E venho assim porque acho que essas funções, esses encargos, não são incompatíveis de exercer. Acho que esse congresso se reveste de extraordinária importância. No seu

temário, além de debates em torno de problemas municipais e regionais, estão também os problemas que se relacionam com a campanha eleitoral que em breve se desencadeará, tendo em vista que se processará no próximo mês de novembro. Acredito que o partido unido e forte, sob a liderança do seu Diretório estadual, sob a chefia do ilustre senador Tarso Dutra, conjugado com a experiência e a visão do governador Sinval Guazzelli, com a participação dos que integram os diretórios municipais e, sobretudo, com a atuação partidária desses líderes que são os vereadores, formados na escola básica do partido, que é o município, onde, em contato direto com o povo, vivem os seus problemas e suas necessidades e sentem o impulso que o partido poderá promover no sentido de resolver essas questões. Acredito que muito terão que discutir e planejar, tendo em vista obter um resultado satisfatório, uma vitória expressiva nas próximas eleições. Não me cabe, certamente, dar-lhes conselhos ou orientação nesta matéria. Tenho um conhecimento do problema, na sua linha teórica, e acredito que o problema em si depende extraordinariamente de uma dedicação na tarefa, de uma conjugação numa vontade firme no sentido de levar o eleitor a reconhecer as virtudes do nosso partido, da necessidade de inteligentemente contrapor à crítica fácil e irresponsável a realidade daquilo que nós fazemos do objetivo que nos move, do lastro que temos a nosso favor, de tudo aquilo que foi feito nestes doze anos. Sei que não é fácil recordar a muitos o passado. Sei que a maioria dos eleitores

é jovem, e não viveu este passado mas sei que nós temos recursos para apelar para a inteligência, de mostrar o que era ontem e o que é hoje, e o que será amanhã, de mostrar que no meio das dificuldades nós temos condições de apresentar as soluções boas. Se não ótimas, mas pelo menos boas, ao invés dos adversários, que apenas criticam e não dão as soluções. O mérito está em realizar, e nós temos realizado o que é possível, com os recursos de que dispomos. É evidente que estamos longe de realizar aquilo que realmente desejaríamos ou longe de realizar aquilo que o povo deseja, mas somos realistas, temos os pés no chão, usando os recursos que são postos à nossa disposição, e o que conseguimos mobilizar e empregamos inteiramente em benefício do povo. Nesse nosso trabalho, é importante como base de ação caracterizar o adversário. O adversário está lá fora. O nosso adversário é o partido da oposição, tão necessário quanto o nosso, e é o MDB. Este é o nosso adversário. Nós temos que analisá-lo, ver como ele atua, ver quais são as suas debilidades, quais são seus erros e explorá-los, e devemos ter o cuidado de não caracterizar o adversário dentro do nosso partido. É natural num partido grande como é o nosso, que teve em sua origem elementos oriundos de diferentes partidos, que dentro dele existam divergências e existam lideranças que muitas vezes se contrapõem. Mas é preciso que esta contraposição, que essa luta interna não sirva para nos dissociar. Ao contrário, ela deve ser necessária como estímulo para que após a refrega todos saiam unidos em torno

daquele que realmente venceu. Pode-se ver que nosso inimigo está lá fora, não está aqui dentro. O nosso inimigo é o partido da oposição e a ele devemos combater com as armas legais e reais que tivermos à nossa disposição. Há necessidade também de nós olharmos o quadro de eleitores que se forma constantemente com a renovação de elementos novos que aí chegam, que nos empenhemos num esforço extraordinário para trazer junto a nós os jovens com todos os seus ideais e todas as suas vibrações e abramos as portas do partido não só para que votem no partido, mas também para que participem nos cargos dos diferentes diretórios, das diferentes entidades municipais, estaduais, etc. Não é possível contar com eles se nós não quisermos também dar-lhes responsabilidades e a possibilidade de ver-se em funções eletivas. Eu faço um apelo para uma melhor arregimentação das mulheres.

As mulheres do Brasil tem igualdade de direito com os homens.

É mais que justo, é necessário que elas, efetivamente, participem da vida pública, sobretudo da vida partidária, da vida eleitoral, dos cargos políticos. E é preciso que os homens entendam isso e lhes abram as portas, da mesma maneira que aos jovens, para que dobremos os nossos efetivos e melhorem os nossos resultados eleitorais.

Eu fiz no ano passado um pronunciamento no almoço das Forças Armadas e disse que o governo se apoiava e três elementos: o partido, seu partido, que é a Arena, que não lhe tem faltado em todas as

horas, sobretudo no Congresso Nacional, que tem proporcionado ao governo as leis de que necessita, além dos debates que ali se travam.

Constantemente, tem conseguido defender e fazer sobressair a posição do governo no elenco dos problemas que nos afligem, vencendo a oposição nos seus arroados. Secundariamente, o governo tem gozado do apoio irrestrito e constante que lhe proporcionam as Forças Armadas, pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica que, coesas e unidas, há doze anos unidas sem divergências, têm opiado a Revolução. Em terceiro lugar, sem querer dizer que seja menos importante, porque o coloco no mesmo nível que os outros dois, o povo, o apoio popular. São três forças que se irmanam e se conjugam: o partido político, as Forças Armadas e o povo. Na realidade, se nós as analisarmos um pouco mais profundamente, veremos que elas são uma coisa só. Estou convencido que o governo conta com todas essas três forças. Já lhes disse que o apoio do partido nunca lhes faltou. Do mesmo modo nunca lhes faltou o apoio e a compreensão das Forças Armadas, e por onde tenho andado, nos demais recantos do Brasil, os mais variados, no Amazonas, no Pará, no Mato Grosso e na Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande e outros lugares, sempre encontrei expressões cativantes do nosso povo que, sorridente, me recebe, me aplaude, me cumprimenta e comparece onde eu vou. Sei que esses aplausos e esses sorrisos não são para mim. São para o Presidente da República. São para o homem que hoje tem sobre si a responsabilidade de dirigir

os destinos desta nação, para o homem que representa a Revolução de 64 e a sua continuidade. Eu recebo essas manifestações satisfeito, sobretudo porque elas contrariam o que se diz por aí afora, de que o nosso povo é um povo escravizado, sem liberdade, triste, vivendo na pobreza, na miséria, sem alento e sem futuro. As expressões deste povo são a maior contestação às afirmações de nossos adversários. Acho que o governo conta como apoio deste povo e acho que as eleições que se realizarão em novembro permitirão que este povo, pelo seu voto, comprove, mais do que pelas manifestações de rua, de populares de toda ordem, o apoio que dá à Revolução de 64, e assim continuaremos. Continuaremos com a nossa Revolução e a trabalhar em paz a ordem, num país tranqüilo talvez o único no mundo de hoje com desenvolvimento integrado, não só econômico, mas principalmente social, e tendo como meta final, graças a esse desenvolvimento por fim, abordar em toda sua plenitude o problema político, que não poderá ter solução enquanto o outros problemas não tiverem um determinado nível de realizações. Enquanto o Brasil não tiver uma melhor justiça social, enquanto nós tivermos as profundas diferenças que ainda marcam a nossa sociedade, grande parte da democracia com que muitos sonham escrita no papel, será apenas uma fantasia, porque será irreal. Nós queremos uma democracia que se cumpra, que seja efetiva, que tenha vida, mas que corresponda realmente ao estágio em que nós vivemos. As eleições de novembro deste ano, apesar de se restringirem ao

âmbito municipal, terão extraordinária significação para a realização desses objetivos. Eu conto com todos os senhores para que aqui no Rio Grande nós atinjamos esses objetivos.

10  
11  
12  
13  
14

15

16

17

18

19

20

3 DE JUNHO DE 1976.

IMPROVISO EM JOAO PESSOA - PB.

Paraibanos.

Venho hoje à Paraíba, no cumprimento do meu dever e no exercício de minha função de Presidente da República.

Venho em visita oficial ao Estado da Paraíba, do mesmo modo que tenho visitado os demais Estados da Federação.

Mas venho também num sentido um pouco mais particular. Venho e retorno a esta terra onde vivi longos anos de minha mocidade. Onde trabalhei com bastante devoção, na solução dos problemas junto com o então interventor Gratuliano Brito, dentro dos princípios que levantavam a Revolução de 1930.

Trabalhei aqui tendo em vista que a Paraíba, na realidade, é uma porção do Brasil. E, no fundo, o que a todos nos interessa é de fato o Brasil. Nossa visita de agora, reputa-me também conhecer mais de perto esse novo surto do flagelo que periodicamente se abate sobre esta região. Quero referir-me à seca que está lavrando no sertão da Paraíba.

Sei que os órgãos do Governo se têm empenhado em enfrentar os danos e as questões sociais e econômicas que esse problema nos traz. Sei que meus

Ministros dos diferentes órgãos, os bancos, a Sudene, vêm trabalhando para minorar a aflição que nos atinge.

Mas achei que era o meu dever conhecer mais de perto, de viso, pessoalmente, as nuances e as formas de que o fenômeno se reveste. E é por isso que amanhã irei ao interior, possivelmente a Patos, para ver o que há e o que ainda é preciso fazer.

Agradeço a presença de todos aqui e daqueles ao longo dos caminhos que hoje percorri, me saudaram. Creio que estas saudações tocam bem fundo ao meu coração. Me sensibilizam, porque acredito que, na sua espontaneidade, expressam realmente o que cada um de vocês sente, em relação ao Governo e ao primeiro mandatário da Nação.

Repito aqui o que já disse, há poucos dias, em outros lugares: é evidente e claro que o Governo, entre outras forças, se apóia primordialmente no apoio do povo. No fundo, é do povo que emana o nosso poder. Poder que corporifica os ideais e os princípios da nossa Revolução.

Eu confio em que este povo continue a nos apoiar. E através do apoio que nos dá, permite que a Revolução prossiga e que realize tudo aquilo que o nosso Brasil exige para o bem-estar da Nação.

Muito obrigado.

7 DE JUNHO DE 1976.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DOS ESTAGIARIOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.

Eu recebo com muita satisfação essa visita da ESG. Nosso conceito da instituição é de que ela deve se orientar para problemas de segurança nacional, que convêm a todos.

Tínhamos durante muitos anos um conceito errôneo de que a segurança nacional dizia respeito apenas aos militares. Entretanto, por sua complexidade, nos dias de hoje é uma questão que transcende o âmbito das Forças Armadas e estende-se a todos os indivíduos e entidades. Dentro desse princípio foi criada a ESG. Ela é uma experiência já consagrada no sentido de fundir o pensamento civil com o militar, para melhores resultados em prol da segurança nacional.

Assim os estudos devem convergir na solução desses problemas. A ESG tem por finalidade a convergência desses esforços e visa especificamente a fazer com que pessoas as mais variadas e nas camadas sociais mais diversas convirjam seus esforços em defesa da segurança nacional.

A ESG não tem em vista solucionar os problemas nacionais, mas visa à aplicação de um método de entendimento, através do tempo, que se materializa em atos. Sua base doutrinária deve ser unitária para

que todos entendam os problemas externos e internos e possam assim produzir os resultados úteis à Nação.

Eu insisto nesse ponto porque ele é essencial para a vida da Escola. Espero que essa turma, a exemplo das demais, absorva os ensinamentos e crie laços de união e amizade, para que possa ter uma visão mais perfeita da realidade nacional e a Nação em sua segurança.

14 DE JUNHO DE 1976.

NO RIO DE JANEIRO — RJ, NA SESSÃO  
DE ABERTURA DO III ENCONTRO NA-  
CIONAL DOS EXPORTADORES (ENAEX).

Minha presença neste III Encontro Nacional dos Exportadores (ENAEX) tem o sentido principal de reafirmar a prioridade que meu Governo confere às exportações e, em particular, ao fortalecimento da empresa privada exportadora, no quadro das maiores responsabilidades que o Brasil vem assumindo, no cenário internacional.

Consoante a definição do II PND, a estratégia econômica externa do País, no presente estágio, é «condicionada, de um lado, pela necessidade de atender aos novos desafios decorrentes da situação mundial» — notadamente o *choque* do petróleo — e, «de outro, pela determinação de realizar a maior integração com a economia internacional sem tornar vulneráveis os objetivos internos».

Obrigados embora, em face de grave emergência internacional, a comprimir importações onerosas, não o fizemos com o propósito definido de restringir nosso relacionamento com o Exterior, na ilusão de, com isso, tornar a economia menos sujeita aos abalos e, mesmo, às pressões externas. Não cairia a Revolução na tentação fácil de uma introversão isolacionista e de todo irreal; está buscando, apenas, com flexibilidade vigilante, adaptar-se à conjuntura ex-

terior numa fase transitória de recessão econômica quase generalizada.

Pois não é levantando paredes e fechando janelas, econômicas ou culturais, que iremos consolidar uma economia moderna e dar, ao Brasil, autonomia maior. O resultado seria, tão-somente, retardar o processo da conquista tecnológica e da eliminação de certo tipo de importações, o que, isso sim, implica dependência — em matérias-primas essenciais e outros produtos básicos —, além de abrir mão da própria contribuição do capital externo, complementar, sem dúvida, mas relevante.

A maior integração com a economia internacional cumpre seja usada para abrir oportunidades, tanto de crescimento como de autonomia progressiva.

O importante é que se tenha em mente, nesse relacionamento, o objetivo de levar o balanço de pagamentos a uma estrutura condizente com padrões normais de longo prazo — relativo equilíbrio global, ausência de *deficit* na balança comercial, *deficit* em conta corrente não superior a 20% do investimento total do País, recondicionamento da pauta de importações. Qual a estrutura de importações que, realmente, nos interessa? Aquela em que haja um mínimo de matérias-primas industriais e petróleo, para evitar uma dependência inaceitável, abrindo, ao mesmo tempo, campo para as importações de equipamentos e máquinas mais sofisticados e para importações residuais de bens de consumo.

Enquanto se caminha para esse resultado, que já está à vista, porquanto, anualmente, se vem redu-

zindo o nível de importações de matérias-primas — 5,7 bilhões de dólares em 1974, 4,5 bilhões em 75 e uma estimativa de 4,0 bilhões em 76 —, há necessidade de dar impulso continuado às exportações, as quais, no presente estágio, assumem maior importância para a solução do problema do balanço de pagamentos. Impulso que esperamos não para o futuro, mas *para logo, ainda este ano*, numa mobilização de todo o empresariado nacional com vistas a alcançar as metas de exportação previstas para 1976.

Para tal propósito, devem ser salientados dois elementos positivos, além da progressiva recuperação das economias industrializadas: as melhores perspectivas para os produtos primários — salvo, naturalmente, o açúcar, pela quebra de safra — e a boa operação do sistema de incentivos.

Não tem o Governo poupado esforços, dentro, aliás, da linha que aqui enunciei no 2º ENAX, para preservar um diversificado, eficaz, flexível e poderoso sistema de incentivos, fiscais e financeiros, capaz de apoiar os setores em que, efetivamente, demonstramos maior poder de competição, principalmente manufaturados.

As negociações bilaterais, notadamente com os Estados Unidos e o Mercado Comum Europeu, têm respeitado essa orientação, que igualmente prevalece nos nossos posicionamentos em organismos multilaterais.

Também não foi esquecido o fator interno, com a legislação baixada para resolver o problema da

*restituição dos créditos de ICM*. Assim, já foram assinados convênios com os Estados do Pará, Pernambuco, Maranhão e Alagoas, e, dentro em breve, poderão ser assinados outros com os demais Estados do Nordeste.

As exportações constituem campo em que se pode realmente fortalecer a empresa privada, pois *sua* é, por excelência, essa área de atuação. O papel da INTERBRÁS e da COBEC é supletivo, na abertura de frentes em que dificilmente o setor privado poderia penetrar sozinho. Dentro dessa orientação, deverão tais organismos comportar-se.

Abre-se, por outro lado, na conquista de mercados externos, um campo fecundo para a atuação do setor privado, que deve continuamente buscar, segundo modalidades das mais adequadas, a colocação de novos produtos na nossa pauta de exportações. Esse é, sem dúvida, o melhor caminho a seguir, diversificando e ampliando, principalmente em manufaturados e semimanufaturados, o horizonte das nossas vendas ao exterior.

À medida em que se expande a base do mercado interno, assegurando escala razoável, e que se complementa e aprofunda nossa estrutura industrial, novas oportunidades estarão sempre surgindo, que exigirão determinação e imaginação para delas tirarmos real proveito.

A empresa estrangeira tem, nesse esforço, uma excelente possibilidade de integrar-se nos objetivos da sociedade brasileira. No longo prazo, tal política

de integração, de visão mais aberta, há de revelar-se inteligente e compensadora. Nessa base, de confiança no País e cooperação com as aspirações nacionais, é que se cria o clima para um relacionamento estável e mutuamente benéfico.

Não se limitam, os benefícios da exportação, aos efeitos imediatos da geração de divisas — por si sós, justificadores de uma mobilização nacional — e à conquista de escala.

Outros benefícios gerais, igualmente de grande alcance, se fazem sentir, sobre a empresa exportadora, alterando-lhe a própria mentalidade, e sobre a sociedade, que aceita o desafio de competir com o resto do mundo.

O uso da imaginação e da capacidade de realizar nos engrandece. É preciso ir em busca das novas oportunidades que surgem para a realização pessoal nossa, para o fortalecimento e modernização da empresa privada e, sobretudo, para a realização de uma tarefa de mais alta importância na estratégia do desenvolvimento nacional.



23 DE JUNHO DE 1976.

NA CAMARA DOS DEPUTADOS, DISCURSO NA SESSAO DE ABERTURA DO SIMPOSIO O *HOMEM E O CAMPO*, PROMOVIDO PELA FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS, DA ARENA.

Ao comparecer, em novembro do ano passado, ao lançamento de meritória iniciativa da Fundação Milton Campos, dedicada ao exame dos problemas urbanos, tive ocasião de manifestar-me a respeito da íntima associação entre a problemática das grandes cidades e a do meio rural.

Na verdade, se, no mundo presente, as cidades cada vez mais concentram a população e polarizam as atividades humanas, é indubitável que a viabilidade desse processo de urbanização acelerada vem condicionada, em grande parte, pelo desenvolvimento econômico e social do meio rural.

A decisão da Fundação Milton Campos de patrocinar este Simpósio, através do qual a ARENA se dedica ao debate do grande tema — o Homem e o Campo no Brasil — é, portanto, oportuna e, certamente, representará valiosa contribuição à melhor compreensão do problema agrário brasileiro, mormente porque as conclusões a que aqui chegarem o político, o técnico, o administrador poderão oferecer, a exemplo do que se obteve no simpósio sobre o Homem e a Cidade, subsídios valiosos ao esforço que o Governo empreende atualmente no meio rural.

Esforço voltado, sobretudo, para a elevação dos níveis de vida e de bem-estar do homem do campo e para o novo papel que se espera da agropecuária.

No pronunciamento que fiz durante a primeira reunião do Ministério, em março de 1974, busquei ressaltar o firme propósito de, sem prejuízo da manutenção de apreciáveis níveis de crescimento econômico, dedicar atenção prioritária do Governo à melhoria dos padrões de vida do homem brasileiro, de forma que o crescimento da renda *per capita* ocorra concomitantemente com efetivas conquistas sociais das classes de renda menos favorecidas e signifique mais justa distribuição dos frutos do progresso.

A valorização do homem do campo já vinha sendo meta importante dos Governos da Revolução. E a esta meta se dedicam ponderáveis parcelas do esforço de promoção do desenvolvimento, compreendido pelo atual Governo.

Consciente de que ação alguma, destinada a melhorar as condições de vida no meio rural, obterá resposta à altura das necessidades se não atentar, simultaneamente, para a base econômica sobre a qual repousam efetivamente as possibilidades de desenvolvimento integrado, o Governo vem dando atenção prioritária às atividades produtivas, inclusive pela contribuição que podem dar para a manutenção de elevados níveis de crescimento.

Cabe aqui ressaltar que a agricultura e a pecuária têm correspondido às exigências do desen-

volvimento nacional. Tradicionalmente, desde os primórdios de nossa história, os produtos agrícolas e agroindustriais contribuíram com expressiva parcela dos recursos obtidos com as exportações, primeiro o açúcar, depois o café, o cacau, a soja.

Oportuno é recordar que foi, em grande parte, graças à agricultura que se obtiveram os recursos necessários aos grandes investimentos exigidos pelo processo de industrialização.

E se é verdade que, hoje, o Brasil já não é um país essencialmente agrícola, também é verdade que os produtos agropecuários não deixaram e jamais deixarão de representar parte considerável de nossa riqueza — em razão, inclusive, dos grandes espaços por ocupar produtivamente, de que dispomos — seja para abastecer um mercado interno crescentemente mais exigente em quantidade e qualidade de alimentos e matérias-primas, seja para realizar a vocação de grande supridor das matérias-primas agropecuárias de que carece o mercado internacional.

Ainda recentemente, observou-se que, mesmo nas condições mais adversas, quando problemas climáticos redundaram em verdadeiras catástrofes, afetando algumas das principais regiões do País, a agropecuária se afirmou capaz de absorver os prejuízos das calamidades, com um mínimo de sacrifícios para a economia como um todo e sem deixar de abastecer, como sempre fez, um mercado consumidor de mais de 100 milhões de habitantes.

É bem verdade que contou com forte amparo governamental — e este não lhe poderia faltar

naquela emergência —, representado principalmente pelo crédito subsidiado.

O Governo procura compensar assim, as incertezas do mercado internacional, estimulando a agricultura por meio de juros e incentivos fiscais — isenção ou redução do Imposto sobre Produtos Industrializados, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, do Imposto de Renda — e mediante incentivos financeiros, tais como a fixação de taxas de juros abaixo daquelas vigentes no mercado ou, até mesmo, a isenção total de juros.

Em 1975, o montante de tais benefícios foi superior a 15 bilhões de cruzeiros, correspondendo ao diferencial entre a taxa de juros do mercado e a estabelecida para a agricultura, o valor de 11,4 bilhões; aos subsídios aos insumos modernos 800 milhões; às linhas de crédito do PROTERRA 500 milhões; aos subsídios dos preços de fertilizantes 800 milhões; aos incentivos fiscais para tratores e máquinas agrícolas 500 milhões e à redução do ICM da carne 700 milhões de cruzeiros.

Não é, porém, apenas sob a forma desses incentivos que a agropecuária recebe do Governo atenção especial. Comprovam-na, também, os recursos, cada vez maiores, que se destinam a incrementar as lavouras e a pecuária. As aplicações do crédito rural, por exemplo, aumentaram em 46%, em termos reais, de 1974 para 1975, com a efetivação de contratos no valor total de 90 bilhões de cruzeiros.

De outra parte, através de suas entidades e organismos especializados, o Governo vem procurando introduzir a utilização de técnicas mais avançadas de cultivo, entre outras formas, mediante estímulo à difusão do uso de insumos modernos, com créditos que, a juros altamente subsidiados, passaram de 9,4 bilhões em 1974 para 15,8 bilhões de cruzeiros em 1975, superiores, em termos reais, a 30%, além dos subsídios concedidos aos fertilizantes, nos quais o Governo arca com 40% dos custos.

O uso de máquinas agrícolas também foi amplamente incentivado, tendo o volume de crédito correspondente atingido, no ano passado, a 4,5 bilhões de cruzeiros contra apenas 1,9 bilhão em 1974, ou seja, 88% de aumento, em termos reais. Outros fatores de modernização da agricultura — como eletrificação rural, irrigação e açudagem — tiveram seus créditos ampliados em 57%, em termos reais. Tudo isso visa a elevar a produtividade, de forma a tornar mais rentáveis as atividades agropecuárias, e dar aos produtos nacionais melhores condições de competir no mercado internacional de alimentos e matérias-primas agrícolas.

No que diz respeito à elevação dos níveis de renda no campo, a implantação de novas estruturas de abastecimento e as políticas de preços mínimos e de estoques reguladores já começam a repercutir sobre a renda retida no campo, decorrente do esforço produtivo do trabalhador rural, mormente no caso das lavouras.

Em dezembro de 1975, os índices de paridade, no Estado de São Paulo situaram-se na casa dos 110% contra 90% em dezembro de 1974 e, no Brasil como um todo, o aumento de preços dos produtos agropecuários situou-se no mesmo nível do aumento geral de preços (da ordem de 30%), mas os preços dos insumos agrícolas, de um modo geral, cresceram menos de 30%, durante o ano, indicando uma relação de trocas favorável à agropecuária.

Por outro lado, o Governo impulsiona, através de seus órgãos setoriais especializados e das agências de desenvolvimento regional, a expansão da fronteira agrícola, fazendo ocupar áreas da vastidão amazônica e da região dos cerrados, de forma radical e ordenada, sem descuidar da preservação do meio ambiente.

Através de uma ação onde as indispensáveis cautelas não se devem confundir com omissão, vem o Governo introduzindo modificações na estrutura fundiária, consciente de que ainda resta muito por fazer, mas também certo de que muito já foi feito em favor dos pequenos lavradores e agricultores sem terra, principalmente no Nordeste, onde os problemas da distribuição das terras exigem modificações profundas, que resultem, não apenas no incremento da produção e da produtividade, mas em sensíveis melhorias nos padrões de vida do homem do campo.

Meu Governo dá ênfase especial ao Programa de Organização Agrária, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

O maior empenho, nesse programa, é no sentido de obter o equilíbrio homem/terra, entendido este como a distribuição no espaço físico de uma população que cresce a cada dia.

O processo histórico de ocupação do território brasileiro apresenta desequilíbrios, que se manifestam em contradições espaciais: ao lado de significativas concentrações de populações — quer urbanas, quer rurais — há grandes espaços vazios que urge ocupar.

A política de colonização e reorganização agrária visa a corrigir esta situação, atribuindo à agropecuária relevante função na ocupação efetiva de emplas áreas do território nacional, antes desaproveitadas.

Ao lado do avanço gradual na ocupação do espaço territorial brasileiro, atenuaram-se as pressões sobre a terra em diversas áreas, evoluindo-se por essa via, no processo de lograr maior equilíbrio entre o homem e o espaço rural. No período 1972/74 foram discriminados, no País, 11 milhões de hectares; em 1975 discriminaram-se 9,3 milhões.

Nos anos de 1972 a 74 foram expedidos 56 mil títulos, em 1975 24 mil e espera-se, em 1976, intensificar o processo, com a entrega de 54 mil certificados de propriedade.

Ao mesmo tempo, e com persistente atuação, estão sendo implementados projetos integrados de cooperativismo, em todo o País. Em 1973, foram

assistidos tecnicamente 613 mil cooperados, evoluindo para 1,6 milhão em 1975.

Além do trabalho doutrinário que visa a educar o homem do campo para participar de ações comuns, desenvolve-se ampla atividade no sentido de orientar tecnicamente as cooperativas, de aperfeiçoar-lhes os padrões gerenciais, de manter o espírito e a atitude de cooperação entre os homens do campo.

Nas atividades do Ministério da Agricultura, destacam-se ainda os trabalhos da pesquisa agrícola e de extensão rural, atividades que absorvem 20% do seu orçamento.

Vale citar, a esse respeito, que experiência de outros países tem demonstrado que aumentos de 10% nos investimentos em pesquisa agrícola e extensão rural têm resultado em elevação de 2,5% na produção agrícola.

A pesquisa em sementes melhoradas, especificamente, tem proporcionado, nos países desenvolvidos, taxas de retorno da ordem de 20 a 40% e, em nosso País, as pesquisas em sementes de algodão no Estado de São Paulo apresentaram taxas de retorno superiores a 70%.

Conferimos forma jurídica, estruturas e modelos operacionais mais adequados aos órgãos de pesquisa e assistência técnica, através da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER.

E, para coordenar os trabalhos de pesquisa e extensão, foi constituída a Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Rural — COMPATER.

O esforço em matéria de pesquisa agrícola tem tido como escopo gerar o conhecimento capaz de permitir ao agricultor maior nível de informações que lhe faculte produzir volumes crescentes de alimentos e de matérias-primas.

A tecnologia gerada pela pesquisa possibilitará o emprego de formas mais adequadas de manejo das terras, das florestas e dos recursos hídricos.

Muito há que construir aí. Estamos apenas dando os passos iniciais — talvez os mais árduos os mais difíceis, geradores de maior incompreensão.

O investimento acumulado em pesquisa que, no período 1972/74, foi de 117 milhões de cruzeiros, evoluiu para 419 milhões e pouco mais de 1 bilhão em 1975 e 1976, respectivamente.

Complementarmente ao processo de geração de tecnologia, cuidou-se de aperfeiçoar o mecanismo para sua rápida transferência ao agricultor.

Deu-se real significação ao papel que a assistência técnica deve desempenhar, como elo que põe o conhecimento tecnológico, gerado pela pesquisa, ao alcance dos produtores.

Com este objetivo, o Governo vem apoiando fortemente o programa de assistência técnica e extensão rural, como instrumento que permitirá lograr

maior equilíbrio entre o homem e a natureza, refletindo-se em volumes crescentes de produção, de produtividade e de bem-estar.

Em 1974, o gasto em assistência técnica e extensão rural foi de 101 milhões de cruzeiros, em 1975 atingiu a 549, passando em 1976 para 1 bilhão e meio.

Dentro desse trabalho de assistência técnica, foram aplicados, no crédito rural orientado, cerca de 2 bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros, durante o ano de 1974. Orientaram-se mais de 437 mil produtores, 458 cooperativas e 483 sindicatos rurais.

Desenvolveram-se atividades nas áreas de assistência social, formação de líderes, educação rural, saneamento e economia doméstica, num total de 1,6 milhão de horas de trabalho. Já em 1975, o valor do crédito rural orientado atingiu a 4,8 bilhões de cruzeiros e foram assistidos 403 mil produtores, 456 cooperativas e 620 sindicatos, num total de 3,5 milhões de horas trabalhadas pela assistência técnica.

Outro desafio, que deve ser mencionado, relaciona-se com a exploração adequada de nossos recursos florestais. Constante preocupação tem sido a de se criarem condições que, em termos de recursos humanos e financeiros, permitam dinamizar o processo de reflorestamento de nosso País, e, também, intensificar a fiscalização da exploração das florestas.

Daí o maior rigor adotado nas questões relativas à preservação da natureza, manutenção de florestas

homogêneas, reposição de essências nativas e proteção à fauna.

Estudos de zoneamento econômico florestal têm sido aperfeiçoados, para a determinação de regiões prioritárias para o reflorestamento ou florestamento, de modo a adequar a atividade às condições de ecologia e economicidade da exploração florestal.

Visando à integração matéria-prima/indústria, o Governo está empenhado no Programa de Distritos Florestais — áreas geograficamente dimensionadas em função do desenvolvimento dos empreendimentos florestais e industriais, para alcançar a combinação ótima. Busca-se assegurar, pelo menos, o suprimento contínuo de madeira e de outros produtos florestais aos empreendimentos industriais, quer sejam siderúrgicos, quer de papel ou celulose.

Meu Governo tem também desenvolvido particulares esforços no sentido de levar ao campo a energia elétrica. A expansão do programa de eletrificação rural demandou recursos da ordem de 432 milhões de cruzeiros em 1975 (contra 85,5 em 1974), através de 190 cooperativas, para construção de 14.600 km de linhas com potência de 132 mil kWA, beneficiando cerca de 28 mil propriedades, o que traduz acréscimo de 24 mil propriedades beneficiadas.

Merece registro também o fato de que o setor agropecuário de nossa economia vem evoluindo progressivamente para a mecanização, o que permite ao produtor trabalhar área maior, aumentar a pro-

atividade por homem ocupado e obter maior rentabilidade de seus investimentos.

O índice de mecanização das lavouras evoluiu de 1 trator para 31 propriedades, em 1970, para 1 trator por 17 propriedades em 1975, estimando-se para 1976 um índice de 1 para 14. Por outro lado, a relação área colhida/trator foi de 212 ha em 1970, evoluindo para 142 em 1975 e estimando-se que, em 1976, atingirá 126 ha.

No que respeita à expansão da oferta de emprego, as grandes possibilidades de ampliação da fronteira agrícola deverão garanti-la, por muito tempo, mesmo com a introdução de modernas tecnologias agrícolas, particularmente da mecanização.

Espera-se, no tempo, obter melhor distribuição espacial da população rural, pelo processo migratório natural, rumo a novas áreas de expansão agrícola e através de uma política de desenvolvimento urbano que reforce a infra-estrutura de serviços das cidades de médio e pequeno portes, em condições de atuar como pontos de apoio do desenvolvimento da agropecuária, e de reduzir o fluxo de migrantes para as grandes cidades.

Por outro lado, com a velocidade da transformação tecnológica e a atual estrutura de ensino brasileiro, é necessário dar adequada qualificação ao homem do campo para o trabalho, de modo que possa desempenhar o seu papel na modernização da agricultura.

O Ministério do Trabalho treinou, de 1974 a 1975, 207.662 trabalhadores rurais, nos subsetores de agricultura, pecuária, silvicultura e pesca.

Em 1976, a meta é o treinamento de 181.600 trabalhadores, apenas através do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra, o que é muito pouco tendo em vista que, de um total aproximado de 15 milhões de pessoas economicamente ativas no setor primário, mais de 90% são trabalhadores não qualificados.

Outras deficiências manifestam-se também na ação desenvolvida no campo do treinamento da mão-de-obra rural, pela dispersão de esforços e indefinição de competências entre órgãos públicos e privados, que atuam na área de forma desarmonica e descoordenada.

Por isso, em 31 de março último, se criou o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural (SENAR), destinado a assegurar a organização, a administração e o planejamento de programas de formação profissional rural condizentes com as necessidades de mão-de-obra qualificada para o setor.

Esse organismo será responsável pela implantação e execução, em todo o País, da política de formação de mão-de-obra rural, traçada pelo Ministério do Trabalho, atuando em prol da melhoria qualitativa da formação profissional até então desenvolvida, assim como do aumento quantitativo necessário à satisfação da demanda do setor.

Na área da Educação propriamente escolar, o Governo promove a educação rural em modalidades e técnicas inovadoras, com implantação de colégios agrícolas, em regime de escola-fazenda, com o desenvolvimento do ensino das ciências agrárias, e, no caso da educação de adultos, com o MOBREAL e o Projeto Minerva.

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS já aprovou empréstimos para o desenvolvimento da educação no meio rural no valor de 563 milhões de cruzeiros.

Na área da assistência social, encontrou-se no Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — PRORURAL, instituído pela Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, fórmula ideal para extensão da previdência social ao meio rural, traduzida num esquema de custeio indireto, benefícios de valor uniforme e assistência médica prestada, em sentido coletivo, mediante convênio com hospitais públicos ou particulares.

Trata-se, com efeito, de uma fórmula singela, adequada às condições de vida hoje imperantes no campo, e que tenderá a ser paulatinamente substituída no futuro, pelo regime geral de previdência social em vigor na área urbana, à medida que a atividade agrária se for organizando em moldes empresariais.

Mas a previdência social ao homem do campo não se resume no PRORURAL. A Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, assegurou uma renda

mensal vitalícia de valor igual à metade do maior salário-mínimo vigente no País aos maiores de 70 anos ou inválidos que, embora não se enquadrem como segurados do PRORURAL, tenham exercido atividade agrícola, no passado, durante um mínimo de cinco anos.

E, pela Lei nº 6.195, de 19 de dezembro de 1974, os trabalhadores rurais passaram também a ter cobertura contra os riscos de acidentes do trabalho.

Dando continuidade ao propósito de ampliar cada vez mais o âmbito da previdência social rural, o Governo estendeu aos garimpeiros autônomos os benefícios do PRORURAL e instituiu benefícios de previdência e assistência social para os empregadores rurais e seus dependentes.

Até o final de 1975, havia em manutenção no FUNRURAL, 1 milhão e 200 mil aposentadorias por velhice, 77 mil por invalidez, cerca de 163 mil pensões por morte e 115 mil mensais vitalícias a maiores de 70 anos ou inválidos, com dispêndios, que, nos últimos quatro anos, somam 15 bilhões de cruzeiros de 1975.

No setor da Saúde, destacam-se o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN, que contempla, diretamente, a melhoria dos padrões alimentares no campo e, indiretamente, o aumento da renda agrícola, através de incentivo ao pequeno e médio produtor de alimentos; os programas de erradicação das endemias rurais, e o FUNRURAL.

A prestação de serviços médicos aos trabalhadores rurais e seus dependentes, em 1975, processou-se por intermédio de 2.255 convênios médico-hospitalares; de 3.058 convênios médico-ambulatoriais; e de 2.445 convênios odontológicos, com Secretarias de Saúde Estaduais, Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública — FSESP, Prefeituras Municipais, Sindicatos rurais, patronais e de trabalhadores, e outras entidades.

Foram doados pelo FUNRURAL, até o final de 1975, 2.634 gabinetes odontológicos fixos e 158 portáteis, 2.396 ambulatórios médicos e 100 unidades móveis de assistência, através dos quais estão tendo assistência ambulatorial e odontológica, áreas de população rarefeita ou carentes dos mais elementares recursos médicos.

Em 1975, o FUNRURAL despendeu 4 bilhões e 872 milhões de cruzeiros com o pagamento de benefícios e a prestação de serviços médicos à população rural, tendo aplicado 153 milhões na montagem e ampliação de unidades hospitalares, ambulatoriais e odontológicas.

Em matéria de assistência farmacêutica, a população rural, através das Secretarias de Saúde estaduais e municipais e das organizações que mantêm convênio com o FUNRURAL, recebe regularmente medicamentos fornecidos pela Central de Medicamentos — CEME.

Dos 3.951 Municípios existentes no País, 2.835 — ou seja, 72% — estavam sendo beneficiados,

em 31 de dezembro de 1975, pelo Programa de Assistência Farmacêutica da CEME.

Essas atividades governamentais, voltadas todas para o meio rural, são apoiadas e executadas por um processo já amadurecido de planejamento, no qual se destacam a elaboração e implementação de programas especiais de desenvolvimento integrado, como o POLAMAZÔNIA, o POLONORDESTE, o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, o POLOCENTRO, o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal e o Programa de Dourados, através dos quais os órgãos setoriais e as superintendências de desenvolvimento regional, com o apoio das instituições de crédito oficiais, lançam-se decididamente à tarefa de promover o rápido desenvolvimento de áreas selecionadas do território nacional.

Ao contrário do que se verificava em épocas pretélicas, quando as ações voltadas para o meio rural se caracterizavam, sobretudo, pela falta de integração e objetividade, busca-se, agora, orientar a atuação para objetivos convergentes. Exemplo disso é a consolidação do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, instrumento que se tem mostrado apto a incorporar, aos planos setoriais, as vocações regionais relativas ao desenvolvimento agropecuário integrado, através da elaboração, pelas comissões estaduais de planejamento agrícola, de programas e projetos que orientam e coordenam, em cada unidade da Federação, as atividades governamentais.

Todo esse grande empenho do Governo, com vistas à execução da política agropecuária do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), deverá acarretar profundas transformações no meio rural, seja através do esforço em modernizar e dotar a agropecuária de bases empresariais, principalmente no Centro-Sul; seja pela ocupação de novas áreas, no Centro-Oeste e na Amazônia; seja pela concepção integrada de desenvolvimento rural que caracteriza o POLONORDESTE.

Seu objetivo último e fundamental é o bem-estar do homem rural brasileiro, a ampliação das oportunidades de emprego no campo, a elevação dos níveis de renda do trabalhador, a extensão ao meio rural dos benefícios da previdência social e dos programas de valorização de recursos humanos, através da educação, da saúde, da nutrição e de maior capacitação para o trabalho.

Meus Senhores:

Com esta longa resenha de esforços feitos pelo Governo e de alguns resultados alcançados, quis, como disse, trazer minha contribuição aos estudos que se desenvolverão neste Simpósio, em tão boa hora patrocinado pela ARENA e pela sua Fundação Milton Campos.

Felicito a ambas, calorosamente, pela idéia de promoverem, em seguimento à análise objetiva da realidade urbana do País, o exame atento das questões do campo e do rurícola, em busca de maior

compreensão do complexo panorama rural brasileiro e das soluções que aí se impõem para assegurar melhores condições de vida à grande massa dispersa em nossa hinterlândia.

Que o interesse, espírito de justiça social e ardor patriótico de todos os integrantes deste Simpósio os iluminem e guiem para que a ARENA, com seriedade e espírito prático e sem demagogia, venha oferecer valiosa contribuição a um Governo que, como o meu, se impacienta e comove por ver, na área rural, apesar de tudo o que já se fez, ainda muitos males sem remédio, injustiças sem correção, sofrimentos sem pronto atendimento, numa Pátria tão grande e tão generosa e tão progressista como a nossa.



2 DE JULHO DE 1976.

EM ANDRELANDIA — MG, IMPROVISO  
DURANTE VISITA A FERROVIA DO AÇO.

Meu objetivo principal, evidentemente, foi conhecer os trabalhos que estão sendo realizados pela direção da Engefer. Essa estrada de ferro, que nós cognominamos «a Ferrovia do Aço», tem importância extraordinária para o nosso País. Mas é muito grato para mim aproveitar a oportunidade para ter um contato com prefeitos da região. Tenho afirmado que o Governo Federal atribuiu grande importância aos municípios.

O município é a base da organização administrativa, é onde realmente se pode realizar, no elevado sentido, o desenvolvimento da comunidade. Geralmente, nos municípios todos se conhecem, vivem os seus problemas em comum e é aí que se forma, depois da família, a primeira comunidade de caráter nacional. É o somatório dos municípios que, no fim, através dos Estados, forma essa coisa extraordinária que é a nossa nação brasileira. Sei que os municípios enfrentam grandes problemas.

A raiz desses problemas está na deficiência de recursos financeiros. Tenho feito o possível para ver se, com o tempo, nós conseguimos melhorar a situação. Preocupei-me, sobretudo, em aumentar o coeficiente de participação no Fundo, não só da parte dos Estados, mas também dos municípios.

Esse acréscimo está sendo feito de uma forma gradativa, na base de um aumento de um por cento ao ano, de modo que essa participação, que era de cinco, passará a ser de nove por cento. A legislação dá aos municípios muito poucas possibilidades do ponto de vista fiscal. Acho que o reconhecimento dessa deficiência é uma grande coisa, porque já é um passo para que nós tenhamos sempre presente a necessidade de encontrar uma solução.

Há, também, no País, grande número de municípios que são inviáveis, que foram criados sem que tivessem realmente uma base, sobretudo do ponto de vista social, que justificasse a criação desses municípios. Mas isto não impede que se estude o problema e que se procure encontrar a devida solução. Esta era uma das coisas que eu queria lhes dizer. A outra é que vamos ter, agora, em novembro, eleições municipais. Quero dizer, nós vamos renovar não só a administração do ponto de vista do executivo, dos prefeitos, mas também do ponto de vista do Legislativo, através dos vereadores. Eu, pessoalmente, estou empenhado nessa eleição e, evidentemente, estou empenhado na vitória do meu partido, que é a ARENA. Mas isto não significa que eu também não reconheça o trabalho que o MDB realiza. Acho que todos devemos trabalhar e procurar convencer o povo de que deve participar dessas eleições, porque elas lhe interessam diretamente. Devemos nos ocupar em escolher bons candidatos. Devemos tratar de ter bons vereadores, bons prefeitos, porque a escolha de bons vereadores e bons prefeitos vai, em

parte, minorar a deficiência financeira a que aludi há pouco.

Acho que nós temos que somar e conjugar estas coisas. Um bom administrador, muitas vezes, com poucos recursos, realiza uma grande obra. Se eu pudesse lhes pedir alguma coisa, é que cooperassem nesse sentido, para que essas eleições traduzam realmente o sentimento do povo, e também para que o povo possa votar em bons candidatos.



16 DE JULHO DE 1976.

IMPROVISO EM PORTO ALEGRE — RS,  
NO ENCERRAMENTO DO VII CONGRESSO  
ESTADUAL DOS TRABALHADORES RU-  
RAIS.

Agradeço a todos o acolhimento que me fazem nesta sessão de encerramento deste Congresso. Agradeço, sinceramente penhorado, pois considero estas manifestações como um prêmio ao esforço que meu Governo vem desenvolvendo no sentido de assegurar melhores condições à nossa vida rural.

Vim hoje aqui, com alguns ministros do meu Governo, para testemunhar-lhes a importância que atribuo a este Congresso, importância que decorre do estudo real que se faz das condições do trabalho rural. Estudo autêntico, porque é realizado por aqueles que vivem deste trabalho. Estudo, sem dúvida, valioso, pois permitirá ao Governo, através de sua análise, encaminhar soluções mais adequadas, tendo em vista o nosso desenvolvimento.

Problemas rurais, sem dúvida, são problemas extraordinariamente complexos. Não se trata apenas de organizar a produção e de encaminhar esta produção ao consumo. Não se trata apenas de um problema de terra, de trabalho, de crédito, de tecnologia. São de fato todos eles problemas intimamente interrelacionados, uns atuando sobre os outros e tornando extremamente complexa uma resultante que seja realmente eficiente e adequada.

E neste complexo, sem dúvida, sobressai o homem, o homem que precisa viver dignamente, no sentido material e espiritual, no ambiente rural.

Ele e sua família precisam ter uma remuneração justa e adequada às suas necessidades, precisam ter habitação, ter saúde, ter condições de educação para os seus descendentes e, sobretudo, precisam ter também condições de lazer.

São todos problemas difíceis, mas têm que ser encarados e vêm sendo encarados dentro das nossas possibilidades.

É evidente que, quanto mais nos adiantarmos na solução desses problemas, mais complexos eles se tornarão e novas necessidades sem dúvida surgirão, como é próprio da natureza humana. Nunca estaremos satisfeitos, sempre haveremos de querer mais e é justo que trabalhemos todos neste sentido.

De outro lado, a produção da zona rural é essencial para nosso país. Não só porque nós temos hoje cento e dez milhões de bocas que precisam ser alimentadas. Temos uma população imensa espalhada por um território que ainda está em grande parte por ser desbravado, uma população cheia de necessidades, e estas necessidades em grande parte têm que ser supridas pela produção da zona rural, pela agricultura e pela pecuária.

Por outro lado, nós não vivemos isolados no mundo. O nosso relacionamento internacional nos obriga a um intercâmbio em que a exportação é vital para nós. E, afora isso que estamos hoje em dia

realizando, de no comércio internacional nos apresentarmos com produtos manufaturados, a nossa exportação é basicamente de produtos da zona rural.

Temos que produzir, não só para nós consumirmos diretamente, mas para vendermos ao exterior. E, quando se fala em venda ao exterior, fala-se em competitividade. Temos que competir, competir na qualidade do produto, mas sobretudo no preço.

Temos que produzir a preços que permitam a colocação do nosso produto no mercado exterior. E, quando se fala em competir, recaímos num outro fator fundamental, que é o da produtividade.

Temos que melhorar a nossa produção. Temos que produzir mais, e para produzirmos mais temos que desenvolver a nossa tecnologia. São máquinas, são insumos, são sementes selecionadas, são técnicos, são defensivos, são uma infinidade de campos de ação em que a agricultura e a pecuária se modernizam para produzir mais e produzir mais barato.

Mas aí então cria-se um problema novo, com o emprego desses instrumentos todos, vamos aos poucos criando uma mão-de-obra ociosa, porque todos esses instrumentos, pela multiplicação que realizam no trabalho humano tornam ociosa uma parte do potencial de que dispomos, sobretudo num País como o nosso, em que os índices de crescimento da população são muito altos. Este é um problema com que o Rio Grande se defronta já há muitos anos.

Há muitos anos se estabeleceram entre nós, correntes migratórias, que foram povoar outras regiões

do País. E talvez seja um dos nossos padrões, que com honra apresentamos, o povoamento do Oeste de Santa Catarina, do Oeste do Paraná, do Sul de Mato Grosso, e, já hoje, a presença de gaúchos na Amazônia.

Felizmente, o Brasil é um País imenso e tem terras disponíveis, que precisam ser ocupadas. Este é um dos caminhos para a solução do nosso problema. Mas não é o único. Há outros, que nós devemos olhar, e olhar com persistência e com tenacidade. De um lado, devemos fazer com que as terras existentes sejam melhor aproveitadas, ou pela sua redistribuição, e aí recaímos no quadro geral da reforma agrária, ou pelo melhor aproveitamento de áreas reduzidas, através da produção de artigos especializados, que exigem uma tecnologia muito avançada e que representam quase que um artesanato rural — solução que poderemos encarar sobretudo nas nossas áreas de minifúndios — seja ainda por um melhor aparelhamento da nossa zona urbana, nos grandes centros, nas grandes metrópoles, pelo desenvolvimento da industrialização e do setor terciário.

Não há uma solução única, são soluções conjugadas, que devemos usar com inteligência e com discernimento, mas de qualquer forma não são soluções que se improvisam e nem se realizam a curto prazo. Elas serão progressivas, exigem tenacidade, exigem solidariedade. Não são soluções que caibam apenas ao Governo, são soluções de responsabilidade de todos, soluções que exigem, sobretudo, solidariedade.

Muito se tem feito neste sentido e o que se realizou constitui sem dúvida um penhor do muito que ainda falta por fazer, mas que haveremos de fazer todos juntos, numa solidariedade enorme, entre povo e Governo, sobretudo aqui no Rio Grande, onde a classe rural tanto fez e tanto promete ainda realizar.



23 DE JULHO DE 1976.

IMPROVISO EM CUBATAO — SP. POR  
OCASIAO DA INAUGURACAO DE ALTO-  
FORNO DA COSIPA.

Ao retornar hoje a Cubatão, onde há mais de 20 anos, em circunstâncias extremamente difíceis, tive a ventura de dirigir as atividades da refinaria de petróleo, faço um exame retrospectivo e verifico o desenvolvimento, o crescimento, sobretudo industrial, que, nesses 20 anos, se realizou na região.

A Baixada Santista não se caracteriza mais apenas por um porto, que era o porto de exportação de café, nem apenas pela produção de bananas. Hoje, ela se transformou num dos maiores pólos de desenvolvimento do País. Hoje, tive a ventura de inaugurar o novo alto-forno da COSIPA, como em outras ocasiões tive a oportunidade de inaugurar a ampliação da refinaria e de outras indústrias que aqui se multiplicaram. Tudo isso, sem dúvida, é fruto de trabalho. Trabalho do Governo que sabe, harmoniosamente, conjugar-se com os empresários privados. Mas é também fruto do trabalho dos homens, dos operários, dos mestres, dos engenheiros, de todos aqueles que, com seu cérebro, com seu coração e com seus braços, sabem produzir e desenvolver.

A todos eles, em nome de todos os demais brasileiros, rendo hoje, aqui, o meu preito de gratidão, certo de que é pelo trabalho que nós nos desenvolveremos, é pelo trabalho que melhoraremos as con-

dições de nossa população. É pelo nosso esforço próprio, sem esperar muito da ajuda de outros, mas apelando para nossa capacidade, para o nosso patriotismo, para o nosso sentimento familiar, para o nosso espírito de nacionalidade, que nós construiremos esse Brasil.

Volvendo à imagem do que nós éramos ontem e do que somos hoje, eu vos concito à comparação. É apenas pela comparação que nós poderemos julgar. É somente comparando que nós podemos ver como os nossos filhos são hoje mais felizes do que nós éramos quando crianças. É pela comparação que nós podemos ver como o Brasil cresceu, e criar alentos e forças para fazer o Brasil que nós queremos para amanhã.

É, pois, um apelo ao trabalho que vos faço. Continuai a trabalhar, continuai a crescer, porque esta Baixada, sem dúvida, produzirá ainda muito para o nosso País. Mas ajudai ao vosso prefeito, ajudai ao governador e ajudai ao meu governo. Dai-nos confiança e julgai-nos adequadamente, acima das paixões espúrias dos preconceitos ou dos irresponsáveis. Julgai-nos como cidadãos brasileiros e, se, no vosso julgamento, nós tivermos algum mérito, dai-nos o vosso apoio, para que nós possamos construir cada vez mais.

Agradeço, aos que aqui vieram, aos que nos aplaudiram e aos que conosco vão trabalhar. E peço-vos, sobretudo, que se, desse julgamento houver resultado positivo, apoiiai-nos com a prerrogativa

suprema que tendes, que é o voto. Nós vamos ter eleições em breve. Espero que o povo brasileiro, como o povo de Cubatão, não nos falte nessa oportunidade. Muito obrigado.



3 DE AGOSTO DE 1976.

IMPROVISO NO PLANALTO, AGRADECENDO A SAUDAÇÃO DE ANIVERSARIO FEITA PELO MINISTRO GOLBERY DO COUTO E SILVA.

Eu agradeço os votos que me fazem através das palavras do meu amigo Golbery, do Ministro Golbery.

Vou cair no óbvio, dizendo-lhes que o tempo é inexorável. Os anos passam e nós não temos meios para detê-los; e passam mais depressa quando já se está no ramo descendente da trajetória. As coisas se aceleram e quando menos se espera, mais um ano transcorreu.

Resta, sem dúvida, a satisfação, ou o consolo, de numa análise, num balanço do que foi feito este ano, a consciência dizer que o saldo foi positivo; trabalhamos juntos, vencemos dificuldades e, sem dúvida, o interesse geral da coletividade nos indica algumas coisas de positivo. Tenho esta convicção íntima nisto que constitui, sem dúvida, o principal argumento para continuar a ter fé no trabalho que estamos realizando. Ele não é meu; é de todos nós. E do que tem de bom, grande parte cabe a todos os senhores. Obrigado.



3 DE AGOSTO DE 1976.

NO PLANALTO, DE IMPROVISO, AGRADECENDO SAUDAÇÃO DE ANIVERSARIO FEITA PELO MINISTRO ARMANDO RIBEIRO FALCAO.

Mais um ano se passou. E mais um ano que se incorpora à vida da gente. Se por um lado nos faz descer mais rapidamente para o fim da vida, de outro nos dá satisfação por haver trabalhado e, acima das dificuldades, desencontros normais na atuação no Governo, numa situação como a que nós enfrentamos, diante da situação mundial, acredito que produzimos. Produzimos no interesse da coletividade, no interesse da nossa Nação. O Brasil se mantém, como há pouco disse o Ministro Falcão, em paz, em ordem, se mantém progredindo, vencendo as dificuldades que se lhe antepõem, se tornando, aos poucos, uma Nação adulta, uma Nação capaz, responsável, que abre realmente as janelas e as portas para um futuro promissor.

Sem dúvida, as gerações mais jovens, se não nós, mas pelo menos elas, irão colher esses frutos com toda segurança. Acho que esse trabalho que é meu, é de toda a Nação Brasileira. Porque nosso povo é um povo bom, trabalhador e que possivelmente compreende os nossos objetivos e nos ajuda. Mas particularmente esse trabalho é dos ministros que estão aqui, todos eles conjugando seus esforços, sob a minha orientação e sob a minha direção responsável. O trabalho não é meu, o trabalho é coletivo

e é de todos nós. Acho que o mérito cabe em grande parte aos ministros e aos chefes que lhes são subordinados pelo esforço que realizam para que possamos atingir os nossos objetivos, sobretudo vencer as dificuldades que encontramos. Há pouco, o Ministro Falcão imaginou que eu desejaria gozar esse dia no seio da minha família. Eu acho que isto aqui também é uma família.

É com grande satisfação que eu me encontro hoje nesta cidade de Jaú, como foi hoje de manhã grande o meu prazer de passar algumas horas em Bauru. Nessas visitas, tive a oportunidade de manter contatos com a população que aqui vive, conhecer os seus problemas, os seus desejos e, sobretudo, as suas realizações.

Acredito que o contato entre governantes e governados, um pouco fora de protocolo e numa intimidade mais humana, é de real proveito sobretudo para quem governa.

Então, não é apenas a comemoração do aniversário de Jaú que me traz aqui. É também a preocupação de vos conhecer, e de conhecer sobretudo os vossos problemas.

Agradeço, profundamente penhorado, as manifestações de apreço e mesmo de carinho com que fui recebido. Essas manifestações se constituem para mim, sem dúvida, um grande prêmio pelo esforço, pelo trabalho que venho realizando no desempenho de minha árdua tarefa de governar o Brasil.

Agradeço-vos, pois, e dou-vos a certeza que esse carinho e essas manifestações de alegria que manifestastes por ocasião da minha vinda são para mim extraordinariamente maiores.

Meu Governo é um Governo da Revolução. É uma continuação dos Governos que me precederam desde 1964. É um Governo que se desenvolve e se realiza, como já muitas vezes disse, dentro de uma doutrina, que é a doutrina que interessa o nosso país no estágio que ele vive presentemente.

Em primeiro lugar é a ordem. É um país que vive em paz, sem conflitos, num ambiente propício ao trabalho. Em seguida, é o desenvolvimento do país de forma integrada para que ele possa figurar no lugar que lhe cabe no meio das Nações com uma população feliz e com desenvolvimento político, econômico e social.

É sem dúvida uma tarefa difícil, principalmente num país tão grande como o nosso, onde os problemas se multiplicam e são sempre maiores do que os recursos de que podemos dispor.

Contudo, contamos com o apoio do nosso povo. Contamos com o apoio do nosso Partido.

E apesar das incompreensões, das críticas demagógicas, das distorções que nos fazem, sobretudo agora que se avizinha uma nova campanha política para as eleições de 15 de novembro, continuamos de cabeça ergüida e confiantes, lutando, trabalhando, para sermos dignos de nossos antepassados e construirmos o Brasil que os nossos filhos merecem.

Para isso, eu conto com o apoio do povo. Conto que o povo apoiará o meu Governo. Que o povo discernirá da crítica malfazeja à verdade que se põem à luz do dia das realizações, que são efetuadas

constantemente. São inúmeras, são múltiplas em todos os setores. Basta comparar o dia de ontem com o de hoje, e imaginar o venturoso dia de amanhã.

Conto convosco e confiante de que em 15 de novembro como em outras oportunidades sabemos vencer.

Obrigado.



Depois das exposições feitas pelos Srs. Ministros, já não cabe mais nada a acrescentar ao que foi dito, mas eu desejo destacar que o Nordeste tem, evidentemente, uma série de problemas comuns a todos os demais Estados e regiões do país, mas de natureza variada, própria de um país jovem, que procura se desenvolver e que tem pouca disponibilidade de recursos.

Mas são problemas urbanos, principalmente, são problemas de agricultura, de pecuária e assim por diante. Hoje mesmo, aqui em Pernambuco, vim tratar de dois problemas que são comuns a todo o Brasil. De um lado, problemas de enchentes, que se verificam em muitas áreas do país, inclusive no Sul, no Centro-Oeste, na Amazônia. E problemas urbanos que, dia a dia, se tornam mais graves, dentro das tendências naturais da civilização que, hoje em dia, estamos vivendo. Mas o Nordeste se caracteriza por um outro problema mais grave e mais sério, que é o problema da seca e que merece de todos nós atenção extraordinariamente especial.

Desde cedo, na minha vida, aprendi a conviver com esse problema e acompanhei há mais de 40 anos, em 1932/1933, os extraordinários, os grandes

esforços que o então Ministro de Viação e Obras Públicas, Dr. José Américo de Almeida, fez, no sentido de restabelecer as obras contra as secas que haviam sido iniciadas no Governo do Dr. Epitácio Pessoa e que haviam sido suspensas no Governo do Dr. Arthur Bernardes, por motivos internos de ordem nacional. Eu vivi aquele drama e acompanhei o esforço que se realizou e sei que, desde então, Governos da República que se sucederam, se empenharam em enfrentar esse problema. Forneceu-se ao Nordeste energia elétrica, construiu-se Paulo Afonso com todas as suas ampliações e se fez a Usina de Boa Esperança e, hoje, todo o Nordeste tem energia. Abriam-se estradas e a rede de estradas do Nordeste é das melhores de todo o país e, digo mesmo, que ela é muito melhor do que as da Região Sul, Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

1º DE SETEMBRO DE 1976.

DISCURSO NO PALACIO DO PLANALTO,  
POR OCASIAO DA ABERTURA DA SE-  
MANA DA PATRIA.

Com este ato simbólico em que passamos a usar na lapela o laço com as cores nacionais, damos início às comemorações da Semana da Pátria.

Daqui, até 7 de Setembro, cada comunidade brasileira saberá encontrar a forma mais expressiva e autêntica de festejar o evento máximo de nosso calendário cívico.

Recordamos com orgulho os efeitos extraordinários dos que, no passado, proclamaram a nossa independência política, asseguraram a unidade nacional e, de geração em geração, sem medir sacrifícios, construíram os sólidos alicerces sobre os quais, com o correr dos anos, se erigiu a grande nação que já somos.

A independência não é apenas política. Para ser efetiva, ela exige contínuo desenvolvimento material, cultural e espiritual. Ela se constrói dia a dia. Cada safra que se colhe, cada lei que se aperfeiçoa, uma escola que começa a funcionar, uma igreja que se consagra, uma indústria que se instala, um alto forno que se acende, uma epidemia que se enfrenta, um campo de petróleo que se desenvolve, um navio que se lança, um sindicato que se funda, um tratado que se firma, constitui um passo a mais

para a independência que tantos ajudaram a consolidar e a nós foi dado sonhar e entrever realizada.

Assim, muito já se fez, mas muito resta ainda por fazer. Por isso, inspirado nos exemplos que herdamos e com fé e trabalho, sem dar ouvidos ao pessimismo ou derrotismo, prosseguiremos infatigavelmente na longa e árdua caminhada pelo desenvolvimento integrado, na certeza, baseado nas efetivas realizações nacionais e nas virtudes de nosso povo, de que, realmente, «este é um país que vai pra frente».

Neste ensejo, peço a cada brasileiro — até ao mais longinquo, ao mais simples, ao mais pobre, ao que habita em qualquer recanto do país — que se una a mim, neste voto e nesta prece, para que cada vez se solidifique mais nossa coesão nacional e cada vez mais se acelere o progresso que conduzirá o Brasil ao seu grandioso destino.

16 DE SETEMBRO DE 1976.

VISITA AO JAPÃO.

AGRADECENDO BANQUETE OFERECIDO PELO IMPERADOR HIROITO.

## Majestades Imperiais,

Esta é a primeira vez que um Chefe de Estado brasileiro visita oficialmente o Japão. Sinto-me feliz e honrado por me haver cabido esse privilégio. Minha estada em solo nipônico espero venha a ser uma demonstração das boas relações que existem entre nossos Governos, expressão da sólida amizade que une nossos povos e penhor da disposição que a ambos anima, de torná-la permanente.

Aqui estou, depois de longa viagem por terras antípodas à de meu país. E, no entanto, sinto natural a atmosfera que me cerca, desnecessário qualquer esforço de adaptação. Não há nisso motivo de surpresa. O Brasil e o Japão tornaram-se, de há muito, países próximos. A maneira de ser japonesa, por diferente que seja da nossa, é familiar aos brasileiros. O Brasil é o país que, fora do arquipélago nipônico, acolheu o maior contingente de sangue de origem japonesa. Somos gratos a esses japoneses que se transferiram para o nosso país e ajudaram a construir a prosperidade da nação brasileira.

Seus filhos e netos fazem hoje parte das gerações nacionais que preparam, orgulhosamente, o Brasil de amanhã.

Sou, por isso mesmo, portador de uma mensagem de afeto do povo brasileiro aos súditos de Vossa Majestade Imperial.

Desejo reafirmar que o relacionamento entre o Brasil e o Japão oferece-nos uma perspectiva histórica que transcende o plano dos interesses imediatos. É que existe a cimentá-lo a amizade nipo-brasileira, a admiração recíproca entre nossos povos e a confiança mútua entre nossos Governos. Partimos, pois, de uma sólida base de entendimento para o exercício de uma cooperação que pode ser exemplar.

Espero que minha visita ao Japão tornará ainda mais forte essa convicção. Partilho da admiração de todos os brasileiros pelo extraordinário exemplo que nos dá a história da nação japonesa — lição de esforço, de confiança e de determinação.

Poderei, agora, sentir de perto as raízes profundas desta cultura que, nos tempos modernos, soube harmonizar tão perfeitamente a técnica ocidental à tradição oriental. O Japão não é apenas uma grande potência econômica. Sua maior riqueza é a disciplina ética de sua gente, sua dedicação à pátria, sua tenacidade capaz de transformar desafios históricos em milagres humanos.

Essa vitalidade da nação japonesa é a grande impressão que se colhe ao chegar a este solo milenar.

Creio que reside aqui um grande traço de união entre nossos povos. O Brasil é, também, um país que tem consciência de sua energia e que a emprega, com entusiasmo, na construção de um destino de paz,

de justiça e de liberdade. Nossa é, também, a capacidade inata de dar e de receber, a disposição natural de crescer na convivência com outras culturas. Somos abertos aos contatos com quaisquer povos amigos porque nós sabemos, naturalmente, capazes de tornar nacionais, as influências que recebermos de fora. Sabemos, também, que os países se entendem, se associam, se unem ou mesmo se identificam em muitos de seus propósitos; porém, nunca se confundem. Essa autenticidade é a condição mesma para um diálogo criativo, seja entre indivíduos, seja entre os Estados.

O Brasil e o Japão, cumprem, com rigor, essas regras de convivência. Eis, porque, volto a dizer, tenho plena confiança no futuro de nossas relações.

Pensando no entendimento entre nossos países, peço a todos os presentes que a mim se juntem no brinde que faço a Suas Majestades, o Imperador e a Imperatriz e, em nome do povo brasileiro, ao povo amigo do Japão.



17 DE SETEMBRO DE 1976.  
VISITA AO JAPÃO.  
DURANTE ALMOÇO OFERECIDO PELO  
KEIDANREN.

Senhores,

É, para mim, um grato prazer este contato de hoje com os representantes das organizações empresariais do Japão. Grande tem sido o papel de muitas dessas organizações no desenvolvimento econômico de meu País — contribuição essa que desejo, desde logo, reconhecer e ressaltar. Estou certo de que a experiência da associação de interesses nipônicos e brasileiros, em vários campos de atividades, constituirá exemplo e estímulo para outras entidades empresariais aqui representadas.

Já hoje não surpreendem as comparações entre os nossos países. Tão distantes um do outro pela geografia e tão distintos na sua ancestralidade, ofereceram ambos ao mundo, em dado momento, o espetáculo de acelerada modernização econômica, o que levou até a que se falasse de um «milagre brasileiro» como antes se falara, com justiça, de um «milagre japonês».

Lisonjeiras como possam parecer essas expressões, não nos devem confundir na verdadeira apreciação da realidade. Pois não há milagre onde o resultado alcançado decorre da escolha racional de objetivos, da determinação inquebrantável de

alcançá-los, da escolha judiciosa dos meios e, sobretudo, de uma consciente dedicação e esforço coletivos. Esse foi o segredo do milagre japonês, como teria sido o segredo dos êxitos brasileiros.

Indispensável, no Japão como no Brasil, foi a tomada de consciência, pelo povo todo, da idéia do desenvolvimento, a convicção generalizada de que a independência política e a econômica mutuamente se condicionam e suportam e de que esta última só se poderá alcançá-la com uma plena mobilização nacional. Indispensável, em ambos, foi a compreensão da necessidade de criar estruturas econômicas modernas, adequadas às características da sociedade que se queria construir.

Essa tomada de consciência quanto aos objetivos e essa compreensão quanto aos meios tornaram-se fecundas em cada um de nossos países por haverem ocorrido, simultaneamente, entre homens de Governo e entre homens de empresa. No Japão, foi a imaginação e o espírito empreendedor do empresário privado, aliados à visão renovadora do País por parte dos homens de Governo, que tornaram possível o extraordinário surto de progresso econômico que colheu a admiração mundial. No meu País, fenômeno semelhante está ocorrendo e não admira, pois, que resultados parecidos dele possam decorrer.

A harmônica interação entre os homens de negócio e os homens de Governo, se é fecunda nos momentos em que a conjuntura econômica favorável impulsiona o progresso, torna-se essencial nas ocasiões de crise.

Ora, vivemos ainda fase de reajustes profundos em nossas economias nacionais, como resultado das crises por que tem passado a economia internacional em anos recentes. Refiro-me à crise que nos levou, a todos, a repensar nossas prioridades em termos de produção e utilização da energia. Mas refiro-me, também, às crises que têm abalado as estruturas a serviço da cooperação financeira e comercial. Tais crises a todos atingem, mas em graus distintos. E variável é, também, a capacidade nacional de enfrentá-las, como diversos são os remédios disponíveis.

Felizmente para o Brasil, somos um País otimista. Vemos, nas crises, um desafio e, até hoje, não nos faltou nem imaginação para buscar soluções nem determinação para pô-las em prática. Característica marcante do modo brasileiro de enfrentar esses reptos, tem sido o bom entendimento entre os setores público e privado e a cooperação no plano internacional.

Talvez a concordância de nossos processos econômicos tenha favorecido a cooperação nipo-brasileira. Talvez a circunstância de que o Brasil haja acolhido, fraternalmente, grandes correntes imigratórias japonesas tenha contribuído para o mesmo resultado, criando laços invisíveis de simpatia e de entendimento entre o Japão e o Brasil. Fato é que somos, hoje, países intimamente ligados, também, por interesses econômicos. Os investimentos nipônicos no Brasil aumentaram sensivelmente nos últimos anos, fazendo com que o Japão dispute, hoje, o segundo lugar entre os países com maiores inversões

diretas no Brasil. Não menos importante é esse mesmo fluxo visto do lado dos interesses empresariais japoneses. Pois o Brasil já é o quarto mercado mundial para os investimentos japoneses. Nosso comércio recíproco apresenta índices significativos do crescimento. Como parceiro comercial do Japão, o Brasil situa-se até acima de vários países industrializados, entre os quais a maioria dos países integrantes da Comunidade Econômica Européia.

Os níveis alcançados na cooperação econômica e comercial entre nossos países estão longe, porém, de representar, significativamente, as potencialidades dessa cooperação.

O Japão tem uma economia dinâmica, com fundamental necessidade de matérias básicas para sua indústria e com um mercado consumidor crescentemente exigente. Nossa economia, não menos dinâmica, caracteriza-se pela abundância de recursos naturais, inclusive território, ainda inproveitados, pela avidez de recursos financeiros para sua exploração, pela necessidade premente da incorporação de tecnologia avançada no processo produtivo e pela versatilidade da produção industrial. São, pois, bastante variadas e amplas as possibilidades de complementação dos interesses econômicos entre nós.

Seria de desejar-se que, em suas relações recíprocas, os homens de negócio de nossos dois países revelassem o mesmo espírito criador que dispensaram ao dinamismo das respectivas economias. Penso, por exemplo, nos benefícios que resultariam, para ambos

os povos, de uma progressiva elevação do grau da cooperação em níveis de crescente desenvolvimento tecnológico. O progresso neste setor, longe de desservir ao intercâmbio, favorece-o, dando densidade às relações econômicas e substituindo uma instável interdependência vertical por uma interdependência horizontal, de caráter mais racional e equilibrado.

O Brasil, sabem os Senhores, fez a opção de desenvolver-se sob a forma de uma sociedade aberta, em que a cooperação com outras Nações é de fundamental importância. Essa cooperação não nos tem faltado, nem, de nossa parte, temos deixado de prestá-la. E essa evolução é favorecida pelo fato de havermos podido instituir, no país, ordem econômica e social com estabilidade política. São condições de qualquer progresso interno e, também, a maior garantia e o maior estímulo à confiança internacional.

A Revolução de 1964 encontrou o Brasil à beira de um colapso. Medidas rigorosas fizeram-se imediatamente necessárias seja para conter a inflação — que ameaçava ultrapassar a taxa dos 100% ao ano —, seja para criar condições de equilíbrio externo da economia. Foi possível, não obstante, logo no primeiro ano, recuperar a renda real, a qual, a partir de então, passou a crescer a um ritmo seguro. De 1968 em diante, quando as medidas básicas de saneamento econômico já haviam alcançado o seu objetivo, o país passou a crescer a um ritmo sem precedentes.

Em termos reais, de 1968 para cá, o Produto Interno Bruto mais que duplicou e a renda *per capita* subiu em quase 65%. É importante notar que o grande aumento real verificado na capacidade produtiva do país ocorreu com aceitável equilíbrio na expansão dos setores primário, secundário e terciário da economia.

Graças a esse progresso e à confiança que eles criaram no empresariado e no público brasileiro, bem como nos homens de negócio estrangeiros com interesse em nosso país, pôde o Brasil enfrentar a atual crise econômica internacional.

No ano passado, sob vários aspectos o pior dessa crise, a economia brasileira manteve-se em expansão, embora, necessariamente, a um ritmo mais lento do que o registrado no período precedente.

A consciência que tem o Governo dos perigos de um processo inflacionário — igualmente agravado pela crise externa — levou-o a forçar, deliberadamente, a redução da taxa de expansão econômica, apesar dos reflexos negativos de tais medidas do ponto de vista de vários setores da opinião pública. Tal atitude mais uma vez evidencia o caráter racional de nossa política. A inflação, decorrente em larga proporção da crise econômica internacional, é, no momento, o alvo principal da política econômica no plano interno, assim como o equilíbrio do balanço de pagamentos tem sido o objetivo principal no plano externo. O acerto das medidas adotadas e da sua necessária conjugação já se reflete num arrefeci-

mento das pressões em ambos os setores, o que nos permite antever que certas medidas, que fomos forçados a tomar, terão limitada duração e cederão lugar, por fim, a uma política mais flexível, como sempre foi a nossa meta.

Os resultados obtidos e, mais que isso, a racionalidade da política que lhes está subjacente, tem valido, a meu país, a confiança da comunidade internacional dos homens de negócio. A estabilidade política de que o Brasil tem gozado nos últimos doze anos, somada ao tratamento dispensado ao capital estrangeiro, é fator positivo de crescimento e tem favorecido a participação da técnica e do capital estrangeiro em nosso processo de desenvolvimento. A par de medidas para redução do *deficit* em nossas transações correntes com o exterior, uma sábia administração da dívida externa, que tem por base a compatibilização do nível do endividamento com a geração de recursos para a sua amortização, permite-nos absorver, de forma ordenada, novos fluxos de capitais externos, sem risco para os seus fornecedores.

Não seria completo o retrato da fase atual por que passa o Brasil, se não mencionasse, também, os esforços que têm sido feitos no campo social. A consciência de que a estabilidade política — base do crescimento econômico — está diretamente ligada à estabilidade social e o sentimento de que o desenvolvimento não é um objetivo abstrato, mas deve visar ao próprio homem, têm levado os Governos da Revolução brasileira a darem atenção especial aos aspectos sociais do desenvolvimento. Beneficiária

do crescimento alcançado nos Governos precedentes, pôde minha administração imprimir renovado impulso às medidas que visam à maior disseminação dos frutos do crescimento econômico. Essa melhoria efetiva dos padrões de vida da população deverá assegurar base duradoura para a estabilidade das instituições políticas, o que constitui a garantia maior com que podem contar os investidores estrangeiros.

Senhores empresários,

Espero haver oferecido aos Senhores um quadro geral das idéias do meu Governo quanto à evolução econômica do meu país e as potencialidades da cooperação nipo-brasileira. Estou certo da vitalidade dessas relações que resultarão em benefício crescente para ambas as Nações.

Agradeço a honrosa homenagem que me prestam, considerando-a, sobretudo, como homenagem a meu país.

Peço a todos que bebam comigo à prosperidade de nossos dois países e ao constante aprimoramento das relações entre os nossos povos.

17 DE SETEMBRO DE 1976.

VISITA AO JAPAO.

DURANTE JANTAR OFERECIDO PELO  
PRIMEIRO-MINISTRO TAKEO MIKI.

Senhor Primeiro-Ministro.

Ontem, nas palavras com que agradei, a Sua Majestade o Imperador, a honrosa homenagem que prestava ao Chefe de Estado do Brasil, tive a oportunidade de salientar quão próximos se sentem os nossos povos, por simpatias naturais, não obstante a distância geográfica que nos separa e as diferenças históricas e culturais na formação de cada país.

Essas simpatias, espontâneas no plano do relacionamento entre nossos povos, encontram correspondência ao nível das relações entre os nossos Governos.

Tem sido norma de conduta de meu Governo encarar as relações internacionais com sereno pragmatismo, pragmatismo que nada mais deseja ser do que uma clara percepção da realidade para arlequar os meios de ação aos objetivos nacionais, dentro de um quadro de referência que se confunde com a própria realidade brasileira.

Não me cabe interpretar a política externa japonesa. Na medida, porém, em que é próprio do esforço diplomático buscar coincidências de objetivos e estimular convergências de interesses entre as

Nações, vejo nítidos os traços de aproximação entre nossas políticas.

Para países de grandes potencialidades, a complexidade do quadro internacional é um desafio à presença; não deve ser incentivo ao isolamento. E essa presença, no mundo de hoje, é necessariamente universal, ecumênica.

Ressalto como coincidência fundamental, em nossas políticas externas, o compromisso, em ambos os países constitucional, de servir à causa da paz. Nem se apartam nossos Governos no entendimento de que a paz é, também, outro nome da justiça, da segurança, do desenvolvimento, da liberdade e da responsabilidade social.

Porque esses são os nossos objetivos, queremos que a paz prevaleça para toda a humanidade. E não cremos possa ela ser construída nem pela força nem por nobres ilusões. A ordem internacional duradoura não dispensará a convicção madura, por parte dos Estados, de que a cooperação é mais eficaz do que o antagonismo. Como, também, não poderá dispensar o comportamento conseqüente que terá de se caracterizar pelo irrestrito respeito recíproco entre os Estados, a não-interferência, a genuína consideração das vontades nacionais.

Nos entendimentos que tive com Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, pude comprovar ampla margem de convergência nas preocupações fundamentais de nossos Governos.

Como o Japão do pós-guerra, o Brasil segue uma diplomacia de paz, voltada para os interesses nacionais de desenvolvimento econômico e social, desprovida de preconceitos, preocupada com assegurar, às gerações presentes e vindouras, a segurança e a prosperidade a que fazem jus.

Tais objetivos levam-nos a assumir responsabilidades crescentes, na esfera internacional. Encaramos esse papel, com realismo e modéstia. Sabemos que essas responsabilidades envolvem exposição maior, decisões mais graves a tomar, riscos a enfrentar, mas que representam também maior margem de ação, mais amplas oportunidades de escolha, canais novos de expressão, em suma, instrumentalidade mais variada para o exercício da vontade nacional.

Nesse sentido, as relações entre o Brasil e o Japão alcançaram, progressivamente, elevada importância política. Minha presença em Tóquio é um símbolo dos vínculos sólidos e duradouros que unem as duas Nações.

Por seus fundamentos e suas potencialidades, as relações entre nossos países inserem-se, necessariamente, numa perspectiva de longo prazo. Elas exigem, por isso mesmo, um entendimento pleno, de Governo a Governo, que preserve o diálogo em bases autenticamente nacionais. Nossa cooperação bilateral é e será profícua porque repousa em bases sadias e estáveis: uma cooperação entre parceiros livres que buscam o benefício comum. Essa colaboração tem sido isenta de conflitos e de temores por-

que se fundamenta no genuíno respeito de um país pelo outro. A confiança recíproca que tal espírito gerou preservará a associação entre nossos povos e nossos Governos.

Senhor Primeiro-Ministro,

A causa da paz reclama o diálogo. De nossa parte, a ele não nos temos furtado onde quer que nossa presença possa ser útil e propiciar ajuda.

Partilhamos com o Governo e o povo do Japão da convicção de que o mundo de agora é, de fato, «um mundo só». A interdependência entre os Estados não é apenas uma opção política — é uma condição de sobrevivência.

Sabemos, também, que a interdependência não deve significar renúncia à independência. E que ela só é legítima quando fiel ao compromisso de justiça e de igualdade, que é a própria base da convivência internacional.

Sensíveis a essa realidade, nossos países investem-se de responsabilidade específica na construção da nova ordem internacional, uma nova ordem que seja verdadeiramente benéfica a todos os povos que ainda enfrentam a batalha árdua do desenvolvimento.

Por todas essas razões, a finalidade do diálogo entre Brasília e Tóquio não se esgota no plano dos interesses bilaterais e imediatos. Creio que, na esfera da política internacional, o Brasil e o Japão encontram reais motivos para o diálogo e entendimento construtivos.

Estou certo de que as conversações que mantivemos e ainda voltaremos a manter, fornecerão contribuição positiva à cooperação entre os nossos Governos no plano internacional.

O Japão desfrutou, sempre, de reconhecida capacidade de atuação no cenário mundial, compatível com as grandes responsabilidades que seu povo e seu Governo podem assumir. O mundo do futuro requererá, mais e mais, essa participação japonesa, em decisões que afetam toda a humanidade. Essa, a conseqüência irrecusável da projeção externa dos interesses nacionais.

Meu país é novo no plano universal. Conta-se por anos o período recente no qual a projeção dos nossos interesses nos levou a sentir que nada do que é humano, no plano universal, pode nos ser estranho. Mas chegamos a esse sentimento por um processo de conscientização progressiva e racional. Temos, por isso, como povo e como Governo, noção clara de nossas responsabilidades, objet'vos e possibilidades. E estamos dispostos a vindicar a nossa parte de benefícios tanto quanto, em contrapartida, a aceitar a nossa parte de obrigações, no vasto complexo das relações internacionais.

Senhor Primeiro-Ministro,

Ao agradecer, por intermédio de Vossa Exce-lência, a hospitalidade do Governo japonês, quero repetir quão genuínos são os sentimentos de amizade que unem os nossos dois povos.

A esses sentimentos, peço que bebamos agora. E que nossos votos se dirijam, também, a Vossa Excelência, a quem desejamos um futuro pleno de venturas.

18 DE SETEMBRO DE 1976.  
VISITA AO JAPAO.  
DURANTE ALMOÇO NO NIPPON PRESS  
CENTER.

Meus Senhores,

É para mim grande honra ser o primeiro Chefe de Estado a falar neste recinto.

Agradeço a oportunidade com que me brindam de aqui estar com os Senhores e de dialogar, através de intermediários tão qualificados, com o público japonês.

A grandiosidade deste edifício bem reflete a importância que a imprensa adquiriu no Japão, onde se encontra um dos mais ávidos públicos de jornal que possam existir. Esse incomum afã coletivo na leitura de periódicos, se é uma recompensa para os Senhores, que trabalham profissionalmente na imprensa, não pode deixar de representar, também, um desafio. Acredito que muitos dos Senhores repartam comigo a convicção de que qualquer atividade orientada para o público, seja ela de natureza privada ou oficial, deve servir à sociedade, ao bem-estar e ao progresso do homem. Ora, nenhuma atividade humana mais de perto toca, influencia, modula o comportamento humano do que a transmissão de notícias. Donde, a imensa responsabilidade que repousa sobre a imprensa que, em sua constante luta

contra o tempo, deve zelar por que prevaleça, sempre, a verdade sobre a impressão, o fato sobre a versão.

Tem meu Governo a maior preocupação pela verdade — a verdade econômica, a verdade política, a verdade social. Entendemos que o realismo da análise e o pragmatismo da ação constituem condições essenciais do progresso em qualquer campo. Por isso, procuramos não nos deixar iludir por preconceitos ou por automatismos de qualquer natureza.

Ontem, falando a empresários japoneses, pude evocar a racionalidade do tratamento, dado pelo Governo brasileiro, às questões econômicas. Graças a isso pudemos, entre os países mais afetados pela crise do petróleo, conservar nos anos de 1974 e 1975 o crescimento positivo do produto interno bruto, em níveis até inalcançados por qualquer país industrial. Mantemos uma política econômica equilibrada, sem concessões à demagogia fácil, de um lado, nem ao conservantismo rígido, de outro — o que nos tem permitido lutar contra a inflação interna, mesmo quando nos afetem intensamente sérias perturbações mundiais. Uma cuidadosa gerência de dívida externa, articulada com programas de aumento da produção e da produtividade internas e de nossa capacidade de exportar, continuam a fazer de meu país um mercado confiável, para os investidores de todo o mundo. Uma política cambial realista mantém a adequada competitividade do nosso comércio exterior.

Idêntico espírito de equilíbrio e moderação domina o plano político e o da segurança. A Revolução

brasileira foi e é uma Revolução restauradora. Restauradora do homem na sua liberdade e em sua dignidade. Estou persuadido de que o papel daquela Revolução foi e é o de criar condições para que o homem brasileiro possa efetivamente, com responsabilidade, realizar-se em toda sua força criativa. Como estou persuadido de que, assim procedendo, a Revolução o que está fazendo é construir, para o Brasil, o futuro de grande Nação moderna que lhe deve caber.

Para que esse resultado se alcance, temos de estar seguros de que a capacidade criadora de nosso povo não se verá tolhida, de fora ou de dentro, pelos inimigos da verdadeira liberdade e do verdadeiro progresso. A segurança é, hoje, uma condição essencial para o desenvolvimento de qualquer país.

Assim como no econômico e no político, assim no social. Desejamos que o sentimento de participação no crescimento nacional seja de todos e de cada um, do homem do Norte como do homem do Sul, do homem do litoral como do homem do interior, do homem da cidade como do homem do campo, e, sobretudo, que permita, a todos os brasileiros, se sentirem mais perto uns dos outros economicamente e mais coesos, socialmente.

Tais preocupações que orientam meu Governo no plano interno, encontram justa contrapartida na política externa do país.

O crescimento atual do Brasil e suas grandes potencialidades para um futuro que já é próximo dão

a meu país, no mundo inelutavelmente interdependente em que vivemos, uma projeção internacional à qual não pode ele se furtar. O Brasil enfrenta esse novo papel com alto senso de responsabilidade.

Com o mesmo espírito realista com que analisamos os problemas do crescimento interno, procuramos acompanhar o que se passa no cenário internacional, hoje ecumênico, e no qual somos chamados a atuar. Nossa atuação reveste-se, igualmente, da mesma preocupação pragmática que nos inspira o comportamento no plano interno. Guia-se pelo objetivo da promoção da paz e da concórdia entre as Nações, as quais só acreditamos duradouras se fundadas no respeito mútuo e na adesão efetiva aos princípios fundamentais da convivência entre Estados de soberania igual, da auto-determinação e da não-interferência. Tais sentimentos, profundos na alma brasileira, fazem-nos repudiar tudo o que seja desejo de hegemonia entre Estados e de subordinação entre povos. Ao mesmo tempo, povo pacífico que somos, preferimos as soluções de negociação, de compromisso, de conciliação, às vitórias que derivam, afinal, do antagonismo e da luta. E buscamos, por isso, quer em nossas relações bilaterais, quer em nossos engajamentos multilaterais, valorizar a cooperação, em detrimento da confrontação. Sabemos difícil tal empresa, mas nosso compromisso é com o resultado real — desenvolvimento e paz — que almejamos para a humanidade inteira como o queremos para o nosso povo, e não com simples aparência de progresso ou de segurança.

Meus Senhores,

Estas coisas, talvez não fosse necessário estar aqui a dizê-las. A imprensa japonesa sabe bem qual é o programa de meu Governo.

Do Brasil olhamos, também, com interesse o que se passa no Japão. Não obstante a geografia, que dificulta nossa aproximação, nos sentimos ligados e, até em muitas coisas, identificados com este grande país. Talvez pela familiaridade com o modo de ser japonês que a presença de tantos descendentes nipônicos no Brasil acarretou. É que, embora eles sejam cidadãos brasileiros perfeitamente integrados com as causas nacionais, souberam conservar muitas das tradições que enriquecem seu passado cultural. Talvez, pela crescente associação de interesses econômicos, financeiros e comerciais entre japoneses e brasileiros. Como os Senhores sabem, o Brasil é hoje o quarto mercado mundial para os investimentos japoneses e, como parceiro comercial, estamos à frente de um bom número de países industriais da Europa.

O quadro de ordem e de progresso que esbocei e a realidade dos sentimentos espontâneos de simpatia entre nossos povos auspiciam, para as relações nipo-brasileiras, um futuro promissor.

Tal, a convicção que eu queria transmitir aos Senhores, nesta oportunidade. E sou grato por me haverem permitido fazê-lo.

Dentro do espírito de diálogo que caracteriza este encontro, ponho-me à disposição dos Senhores para responder às perguntas que me queiram dirigir.



18 DE SETEMBRO DE 1976.

VISITA AO JAPÃO.  
ENTREVISTA CONCEDIDA A JORNALISTAS JAPONÊSES.

*Pergunta.* — O Brasil tem conseguido progresso econômico considerado mesmo como o «Milagre Brasileiro». Entretanto após a crise de petróleo de há três anos o Brasil tem sofrido estas conseqüências e sabemos que o seu balanço de pagamentos tem sido negativo nos últimos dois anos. Gostaria de saber, de Vossa Excelência, além destas medidas restritivas de importação que o Governo Brasileiro tomou para sanar este problema, quais as outras perspectivas que V. Ex<sup>a</sup> tem em mente e se estas medidas restritivas de importação terão continuidade.

GEISEL — «A nossa economia se adapta às condições que o mundo de hoje vive. Evidentemente a crise do petróleo e a crise geral que se instalou no mundo implicaram em modificações no procedimento econômico do Brasil.

A nossa economia teve que se adaptar às novas contingências. E, desde logo, entre os problemas que logo surgiram, estão os que se relacionam com o balanço comercial de pagamentos. De um lado, redobramos nossos esforços no sentido de aumentar o volume e o valor de nossas exportações; o que não tem sido fácil, pois muitos dos mercados, afetados pela mesma crise, se fecharam aos produtos que vendíamos usualmente.

Não obstante, graças a esse esforço que se realiza, o valor das exportações — seja em 1975, seja no corrente ano — continua crescendo. Por outro lado, tivemos que adotar certas medidas de restrições às importações, sobretudo de produtos considerados supérfluos. Ao mesmo tempo, empreendemos um programa que teve em vista a produção interna no País de matérias-primas de que necessitávamos, principalmente de insumos básicos.

Procuramos particularmente desenvolver a produção de metais não ferrosos. E também de fertilizantes. Em consequência dessas medidas, a situação de nosso balanço comercial está progressivamente melhorando, com perspectivas de nos próximos anos atingirmos o equilíbrio. É claro que essas medidas, principalmente as restrições, nós as consideramos medidas temporárias e, assim que as condições do balanço de pagamentos o permitirem, tais restrições serão eliminadas.

O resultado das medidas adotadas se traduziu objetivamente na manutenção, ou mesmo no crescimento da confiança internacional sobretudo no setor financeiro. Esta confiança se traduz principalmente no aumento, sobretudo nos últimos meses, das nossas reservas cambiais. Estas reservas, que tinham decrescido no ano de 75, agora em 76 voltaram a subir e se situaram um pouco acima de 4 bilhões de dólares.

É claro que, em consequência dessas medidas, o ritmo de nosso crescimento tende a diminuir, o que corresponde aos objetivos que temos em vista.

O Brasil, que vinha crescendo a taxas de dez por cento ou pouco mais, diminuiu esse crescimento em 1975 para uma taxa de 4 ou 5 por cento, e este ano possivelmente a taxa será mantida em torno desse mesmo valor.

Presentemente, estamos com o foco de nossas preocupações já não tanto no balanço de pagamentos, mas sim no novo surto inflacionário que se verificou no país. Estamos assim preocupados em adotar medidas que, possivelmente, se refletirão no crescimento de nossa economia, mas que serão necessárias para evitar que essa inflação continue crescendo. Ao contrário, estamos nos esforçando para reduzi-la a índices bem menores dos que estão se verificando nos últimos meses. São três problemas que se conjugam: o do crescimento econômico, o do balanço de pagamentos e o da inflação.

As medidas do governo visam a atender a esses três problemas, dentro de uma contingência que decorre em grande parte da situação internacional. Estamos, entretanto, convencidos de que as dificuldades atuais e que vêm se manifestando principalmente a partir da crise de preços do petróleo, é transitória e que temos a possibilidade de vencê-la.

De um lado, pela nossa capacidade de trabalho, de outro, pelo potencial extraordinário de que o país goza. E, finalmente, pela cooperação internacional que não nos tem faltado, notadamente de países como a que se verifica presentemente aqui no Japão.

Estamos convencidos assim que, embora tenhamos que lutar (e a luta exige esforço, dedicação e

perseverança), chegaremos fatalmente a um bom resultado.

*Pergunta* — Há setores que estão praticamente dominados pelas empresas estatais. Por outro lado, como no caso da indústria automobilística, há setores em que predominam os capitais estrangeiros. Dentro deste contexto, gostaríamos de saber quais as medidas que seu Governo tem adotado para com as empresas estrangeiras e multinacionais.

GEISEL — «No Brasil, existe realmente empresas estatais — nós chamamos sociedades de economia mista — destinadas principalmente à infra-estrutura do País, refiro-me particularmente às estradas de ferro, ao setor de transportes, portanto, ao setor de energia e ao setor de comunicações, sobretudo telecomunicações. O País é extraordinariamente grande — dispomos de mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados — e o equipamento desse território, a dotação desse território de infra-estrutura, é um problema vasto, dispendioso e complexo, essa é a razão por que esse setor ficou afeto ao governo, uma vez que a iniciativa privada possivelmente não teria condições de realizá-la, seja pelos recursos necessários, seja pela baixa rentabilidade que essa infra-estrutura por muito tempo proporcionaria ao capital empregado.

Afora esse quadro da infra-estrutura, muito raramente as empresas do Governo ou empresas estatais interferem. Há casos em que, como no dos produtos siderúrgicos e de produtos planos, o Gover-

no participa e com recursos elevados, porque a empresa privada não tem condições.

Afora esses casos que mencionei, praticamente toda atividade econômica — dos setores primário, secundário ou terciário — é da iniciativa privada. Nesse setor da iniciativa privada, recebemos a participação do Capital estrangeiro, consideramos essa participação muito útil e necessária, seja pelo aporte de capital que ela traz, mas também e principalmente pela tecnologia que ela proporciona.

O programa do Governo que está em vigor prevê um relativo equilíbrio dos investimentos das empresas do governo, das empresas privadas nacionais e das empresas estrangeiras, muitas vezes, esses três setores (Governo, Empresas privadas Nacionais e Empresas Estrangeiras) se interligam, formando empresas conjuntas, como ocorre em várias empresas que nós temos com entidades japonesas, muitas empresas no setor da petroquímica e outras, cuja orientação é estabelecer o equilíbrio entre os vários tipos de investimento, evitar os antagonismos entre eles e tanto quanto possível harmonizá-los.

Com relação ao capital estrangeiro, não estabelecemos restrições especiais. É que procuramos sempre orientar os investimentos estrangeiros para setores em que o capital nacional não esteja em condições de atender e também de forma que não se estabeleça uma competição ruínosa para a empresa nacional.

*Pergunta* — Qual é a posição do Brasil com relação ao problema norte-sul e no grupo dos 77?

GEISEL — O Brasil faz parte realmente do grupo dos 77, mas esse grupo atualmente acho que já é superior a 100. Esse grupo não é homogêneo em que países apresentem condições absolutamente iguais, há países mais pobres, há países menos pobres, há diferentes graus de subdesenvolvimento, ou de estágios «em desenvolvimento». É possível que, dentro desse grupo, o Brasil seja um dos países de melhores condições quanto à fase de procura do desenvolvimento. Mas todos nós temos, em conjunto, um problema essencial que é um desenvolvimento muito baixo. A nossa renda, em função da população de que dispomos, ou nossa renda «per capita», é muito baixa, fato esse que nos diferencia essencialmente dos países altamente industrializados, ou países desenvolvidos o que faz com que se use a expressão de antagonismo entre norte e sul.

Nós acreditamos que a posição do Brasil é a sua posição dos 77. Entretanto, não cultivamos esse antagonismo como sentimento radical. Somos partidários do entendimento. E acreditamos que o desenvolvimento depende em grande parte do nosso próprio esforço.

Mas depende também muito da compreensão dos países desenvolvidos e do auxílio que eles podem prestar, seja através da tecnologia, seja através de um comércio mais justo, para que esses países subdesenvolvidos possam crescer economicamente.

*Pergunta* — O Brasil não participa do cartel dos países exportadores de minério de ferro? Mas

o Brasil é favorável à formação de cartéis para recursos naturais, e se não é favorável por quê?

GEISEL — «São duas partes. Vejamos primeiro a que se refere aos cartéis, a intenção ou objetivo relacionado com cartéis de minério de ferro. O Brasil em princípio é contrário à formação de cartéis. É a política tradicional que o País tem adotado na organização de países produtores de produtos comuns é dialogarem entre si. O objetivo que se tem em vista é atingir um adequado entendimento, entre produtores e consumidores, com uma dupla finalidade, de um lado, assegurar uma remuneração adequada aos produtos que se vendem. Evitar o aviltamento dos preços desses produtos por uma concorrência ruínosa. Mas, de outro lado, evitar também que o consumidor sofra as conseqüências de uma alta de preços artificial exagerada. Isso corresponde à política brasileira de resolver seus problemas pelo entendimento.

O Brasil tem procedido assim, no caso de produtos como o café, por exemplo, estabelecendo um acordo internacional entre países produtores e países consumidores.

Política idêntica adotamos com relação ao cacau e na política latino-americana do açúcar. Com relação ao cartel internacional de minério de ferro. O Brasil não participa da organização. Está apenas como observador. Até hoje, não ingressou formalmente nessa organização, justamente porque seu espírito fundamental é contra a cartelização. O Brasil só ingressaria nessa organização como membro efetivo se a concorrência ou as condições de mercado se

apresentarem de tal forma que o baixo preço venha a constituir um real prejuízo para o País.

O Brasil não participa da OECD porque ainda se considera um país em desenvolvimento. Como já disse anteriormente, nossa posição está mais ao lado do grupo dos 77. Nossa posição dentro da OECD seria, evidentemente, uma posição falsa. Nós teríamos o inconveniente de estarmos em uma companhia em que a posição nossa seria evidentemente muito inferior e perderíamos a posição solidária do grupo que, como nós, luta pelo desenvolvimento.

Então, procurando ser realista, o estágio atual da economia brasileira não justificaria que se pense em incluí-lo na OECD.

*Pergunta* — Qual é a atuação até o presente momento da ALALC e da Sela?

GEISEL — A ALALC é uma organização do comércio latino-americano. Ela em si não é um fim. É um meio. É um processo, dentro dos países latino-americanos, para o incremento de suas relações comerciais.

Os resultados colhidos nestes quinze anos que a organização já completou, estão sendo realmente vultosos e tem se caracterizado por um crescimento muito grande do comércio dos países da América Latina. É evidente que a organização não tem um caráter exclusivista. A margem das relações que se estabelecem dentro da organização da ALALC, subsistem as relações entre os diferentes países da América Latina e destes com os demais países do mundo.

Apesar das naturais dificuldades que a vida de uma organização como esta apresenta, pelos conflitos de interesse que muitas vezes surgem, e que é preciso que sejam resolvidos adequadamente, eu considero a Organização como proveitosa e atingindo efetivamente os resultados correspondentes à concepção original que deu origem à sua constituição.

A Sela é uma organização nova, recentemente implantada, funcionando com sede na Venezuela, em Caracas, que aprovou seu primeiro programa há poucos meses, mas que permite, pela orientação que tem sido adotada, chegar-se a bom resultado, sobretudo promovendo empreendimentos industriais de natureza agrícola em conjunto dentro de vários países. A programação estabelecida, embora ainda apenas em início de execução, permite uma previsão otimista sobre os resultados que poderá obter.



18 DE SETEMBRO DE 1976.

VISITA AO JAPÃO.

DISCURSO PROFERIDO POR OCASIAO  
DE BANQUETE OFERECIDO AO IMPE-  
RADOR HIROITO.

Majestades Imperiais,

Estes dias em terra japonesa confirmaram minhas impressões iniciais — a hospitalidade discreta e afável, a naturalidade dos sentimentos de fraternidade entre japoneses e brasileiros, a riqueza cultural do povo japonês, sua extraordinária confiança no futuro e determinação em construí-lo.

Tudo no Japão está associado à preocupação com a justa medida, com a proporção, com o equilíbrio, dispensado qualquer excesso. Assim nas artes, inclusive nas quotidianas artes da cozinha e da etiqueta. Assim na filosofia de vida. Assim no comportamento econômico e social.

Esta é, penso, a herança que Vosso povo soube conservar dos valores tradicionais da cultura japonesa e tão sabiamente conciliar com o influxo renovador de idéias ocidentais que, importadas, valorizam ainda mais outros aspectos da vida social japonesa. Veio, assim, o Japão de hoje a conseguir esse raro compromisso entre a vitalidade do novo e a sabedoria do antigo, e que lhe é tão particular.

O inegável êxito da revolução modernizadora do Japão, por si só, já poderia justificar a inabalável

confiança que o japonês parecer ter em que tudo pode ser conseguido desde que seja tentado. Essa confiança coletiva, a um tempo, revela e recria a unidade nacional, amalgamando o povo em torno de propósitos comuns.

O povo brasileiro não desconhece sentimentos afins. Não temos, nós, uma cultura milenar que nos seja própria e que haja produzido tesouros materiais ou espirituais a preservar, embora — caldo de culturas diversas de maior ou menor projeção anterior no tempo — nos sintamos imersos em valores que transcendem nossa própria História. Mas temos, isso sim, inquebrantável confiança em nosso destino e a consciência precisa de que a tarefa comum de construí-lo enrijecerá o espírito da Nação. A Revolução Brasileira também se propôs o desafio de construir um País moderno. E, a esse desafio, o povo brasileiro está respondendo à altura.

Tal paralelismo de atitudes facilita a compreensão e a cooperação entre nossos povos. Existe entre o Brasil e o Japão não apenas uma complementaridade de interesses mas, também, poderíamos dizer, compatibilidade entre as psicologias nacionais. A confiança que temos em nossas respectivas missões nacionais conduz-nos ao esforço de construção com determinação tal que não nos deixa ser presas de receitas apriorísticas nem de fatos consumados. Nesse sentido, somos ambos povos pragmáticos. Vemos nas adversidades, não um pretexto para vãs filosofias ou a inação, mas um desafio para vencê-las.

## Majestades Imperiais,

O mundo de hoje anuncia, talvez, uma nova civilização, que será certamente o resultado do tão adiado encontro entre o Ocidente e o Oriente. O encontro entre o Brasil e o Japão é o encontro entre essas culturas. Pelo exemplo que representa, tenho a certeza de que, ao enriquecer nossos dois povos, não deixa, também, de enriquecer a própria humanidade.

Peço a todos os presentes que comigo ergam as suas taças para brindar pela saúde e felicidade de Suas Majestades Imperiais e pela prosperidade do povo japonês.



18 DE SETEMBRO DE 1976.

VISITA AO JAPÃO.

ENTREVISTA CONCEDIDA A JORNALISTAS BRÁSILEIROS.

*Pergunta* — Os resultados até agora sabidos de sua visita superam o esperado e, no seu conjunto, ganharam dimensão política. Esse acréscimo parece ter sido conseguido por sua participação pessoal, o que não aconteceu na parte preliminar dos entendimentos. Que princípios nortearam a sua orientação, conseqüência da posição brasileira nesta fase decisiva do relacionamento econômico Brasil-Japão?

GEISEL — Na realidade, as negociações que se realizaram, seja no campo científico, seja no econômico, obedeceram a uma idéia básica, em que o relacionamento do Brasil com o Japão tem base bastante sólida. O Brasil já é muito conhecido no Japão, em decorrência das correntes migratórias que se orientaram há mais de cinquenta anos do Japão para o Brasil. O número de descendentes de japoneses hoje integrados em nosso País se aproxima de um milhão, são mais de 700 mil. Todos eles têm naturalmente vínculos de parentesco familiares com os residentes no Japão. Acredito que o Brasil seja mais conhecido no Japão do que o Japão no Brasil, mais essas correntes migratórias e o trabalho desenvolvido pelos japoneses no Brasil serviram de lastro fundamental para esse entendimento. Afora isso, as atividades econômicas que se realizam no Japão e se

realizam no Brasil são complementares. O Brasil é sobretudo grande supridor de matéria-prima e o Japão é carente de matérias-primas, das quais, entretanto, necessita para a sua industrialização.

— Há então uma complementação econômica que serve extraordinariamente a ambas as nações. Há, também, uma coincidência de pontos de vista no campo da política internacional. Ambos os países acham que não podem viver isoladamente porque no mundo de hoje há uma interdependência entre as nações e ambos os países são também, essencialmente, pacíficos, acham que o mundo deve viver em paz e que todos nós devemos trabalhar neste sentido.

*Pergunta* — Estamos informados de que o Primeiro-Ministro japonês lhe sugeriu a possibilidade de o Brasil e Japão ajudarem na mediação de um diálogo Norte-Sul. Caso afirmativo, em que termos a sugestão foi feita e quais as ponderações que o senhor apresentou em resposta?

GEISEL — Realmente, o Primeiro-Ministro Miki, analisando a posição do Brasil como uma nação emergente, em franco desenvolvimento, achou que o Brasil poderia servir de mediador entre as duas partes — o Norte e o Sul, vamos dizer, entre os países industrializados e os subdesenvolvidos.

— Eu mostrei a ele que, na realidade, o Brasil está no grupo dos países subdesenvolvidos. Ele faz parte deste conjunto que anseia por se desenvolver. Embora esse conjunto não seja homogêneo, pois há evidentemente diferentes graus de desenvolvimento

e o Brasil ocupa neste conjunto, que é de mais de cem países, uma posição destacada, ele não poderia se expor a ser simplesmente um mediador, uma vez que ele é parte. Ele só poderia funcionar como mediador se os países desenvolvidos, os que chamamos do Grupo Norte, nos dessem determinadas condições para desempenhar este papel de mediação. Mas de qualquer maneira, tanto o Japão como o Brasil se comprometeram a trabalhar no sentido de harmonizar essas duas áreas e conseguirem dos países do Norte uma cooperação maior para desenvolver os países do Sul.

*Pergunta* — Quais os efeitos das negociações aqui realizadas no nosso balanço de pagamentos e no quadro de nossa dívida externa?

GEISEL — As negociações que realizamos no campo econômico, propriamente, são negociações que têm em vista problemas a longo prazo. Lançamos bases que a médio prazo já vão produzir resultados, mas se projetarão no futuro num programa muito mais vasto de longo prazo. Não creio que tenhamos efeitos imediatos de grande vulto no nosso balanço de pagamentos. Por exemplo: lançou-se projeto em definitivo, de produção de alumina e alumínio na Amazônia. Este projeto vai ter a sua execução iniciada em 1977, mas a produção só se iniciará em 1981. Então os efeitos serão a médio prazo. Há alguns efeitos que serão mais imediatos, como os contratos de venda de minério de ferro, que foram ampliados. Os contratos de venda de «pellets» e de

celulose, possivelmente, já no ano que vem, irão proporcionar maior soma de divisas para o Brasil. Por maior que seja o resultado desses contratos, eu atribuo maior importância às negociações na base que nós constituímos de entendimentos e que darão resultados multiplicados num futuro mais remoto. Não sei se já respondi inteiramente a sua pergunta, ou se há algum detalhe que mereça ser esclarecido.

*Repórter* — Estou satisfeito.

*Pergunta* — Poderá um país em desenvolvimento como o Brasil alcançar uma conciliação ampla e permanente dos interesses das empresas privadas com os interesses do Governo, a exemplo do que ocorre no Japão?

GEISEL — Eu acho que sim. Não vejo antagonismo como muitos querem dizer entre as empresas privadas e as empresas governamentais. Acho que elas se complementam. Veja que o Estado atua sobretudo na infra-estrutura. O Brasil é um País jovem e imenso em seu território extraordinariamente carente de infra-estrutura; são estradas-de-ferro, estradas de rodagem, portos, aeroportos, telecomunicações, e assim por diante. São empreendimentos que exigem grandes recursos e que não são atrativos do ponto de vista de remuneração. São empreendimentos que só o Estado pode realizar. Afora isso o Estado participa de certos empreendimentos industriais sobretudo aqueles que são básicos e que têm maturação a longo prazo, como o da energia, da produção de aço e assim por diante. O resto todo

está entregue à iniciativa privada. E, há grande número de empreendimentos em que a empresa privada se associa à estatal. Eu não considero isto, absolutamente, um problema inconciliável. E acho que à medida em que o País se desenvolver esses empreendimentos estatais serão fatalmente transferidos para a empresa privada.

*Pergunta* — O senhor acredita que poderemos retirar ensinamentos, ou sugestões, da política de recuperação econômica do Japão após 73, particularmente no tratamento de choque aqui aplicado à inflação?

GEISEL — As condições do Japão são bem diferentes das condições brasileiras, inclusive nas características de seu povo. Não esqueçamos que o Japão veio de uma guerra, onde ele sofreu um choque muito maior do que o choque do tratamento da inflação. Mas há muita coisa da experiência japonesa que nós podemos aproveitar. Um dos pontos importantes das negociações que se realizaram se refere à cooperação que pode haver entre o Brasil e o Japão no campo tecnológico. O milagre japonês em grande parte é devido à alta tecnologia de que o Japão dispõe. Uma das maneiras de sairmos do subdesenvolvimento é não só a utilização maciça de capitais, mas é sobretudo o aproveitamento tecnológico e moderno, sob pena de se montar no País uma base de indústria obsoleta. O Japão se propôs a cooperar conosco no sentido de uma maior transferência de tecnologia para o Brasil.

*Pergunta* — Que variável nova os acordos assinados em Tóquio introduzem na política brasileira na Ásia?

GEISEL — Não creio que tenha grandes modificações no quadro brasileiro na Ásia. Na Ásia nós mantemos boas relações com vários países. Como sabem, pouco depois de eu assumir o Governo, reatamos as relações com a China. São relações que estão se desenvolvendo lentamente no sentido positivo à busca principalmente de maior intercâmbio comercial. E temos relações com outros países da Ásia, mas não são muito estreitas.

— O único país com que realmente temos relações mais profundas é o Japão. Isso acontecia antes da minha visita e é um problema que vem de anos atrás, desde a imigração japonesa para o Brasil. Depois, com os empreendimentos que os japoneses fizeram juntamente conosco, sobretudo na Usiminas, na Ishibrás, depois no setor da petroquímica. De modo que havia um bom relacionamento sobretudo no campo diplomático com o Japão. Presentemente, esse relacionamento se intensificou, mas não creio que ele tem desbordamentos maiores para outros países da área.

*Pergunta* — Ainda ao nível da política externa, nas relações internacionais do Brasil com as chamadas democracias industrializadas, como é o caso do Japão, Estados Unidos e outros países da Europa, em que medida o caráter particular das instituições brasileiras ainda continuará a interferir nestas relações internacionais. Ou estas interferências, na sua

opinião, tenderão a se reduzir no futuro, como consequência de uma possível evolução destas instituições?

GEISEL — Não, eu creio que essas relações... Eu vou ver se consegui interpretar bem a sua pergunta. Eu creio que essas relações com as chamadas democracias industrializadas se desenvolverão. Nós somos um País estreitamente vinculado aos Estados Unidos. Somos amigos dos Estados Unidos há longos anos, e inclusive é uma amizade baseada em grande parte na decorrência geográfica. Essas relações só tendem a aumentar e a se desenvolver apesar de tropeços que de vez em quando surgem, sobretudo no campo econômico. Do mesmo modo com os países da Europa. França, Inglaterra, Alemanha, sobretudo, que são os mais desenvolvidos da Europa — e temos mesmo aí, a Itália, a Espanha e Portugal, já por outras razões, nós desenvolveremos nossas relações ao máximo da mesma maneira com o Japão. O Brasil na sua política, como muitas vezes o Ministro Silveira diz, se orienta no sentido ecumênico. Não temos preferência por nenhum dos países. Nem o fato de nos vincularmos estreitamente com um não significa menosprezo em relação a outro. De maneira que eu acho que apesar de todas essas coisas que se resolveram aqui nesses dias no Japão nossas relações com os Estados Unidos e outros países tenderão a se intensificar, inclusive, dentro da América Latina. Na Argentina e em outros países, o nosso interesse é mantermos as relações mais estreitas possíveis, seja no campo político, no campo cultural

e em decorrência, com grande importância, no campo econômico.

*Pergunta* — Sr. Presidente, sabemos que as três viagens que o senhor fez ao exterior este ano — França, Inglaterra e Japão —, todas foram igualmente importantes tanto no campo econômico como no político. Na sua opinião, qual delas a médio e a longo prazos trará maior benefício para o Brasil?

GEISEL — Cada viagem destas tem uma característica diferente, inclusive, tendo em vista o país que é visitado, mas não creio que nenhuma delas tenha sido mais importante do que as outras. Acho que todas elas foram importantes. A do Japão demorou mais em grande parte pela distância desta viagem tão longa, como a do Brasil ao Japão, faz com que a gente demore maior número de dias. Mas não quer dizer que ela tenha sido mais importante que aquelas que eu fiz à Inglaterra como a que eu fiz à França. No meu modo de ver, todas as três têm uma importância equivalente, embora as características de cada uma sejam diferentes das demais.

*Pergunta* — No discurso no Keindaren, o Sr. disse, claramente, que o Brasil está superando rapidamente os efeitos da crise econômica internacional, e, portanto, não está longe o momento de adotarmos internamente uma política econômica financeira mais liberal. O senhor poderia situar no tempo o início dessa política liberalizante e seus fundamentos principais?

GEISEL — Não creio que nós possamos situar isto no tempo. Ainda temos problemas com o balanço de pagamentos. São problemas que só vão se resolver a médio prazo e agora temos um problema um pouco mais difícil que é o recrudescimento da inflação. São problemas que nós temos que estar atentos e seria leviandade se eu pudesse dizer: nós vamos aliviar e liberalizar nossa economia dentro de seis meses, ou dentro de um ano. Sinceramente não posso fazer prognóstico neste sentido, mas acredito que com a evolução, com o trabalho que estamos realizando no País e com a possível melhoria do quadro internacional, que de certa forma se prenuncia, é possível se admitir que essas medidas sejam em caráter temporário. Não poderão se estender por muitos longos anos, mas sinceramente seria muito prematuro eu lhes dar uma indicação no tempo.

*Pergunta* — O senhor transmitiu hoje no Clube de Imprensa a possibilidade de o Brasil participar de um cartel de produtores de minério de ferro. O senhor considera benéfico para o Brasil as atividades de cartéis existentes, como a OPEP?

GEISEL — Eu não preconizei que o Brasil participasse do cartel de minério de ferro. Pelo contrário, mostrei que o Brasil era contrário a cartéis. Eu admiti como uma hipótese extrema que se os preços do minério se aviltassem a tal ponto que nos prejudicassem na produção e na exportação do minério, o Brasil poderia encarar a hipótese de participar de um cartel. Mas, em princípio, o Brasil é contrário aos cartéis. E, exemplifiquei que em produtos como

o café, o cacau e o açúcar, nós sempre procuramos estabelecer acordo entre produtores e consumidores, de modo a assegurar de um lado um preço satisfatório aos produtores e, por outro lado, evitar que os consumidores fossem submetidos a um preço muito alto. Eu sou e o Brasil é essencialmente contrário aos cartéis, sobretudo porque no caso do petróleo estamos sofrendo as conseqüências da cartelização, embora eu reconheça que os preços primitivos do petróleo eram baixos demais, mas em essência, a política brasileira não é favorável a cartéis.

*Pergunta* — O senhor já visitou dois importantes países da Europa e agora vem ao Japão. A dois anos e meio do término de seu mandato constitucional, e estando agora exatamente na metade de seu cumprimento, o Sr. considera encerrado o ciclo dessas viagens, que podem ser consideradas pioneiras, ou se dispõe a atender outros convites já formulados, inclusive partidos de outros blocos?

GEISEL — Essas viagens que eu fiz ao Japão, Inglaterra e França, em grande parte foram retribuições a viagens feitas em anos anteriores. E, recordo que no caso da França, o Brasil recebeu a visita do Presidente De Gaulle. No caso da Inglaterra, o Brasil recebeu a visita de Sua Majestade, a Rainha e, no caso do Japão, além de vários ministros, sobretudo o Primeiro-Ministro Tanaka que esteve no Brasil, o País recebeu anteriormente a visita do Príncipe-Herdeiro no tempo do Presidente Costa e Silva. Estas visitas significavam quase que uma obrigação social do Brasil em retribuição. Claro que

a esta retribuição nós aliamos outros motivos e outras razões para a visita. Não posso dizer que tenha se encerrado o ciclo de minhas viagens. É possível que ainda realize outras, dependendo da circunstância. Eu tenho vários convites e não sei se vou atendê-los quando e como.

— Tenho, por exemplo, previsto para os primeiros dias de novembro, o encontro com o excelentíssimo senhor Presidente da República do Peru, encontro que possivelmente se realizará na fronteira próxima à região de Benjamin Constant ou Tabatinga. É possível que haja outros encontros e outras viagens, mas programada existe apenas essa ao Presidente do Peru.

*Pergunta* — Sr. Presidente, considerando o objetivo declarado de seu Governo e há pouco reafirmado, de equipar o sistema ferroviário no Brasil, e diante dos avanços técnicos do Japão nesse setor, foi encaminhada alguma providência no sentido de implantar sistemas mais modernos nas ferrovias brasileiras?

GEISEL — Com relação ao Japão, não. Numa conversa que eu tive com o Primeiro-Ministro Miki, hoje pela manhã, ele fez referência à viagem que amanhã se vai fazer a Kyoto, usando um trem ultramoderno e de grande velocidade. Eu disse a ele que para nós também constituía um interesse, mas que por enquanto estava no terreno dos sonhos ter uma estrada de ferro desse tipo ligando o Rio de Janeiro a São Paulo. Mas que, infelizmente, dentro

das prioridades que nós temos que estabelecer no País, em face dos recursos disponíveis que estão muito aquém das nossas necessidades, esse projeto tinha que permanecer por enquanto como sendo um sonho. Evidentemente, chegaria o dia em que nós iríamos cuidar um pouco mais desse problema. Veja que em matéria de ferrovia, no Brasil, estamos num estágio quase que de obsolescência. Todo o sistema ferroviário brasileiro é um sistema antiquado. Ele está sendo remendado. Nós estamos construindo variantes, fazendo obras, sobretudo nas áreas que consideramos correspondentes aos corredores de exportação. Como empreendimento novo, estamos procurando construir a ferrovia de Belo Horizonte a São Paulo e, preliminarmente com variante, que vamos fazer em primeiro lugar, para Volta Redonda.

— Pois bem, nessa ferrovia, a que estamos procurando dar características modernas, estamos encontrando dificuldades pela soma de recursos necessários para a execução de uma obra desse vulto. Acontece que no Brasil, para outros empreendimentos, como da energia elétrica, telecomunicações e marinha mercante, existem recursos especiais destinados a esses empreendimentos. E no caso das ferrovias, nós não temos. Então, os recursos normalmente têm que sair do orçamento próprio da União e o dinheiro de que se pode dispor até agora é muito pouco em relação à magnitude do problema que nós temos, mas isto não é motivo de desânimo.

— Há uma estrada de ferro hoje — último modelo — que foi equipada e estruturada em grande

parte com o auxílio dos japoneses que é a Vitória-Minas, estrada de ferro que serve à Companhia Vale do Rio Doce. Graças à modernização dessa ferrovia, o seu equipamento e o seu controle, é que o Brasil pode exportar grandes massas de minério de ferro a um preço competitivo. Estrada de ferro moderna que faz transporte a baixo custo e, por isso mesmo é que podemos vender minério de ferro no Japão, competindo com a Austrália, que está aqui perto.

— Eu desejaria, embora isso seja extremamente difícil que o nosso parque ferroviário se modernizasse e, tomando o padrão desta estrada de ferro da Vale do Rio Doce. Mas isto vai custar muito dinheiro e muito esforço.

*Pergunta* — A sua preocupação de abrir janelas do Brasil para o mundo se enriqueceu de que forma nos contatos que o senhor manteve no Japão, nestes dias?

GEISEL — Eu acredito que, sobretudo, pela ação da imprensa que se poderá relatar o que fizemos nestes dias, os brasileiros também vão abrir um pouco as suas janelas, vão olhar um pouco mais para o mundo.

— Não sei se os outros precisam conhecer mais o Brasil ou se nós precisamos conhecer mais os outros, ver o que o mundo tem de bom e o que tem de ruim, em consequência fazer a comparação e amar um pouco mais o Brasil.

*Pergunta* — Ao fim dos trabalhos desta viagem, o Sr. teria uma mensagem para o povo brasileiro?

GEISEL — A mensagem que eu posso dar ao povo brasileiro é em complemento ao que eu acabo de dizer. É uma mensagem de otimismo. Nós atravessamos dificuldades, mas eu acho que elas são mínimas em relação às dificuldades que os outros têm. Mesmo os países desenvolvidos enfrentam dificuldades. Todo o mundo enfrenta dificuldades e neste sentido, acho que o Brasil pela potencialidade que ele encerra, pela extensão de seu território, pelas qualidades do nosso povo é um país em que as dificuldades ainda são mínimas e elas ainda podem ser superadas se nós soubermos trabalhar.

Venho agradecer as manifestações e o acolhimento que me deram ao chegar a esta cidade, bem como agradecer as expressões e referências que o ilustre presidente da Eletrosul fez a mim e ao meu governo. Há dois fatos importantes que me trazem esta manhã a Tubarão. De um lado, o empreendimento que representa esta usina; são os fatos relacionados com sua constante ampliação. Tive a ventura de assistir ao início de seu funcionamento, como hoje tenho a ventura de vê-la crescer e saber que ela continuará a crescer amanhã. É importante não apenas como instrumento fator de geração de energia, tão necessária à nossa vida e ao nosso desenvolvimento industrial; mas importante também porque ela permite a exploração de uma das grandes riquezas deste Estado. Refiro-me ao carvão, que nós apenas estamos começando a descobrir, mas que, pelas perspectivas que se abrem, representa um instrumento extraordinário e promissor para o desenvolvimento não só da área mas de todo o Brasil. Estou informado de que pelas prospecções que estão sendo realizadas, se ampliam constantemente as quantidades, as reservas que até então tinham sido previstas para este produto, não só quantitativamente, mas também qualitativamente, o que nos permite

encarar com fundado otimismo os resultados que poderemos colher no futuro.

Esta usina sem dúvida representa o esforço já de uma geração. Mas ela continuará e, como eu disse, crescerá constantemente no aproveitamento econômico de um subproduto que até então estava aqui solto, prejudicando inclusive o meio-ambiente.

Mas não é só isso. Há um segundo elemento que me traz a Tubarão. Esta é a constatação da recuperação da cidade da calamidade que a assolou no ano de 1974. Esta recuperação se fez graças a uma conjugação de esforços. Foi o esforço do Governo federal, em recursos financeiros, tecnologia, em assistência, em obras e, sobretudo, em crédito. Foi o esforço do governo do Estado que, por sua vez, soube aplicar harmoniosamente os recursos do Governo federal e parcelas de recursos próprios.

Mas foi, sobretudo, o esforço do povo, da população que, com ânimo forte, não se deixou vencer pela calamidade e que, desde então, não só se recuperou materialmente e moralmente, mas também soube crescer. Tubarão hoje é bem maior do que era ontem e amanhã será maior ainda.

Mas este esforço conjugado é sem dúvida o milagre que nós realizamos. Não os que demagogicamente, sobretudo nesta campanha eleitoral, nos apresentam a nós — quando eu falo de nós, eu falo da ARENA — como sendo apenas Governo, enquanto os nossos adversários se consideram como o povo, procurando dissociar o Governo do povo e apresentar

o povo como adversário do Governo. Eu não aceito esta tese. Pelo contrário, considero esta tese demagógica e impatriótica, porque o Governo é o povo; o Governo existe para o povo e, desde o início do meu Governo, eu tenho proclamado que o objetivo dele é o bem-estar do homem. Creio que esta promessa, este objetivo, até hoje não foi desmentido. Apesar das dificuldades que enfrentamos, dos problemas naturais que afloram o mundo inteiro, e que também aqui se manifestam, temos realizado, temos progredido, temos desenvolvido o País, e sempre voltados para o homem. Continuaremos assim e, sem dúvida, se nós soubermos desenvolver esta união, torná-la mais forte, saberemos vencer os nossos adversários e continuaremos a construir a grandeza do Brasil.



Devo agradecer não só aos que estão presentes aqui nesta sala, mas a todo o povo de Itajaí a recepção que me fizeram e aos Ministros e outras pessoas que me acompanharam nesta visita. É com prazer que eu compareço hoje a esta sessão solene de encerramento do Congresso de Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina. Tenho já manifestado em várias oportunidades a importância que meu Governo atribui aos municípios. Recordo-me que participei de um Congresso de Municípios no Estado de São Paulo, que se realizou na cidade de Guarujá, e participei em Porto Alegre de um Congresso de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul, particularmente os vereadores da ARENA. E hoje venho participar do encerramento deste Congresso das Associações de Municípios do Estado de Santa Catarina. Com isto desejo demonstrar-lhes a importância que realmente se atribui aos municípios. São os municípios as bases comunitárias da Nação. São os municípios as áreas em que se formam as lideranças que dirigem e vão dirigir no futuro os destinos do país. É no município que as pessoas se conhecem e se formam os principais vínculos, são eles em suma as bases fundamentais da Nação brasileira.

Lutam, sem dúvida, com muitas dificuldades no desempenho de sua atribuição principal, que é o bem-estar dos municípios. É que sempre dentro da evolução natural da humanidade as necessidades são maiores do que os recursos disponíveis para atendê-las e o estabelecimento de prioridade para a aplicação destes recursos constitui para o administrador um desafio difícil de enfrentar. Isto ocorre na área do Estado, do município, e na federal. Sempre nos defrontamos com maior número de problemas, sem dúvida problemas cada vez mais complexos, muito além das possibilidades dos recursos que nós temos.

Mas governar consiste em ampliar judiciosamente esses recursos. E nos cabe sempre sermos realistas, termos os pés no chão, e fazermos aquilo que é possível. E, sobretudo, empregarmos estes recursos, adequadamente, com a necessária economia, de modo a evitar os desperdícios e obter deles o máximo de rendimento. Tenho-me preocupado em dar aos municípios os maiores recursos. E como há pouco mesmo se referiu o Sr. Prefeito, eu promovi através da ARENA a promulgação de uma emenda constitucional que visa a assegurar aos Estados e municípios, gradativamente, durante quatro anos, progressivamente, portanto, maior soma de participação nas rendas arrecadadas pelo Governo federal. Dirão, sem dúvida, que isto é pouco, mas é o que, no momento é possível. E, por outro lado, continuamos a procurar meios e maneiras de aumentar as rendas dos municípios. Temos, por outro lado, uma limitação natural que é a capacidade do contribuinte

brasileiro. Não é possível sobrecarregarmos ainda mais o povo com maiores tributos, tendo em vista arrecadar recursos para realizarmos obras e outros empreendimentos. Então, há uma limitação natural nos recursos de que podemos dispor. Só existe de fato uma maneira de sairmos deste círculo vicioso, e esta maneira é o trabalho, realizarmos cada vez mais, e produzirmos cada vez mais. Se nós conseguirmos multiplicar a nossa produção agrícola, se nós conseguirmos criar novas indústrias com bases sólidas e não fictícias, se nós conseguirmos exportar mais, sem dúvida, através desta geração de recursos, nós disporemos de maiores rendas e teremos maiores possibilidades de criar escolas, construir estradas e fazermos portos e termos aeroportos, de termos hospitais e assim por diante. Eu me empenho neste trabalho e tenho procurado, em todos os setores de atividade que estejam ao meu alcance, propagar estas idéias, sobretudo dar exemplo. Acho que todos somos trabalhadores, nos diferentes ramos de atividade que exercemos, e todos temos que nos unir e somar forças para que este trabalho renda e produza. E, sobretudo, para que não nos deixemos vencer, de um lado pela demagogia, de outro lado pelo derrotismo. Derrotismo que não tem condições de enfrentar as dificuldades que se apresentam. E que ao revés, ao em vez de lutar para vencê-las, se engaja e se dedica a propagar este derrotismo no seio do povo.

É uma obra sumamente impatriótica e sumamente irreal, porque o povo não se deixa iludir por este

derrotismo, ele tem reservas de energia e capacidade suficientes para vencer estes problemas.

Problemas que muitas vezes se nos apresentam como extraordinariamente difíceis, mas que se nós os compararmos com os problemas vividos no passado ou problemas vividos em outras regiões ou outros países, nós verificaremos que eles são realmente pequenos. E que nós somos suficientemente grandes para vencê-los e dominá-los através do tempo.

É fundamental, entretanto, que nos unamos. É necessário que o povo continue a ter confiança no Governo, acredite neste Governo que está voltado para os problemas nacionais. Governo que tem por objetivo, como muitas vezes já disse, assegurar o nosso desenvolvimento. Porque só pelo desenvolvimento nos podemos transformar na Nação que o Brasil aspira a ser e justamente algum dia há de ser. Mas temos de estar unidos, temos que estar unidos, povo e Governo, numa confiança recíproca, numa solidariedade que nos permita atingir realmente através do trabalho e do esforço comum este resultado.

E eu conto com o povo de Santa Catarina. Acredito que ele não me faltará. Muitos criticam o meu engajamento nestes problemas das eleições municipais. Justamente porque eu acho o município importante na vida nacional, como célula básica, é que eu me engajo e me interesso pelas eleições municipais. Elas não são menos importantes do que as eleições para Assembléias, para a Câmara, para os deputados, senadores, para a própria Presidência da República.

Elas são fundamentais e são básicas. É através delas que nós estruturamos o nosso Partido, a ARENA, que é o Partido da Revolução. E é através delas que nós damos ao povo a oportunidade de votar nos nossos candidatos que antes de mais nada devem ser bons, devem ser bem escolhidos, devem ser homens que mereçam o respeito do povo e que, pelo seu passado, sejam capazes de realizar as obras que realmente a comunidade espera.

Eu confio em vós e acho que podemos realizar este objetivo de dar ao povo bons prefeitos, bons vereadores, para que os municípios se desenvolvam e progridem, no interesse local, no interesse do Estado e, sobretudo, no interesse do Brasil. Obrigado.



Por diversas vezes, no decorrer da minha vida, eu tive a oportunidade de vir a Blumenau. Tive contatos com esta cidade e os seus problemas, numa época de minha vida militar, em que exerci interinamente, é bem verdade, o Comando da 5ª Região Militar, com sede em Curitiba. Mais tarde voltei aqui, em companhia do grande Presidente Castello Branco. Voltei ainda como simples particular, em viagem de férias para gozar alguns dias de repouso nesta cidade. Em todas essas oportunidades me capacitei do trabalho que aqui se desenvolve, das qualidades profissionais, morais e nacionais do povo que aqui vive.

Encontrei sempre patricios, amigos generosos, cordiais, voltados ao trabalho pacífico e ordeiro, numa ânsia de um contínuo progresso. Por isto tudo eu acho que o povo de Blumenau está intimamente vinculado ao meu Governo. Porque eu também quero o progresso. Quero o progresso, porque só através dele é que o Brasil vai se tornar grande; só através do trabalho perseverante, suado, do dia a dia, com o nosso próprio esforço, é que nós cresceremos; só com esse trabalho é que nós elevaremos o nível de vida de nossa população; e poderemos ter

o bem-estar que outros países, que outros povos já mais adiantados hoje têm.

Mas Blumenau é dentro do Brasil em grande parte uma área privilegiada, pelo seu povo, pela sua natureza. Mas, principalmente, pela vontade, pelo sentimento coletivo do progresso. Os atos que hoje aqui foram anunciados, na maior parte da área estadual, mas alguns também na área federal, indicam o reconhecimento do Governo das necessidades desta região. E o seu desejo de corresponder a essas necessidades, fazendo, dentro dos recursos de que dispõe, aquilo que é necessário. Vale dizer que esses atos representam a conjugação entre o Governo e o povo, ambos irmanados num mesmo objetivo.

Dentre os problemas que mais martirizam esta região, sem dúvida, está o da enchente. É uma enchente periódica que se verifica, através dos anos, e que causa malefícios extraordinários e sofridos, sem dúvida, por toda a sua população. Tivemos, ainda recentemente, uma nova enchente e novamente Blumenau sofreu. Na emergência, o Governo do Estado e o Governo Federal, assim como as autoridades municipais e o povo todo, se conjugaram para minorar esse sofrimento. Acho, porém, que é tempo de se acabar com isso. É tempo de realizar, em definitivo, os empreendimentos necessários para que esses males não mais se verifiquem. Já foram construídas duas barragens no sentido de diminuir o fluxo das torrentes que desabam sobre o nosso rio e conseqüentemente sobre a cidade. Desejo anunciar-lhes que a terceira barragem, a Barragem Norte, já foi

iniciada; as suas obras estão em andamento. Elas serão continuadas e serão, dentro em breve, levadas a termo. Estou certo, se não sobrevierem acontecimentos fora do nosso controle, que em 1978 esta barragem estará concluída, e se Deus quiser, Blumenau nunca mais terá uma enchente.

Para tudo isto, porém, é preciso que o povo sinta o que o Governo faz e ajuda; ajudem dando seu apoio ao Governo; compreendam o Governo; acreditem na sinceridade do Governo quando ele diz que o objetivo de sua ação é o bem-estar do homem; acreditem no Governo quando o Governo se esforça para impulsionar este País para a frente. Que saibam resistir às críticas demagógicas, às críticas dos irresponsáveis; saibam distinguir o que é sincero do que é demagogia, o que é otimismo do que é pessimismo, o que o Governo faz, por necessidade, usando os recursos que o povo lhe fornece através dos impostos, para empregá-los devida e honestamente. Ajudem, e nós levaremos este País para a frente. Muito obrigado.



Na minha vida, que já vai bastante longa, por diversas vezes tive a ventura de vir a Campinas. Estive aqui como militar, fazendo meus estudos de Estado-Maior, estive aqui, por várias vezes, como presidente da PETROBRÁS, na época em que se construía a Refinaria de Paulínia; estive aqui, como o Sr. Prefeito revelou há pouco, em 1974, como Presidente da República; retorno, hoje, e retorno com extraordinária satisfação pela importância sobretudo, que esta cidade, pelas suas atividades, pelo seu povo, pelas suas indústrias, pelo que produz, representa na vida nacional.

Vim aqui com extraordinário prazer. E sou profundamente grato pela recepção calorosa que me fizeram, como também sou muito grato pelas palavras do Sr. Prefeito, no sentido de identificar-se, o seu governo e esta cidade, com os propósitos, os caminhos, a conduta, a ação, que o Governo Federal, que o Governo da Revolução vem realizando neste País. Aqui também hoje, mais uma vez ficou demonstrado o acerto da afirmativa que fiz há dias em Santa Catarina; que povo e Governo caminham juntos, são uma coisa só. O Governo é um governo do povo e para o povo. Assim como a Revolução é uma revolução do povo. Não é de uma classe, não é de uma

casta, é uma Revolução que foi empreendida por todos os brasileiros, objetivando a ordem, a paz, a tranqüilidade, que é tão cara ao nosso temperamento e tão necessária ao nosso desenvolvimento para o nosso bem-estar.

Caminhem juntos comigo, dêem-me o apoio que o Governo precisa e nós realizaremos, sem dúvida, em cada dia que passa, um Brasil melhor.

1º DE OUTUBRO DE 1976.

DISCURSO EM CAMPINAS — SP, NO  
ENCERRAMENTO DO X CONGRESSO BRA-  
SILEIRO DE RADIODIFUSÃO, PROMOVI-  
DO PELA ASSOCIAÇÃO DE EMISSORAS  
DE RADIO E TELEVISÃO — ABERT.

## Meus Senhores

Atendendo ao amável convite que me fizeram, compareço com real satisfação à sessão de encerramento do X Congresso Brasileiro de Radiodifusão, promovido pela Associação de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT.

É a radiodifusão um campo de ação de relevante importância na vida nacional, pela influência marcante que, de forma permanente, exerce sobre o evol-  
ver de todos os fatos políticos, econômicos e sociais que constituem a própria tessitura da história da Pátria e, ademais, pela sua contribuição poderosa na modelagem, ao longo do tempo, da mentalidade do povo e da consciência da Nação.

E porque assim a considero, desejo registrar aqui, nesta oportunidade, a temática fundamental da responsabilidade que cabe a todos nós — Governo, Empresários e Técnicos em Comunicação da Massa — na formulação de uma política adequada e na condução das atividades que se desdobram em setor de tal magnitude.

A Constituição da República, atento o legislador para a indiscutível significação política e estratégica das telecomunicações, definiu como competên-

cia privativa da União, a de explorar os serviços correspondentes, diretamente ou mediante autorização ou concessão: E, de acordo com esta prerrogativa, a política pela qual se fez opção consciente e meditada, foi, em princípio, a de se conceder à empresa privada a exploração dos serviços de radiodifusão. Ao Estado reservaram-se funções normativas e executivas de concessão ou autorização, de coordenação, estímulo e fiscalização, sem prejuízo de eventual e limitada exploração dos referidos serviços, com vistas sempre ao interesse nacional e, principalmente, à integração social pela educação, cultura e civismo, ou mesmo para suprir deficiências da iniciativa particular em regiões que se venham a comprovar de todo carentes.

Assim, a responsabilidade essencial do Estado está, realmente, no controle efetivo das atividades privadas que se exerçam na área da radiodifusão. Desse controle não poderá jamais Governo algum abrir mão, sem que falte ao cumprimento do dever jurado ou ponha em risco a própria segurança da Nação.

Não é menor, por outro lado, a responsabilidade que cabe a todos os que, como dirigentes, militam neste vasto setor — empresários ou técnicos — porquanto devem ter bem presente que a concessão de uma estação ou rede, só a recebem, de fato, para o exercício de alta e dignificante função social e que, portanto, não se poderá jamais pretender avaliá-la mesquinhamente, sob os parâmetros da lucratividade pura e simples.

A convicção incontestável de que empregam instrumento de forte impacto na mentalidade do público e, pois, reconhecidamente suscetível de periculosidade, ainda mais quando usado com requintes de sedução, mediante sugestivas mensagens ao subconsciente da audiência, deve levar todos esses dirigentes a atuarem com alto sentido analítico e construtivo na seleção dos programas por irradiar e, também, a prestarem colaboração espontânea às diretrizes gerais estabelecidas pelos órgãos governamentais competentes.

Somente com tal espírito de compreensão e de leal cooperação será possível a ação harmônica do Governo e dos homens da radiodifusão, um e outros à altura de suas responsabilidades específicas, servindo todos ao povo, igualmente bem, e à Nação. cujo futuro estarão ajudando a construir através da divulgação de uma cultura que se requer autêntica e sadia, de um civismo que se impõe abnegado e robusto, da informação que deve ser, necessariamente, verdadeira e honesta, para que seja ampla como convém.

Creio que, neste particular, os temas debatidos no presente Congresso constituirão, certamente, valiosa contribuição e sinto que devo — e posso — confiar no patriotismo e lealdade dos Senhores, legítimos representantes da progressista radiodifusão brasileira.



8 DE OUTUBRO DE 1976.

IMPROVISO EM BENTO GONÇALVES  
— RS.

Desejo agradecer o acolhimento que me fazem nesta manhã de hoje, assim como as palavras de Vosso Prefeito que, se de um lado me engrandecem, de outro lado me fazem pesar a imensa responsabilidade que recai sobre mim. Sobretudo, aqui nesta terra onde nasci, onde me criei, formei a minha mentalidade e criei as primeiras raízes sentimentais não só na família, mas na própria sociedade.

Devo dizer-vos que é com imenso prazer que venho aqui hoje; prazer de rever a minha terra, de rever amigos. Mas sobretudo prazer de ver um povo que progride, que progride pelo seu trabalho, pela sua fé, pela sua capacidade de realização. E que sabe transmitir, de geração em geração, as tradições mais caras que herdamos dos nossos antepassados, e que os nossos filhos sem dúvida continuarão. Bento Gonçalves, mercê desse esforço, se classifica em posição primacial entre os municípios do Brasil. Estou certo de que assim continuará, com o trabalho que aqui se desenvolve e com o apoio sem dúvida justo, razoável, que o Governo pode prestar. Das reivindicações e dos pedidos que me fazem, sem dúvida, encontro dificuldades e limitações de atendê-los a todos, porque o Brasil não se resume em Bento Gonçalves, ele é imenso, e há outras áreas, mais pobres e mais desprovidas pela natureza. Há, entretanto,

um setor que é fundamental e ao qual eu me esforcarei com o meu Ministro da Educação para atendê-lo. É naquilo que se refere à educação, não só a educação propriamente mental, mas também a física e a espiritual. Faremos todos os esforços para dotar Bento Gonçalves dos meios necessários para que essa infância e essa juventude que aqui se encontram em muitos milhares, possa se formar adequadamente, para o seu trabalho no futuro.

Mas eu desejo, sobretudo, em face das dificuldades próprias da nossa época, e que a nossa geração há anos vem enfrentando e que persistentemente se manifestam, trazer-vos uma mensagem de esperança e de confiança. Todos os problemas que estão aí, são suscetíveis de solução. Uns, em curto prazo; outros, exigirão mais tempo, e outros enfim, são mais difíceis e exigirão trabalho mais continuado por longos anos. Mas, por mais difíceis que esses problemas se apresentem, eles desafiam a nossa capacidade, que sem dúvida tem condições para resolvê-los. Há os que fazem derrotismo, há os que pegam essas dificuldades e demagogicamente nos apresentam como incapazes. E eu confio em que o povo, na sua sagacidade e na sua sabedoria, e que sente o progresso que se tem realizado neste país, não se deixe dominar por estes sentimentos derrotistas. E que confie em nós, confie no seu Governo, em toda a sua esfera de ação, a começar pelo município, nos seus dirigentes e nos seus líderes, e que lute e trabalhe, porque nós faremos, sem dúvida, um Brasil maior, um Brasil melhor, e um Brasil digno dos nossos filhos e digno de nossos antepassados.

Eu tinha uma dívida com Veranópolis, por não ter podido aqui comparecer na época em que eu estava compromissado na Festa da Maçã. Circunstância meteorológica, independente da minha vontade me impediram de comparecer aquele dia. Acredito, como disse o Sr. Prefeito, que nesta ocasião, eu vos causei uma decepção. Hoje, entretanto, embora não inteiramente, eu procuro saldar esta dívida. Vim com o objetivo de ter um contato com o povo de Veranópolis, rever esta região, que eu percorri na minha meninice e constatar o progresso e o desenvolvimento, que aqui se realizaram, sobretudo em virtude do homem, do alto espírito comunitário que preside o sentimento e a educação do povo que aqui vive. A Festa da Maçã, na realidade, por mais significativa que seja, seria apenas um pretexto para que eu aqui viesse. O que há de fundamental e de importante é a produção da maçã, em si, é o esforço que se realiza para dotar esta região de uma nova riqueza. Riqueza, que satisfaça, não apenas ao povo que aqui vive e lhe dê recursos, sobretudo financeiro, mas riqueza que se traslada, que se transfere, para outras áreas do país, proporcionando-lhes um alimento de primeira natureza que se gera, fruto do trabalho, da perseve-

rança, da dedicação do povo que aqui vive. É a esse esforço que venho render a minha homenagem. Queira Deus que todo povo brasileiro tenha este espírito, que ele se desenvolva pelo trabalho, que tenha convicção de que é preciso trabalhar, progredir e evoluir, sair da rotina, criar um país novo para nossos filhos e, sobretudo, ter otimismo, ter fé, ter confiança, confiança em si mesmo, confiança no seu Governo, confiança nas suas possibilidades e confiança no nosso grande futuro. Obrigado.

14 DE OUTUBRO DE 1976.

SAUDANDO, NO PALACIO DA ALVORADA, OS DIRIGENTES DA ARENA.

É a terceira vez que tenho a satisfação de receber os principais dirigentes do nosso Partido, sua Comissão Executiva, suas lideranças mais expressivas e os presidentes de Diretório estadual.

O primeiro encontro teve lugar em agosto de 1974, meses antes das eleições que se realizaram naquele ano. Na oportunidade, procurei traçar uma orientação política geral para o Partido e procurei também definir o quadro político nacional. Falei, na ocasião, na dupla qualidade de presidente de Honra da ARENA e de Chefe do Governo.

Em outubro do ano passado, no Palácio do Planalto, voltei a falar com os senhores e lhes disse de como via e considerava o problema partidário, mostrei que deveríamos continuar com o bipartidarismo, manifestei-me contrário à instituição do Partido único, por ser mascaramento da ditadura, manifestei-me contra o pluripartidarismo, à vista da experiência frustrante que tivemos no passado. Mostrei, dentro desse quadro, a importância da ARENA, Partido da Revolução e de apoio ao Governo. Lembrei que a ARENA tinha por finalidade apoiar a Revolução e dar-lhe prosseguimento, porque se muito já havia sido realizado até aquela altura, muito ainda havia por fazer, cabendo perseverar nesse propósito e dar

continuidade à ação governamental. Mas para isso, era imperioso trabalhar, dar mais consistência ao Partido, torná-lo mais dinâmico e fazê-lo crescer. Urgia motivar os correligionários e procurar novos adeptos entre as mulheres, os trabalhadores e os jovens, considerando-se que a ARENA é um Partido que se renova constantemente. Tive a oportunidade de dizer que considerava igualmente importantes o Diretório Nacional, a Comissão Executiva, os Diretórios estaduais e os Diretórios municipais.

Como sabemos, as próximas eleições são municipais. Por isso, muitos acham que elas não têm importância, porque se realizarão em âmbito restrito, e por dizerem respeito apenas a interesses locais.

Eu não penso assim, e é por isso que tenho me empenhado no sentido de vitalizar o processo eleitoral, dar-lhe projeção, que transcende o próprio Município. Considero o Município extraordinariamente importante. Quase todos nós, diria mesmo que todos, somos municipalistas.

É de todos sabido que o Município é a célula base da nossa organização política. É no Município que se começa a formar as lideranças. O Município tem importância transcendental na vida de todos nós. Assim, é do maior interesse que o Município seja bem administrado, tenha um bom Prefeito e uma boa Câmara de Vereadores, que atuem, com o máximo de espírito público, em benefício da coletividade.

É um erro pensar que tudo seja atribuição e responsabilidade do Governo federal, que pode e deve fazer tudo,

Aos Estados e aos Municípios cabe grande parte da responsabilidade pela condução da coisa pública.

Nestas condições, é erro admitir-se, como pretendem muitos, que tudo que acontece ou deixa de acontecer é da exclusiva responsabilidade do Governo federal.

Isso não exclui, evidentemente, a necessidade de a União ajudar o Município a prosperar e a se fortalecer.

O Governo federal, juntamente com a ARENA, vem trabalhando nesse sentido, valendo lembrar que todas as realizações federais acabam por beneficiar, direta ou indiretamente, os Estados e seus Municípios. Temos também trabalhado para aumentar os recursos financeiros dos Municípios e dos Estados.

Assim é que tenho na mais alta conta o desenrolar da campanha eleitoral e o resultado das eleições, que dependerá, a esta altura e acima de tudo, do esforço final dos senhores, dos diretórios Municipais e das demais lideranças locais.

Urge repisar ao eleitorado tudo o que já se fez, o que se está realizando e o que se projeta realizar nos próximos anos em benefício de todos.

Mostrar, ao mesmo tempo, que nós realizamos, que temos condições de realizar cada vez mais e que não ficamos em promessas vãs ou críticas, nem sempre responsáveis.

Para tanto, nossa ação deve ser ofensiva e até mesmo agressiva, é o que temos condições de fazer.

Permito-me agora aludir a certos aspectos ligados ao bipartidarismo, que propiciou o surgimento do nosso grande Partido. A ARENA é um Partido relativamente novo e, como é natural, tem divergências internas, diferentes lideranças, pontos-de-vista nem sempre concordantes nas esferas federal, estadual e municipal.

A despeito disso, as diferentes lideranças podem coexistir perfeitamente, através da sublegenda, disputando e conquistando posições.

Vale lembrar que a sublegenda deve ser bem compreendida e aplicada, para não gerar radicalizações e divergências insanáveis que possam prejudicar o nosso Partido. É preciso que não se cavem fossos, profundos e largos, que impeçam a indispensável união de nossos correligionários. É preciso que a luta não seja de natureza a criar inimigos, que amanhã não se possam apertar as mãos, que se vejam impedidos de cooperar em outros embates e lutas que o Partido venha a travar.

Considero isso fundamental, uma necessidade básica, se quisermos o Partido realmente forte, pronto para novas lutas. Sem isso, iremos para o divisionismo, que nos prejudicou tanto em outras oportunidades.

Assim, é necessário ter sempre presente que o nosso adversário verdadeiro é o Partido da Oposição, o MDB, sendo contra ele portanto, que devemos lutar.

Por último, quero lembrar aos senhores que a hora não é de otimismo exagerado, nem de pessimismo. É hora, isto sim, de lutar ainda pelo voto do eleitorado, principalmente dos indecisos e daqueles que não se definiram totalmente.

Confiante no trabalho dos senhores e na vitória de nosso Partido, agradeço as palavras do presidente da ARENA, Francelino Pereira, e a presença de todos.



Tempos atrás, já tive a oportunidade de visitar Campos, com objetivo que era bem diferente do de hoje. Hoje eu vim essencialmente assistir o encerramento das manobras do I Exército. Vim na minha qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas para ver como é que o Exército, a Marinha e Aeronáutica trabalham em conjunto

É claro que dentro desse objetivo principal, cumprida essa missão, eu tenho agora um grande prazer de ter esse contato com os quadros políticos da ARENA aqui no município de Campos. Principalmente com os candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador. A mensagem que eu lhes trago é de que não sejam exageradamente otimistas. Nós temos pela frente um mês para as eleições. Este deve ser um mês de lutas. Deve ser um mês de trabalho. Deve ser um mês em que a grande parte do eleitorado que ainda não se definiu, que é um eleitorado flutuante, tem que ser trabalhada pela ARENA no sentido de obter os seus votos.

Para isso, a ARENA tem vários elementos capazes de convencer esse eleitorado — de um lado, o seu programa, que está vasado dentro do princípio da Revolução. Essa revolução já realizou muito, mas

ainda há muito por fazer. E é por isso que a ARENA tem que ficar no poder.

Mas ela vai ficar no poder através do voto do povo, e cabe, então, além do Programa, que as lideranças trabalhem, mostrem que são líderes, que são capazes de honesta e sinceramente mostrar a esse povo porque ele deve votar na ARENA. Como elementos de persuasão, nós temos as realizações do Governo Federal, as realizações do Governo do Estado, sobretudo do Governador FARIA LIMA, e as realizações da própria Prefeitura. Devemos somar tudo isso e vamos mostrar ao povo que nós somos honestos, somos sinceros, que nós trabalhamos, como eu venho dizendo desde o primeiro dia, para o bem-estar do povo brasileiro.

Agora, lutem e trabalhem, porque a vitória é o prêmio desse trabalho.

Vim hoje a Niterói com o objetivo de inaugurar o seu primeiro Centro Social e assistir aos trabalhos iniciais de abertura do novo túnel, que visa sobretudo facilitar a circulação no âmbito da cidade. Mas vim, também, e principalmente, para ter um contato mais íntimo com o povo que aqui vive.

Niterói, ao longo desses últimos anos, sem dúvida tem progredido. Tem havido um esforço que vem sobretudo, desde a revolução de 1964, no sentido de dotar esta cidade de suas necessidades mais vitais. Esse esforço, entretanto, cobrou ânimo, cresceu depois que se realizou a fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Aparentemente a cidade perdeu em sua estatura, deixando de ser uma capital. Isso, entretanto é apenas uma ficção. Na realidade, Niterói cresceu e se desenvolveu porque deixou de ter apenas os ônibus que decorriam da vizinhança da grande cidade que era o Rio de Janeiro, e hoje passou a colher as vantagens dessa proximidade.

Na verdade, Niterói cresce e se desenvolve e os seus problemas têm solução. São problemas viários, são problemas de energia, são os problemas de abastecimento d'água, são os problemas de escola, de saúde e, sobretudo, os problemas de um Governo.

Não há aqui mais lugar para maus governos. Há governos que precisam trabalhar para o bem-estar do povo, e é o que nós procuramos fazer com a melhor das intenções e o maior de nossos esforços. E aqui se conjugam município, Estado e Governo Federal para que o homem que aqui vive, a criança que aqui se desenvolve, gozem e usufruam cada vez mais de um bem-estar, de uma vida menos dura, menos difícil, mais benfazeja e sejam mais felizes, e sejam mais felizes.

Mas para isso é preciso que trabalheemos juntos. É preciso que nos apoiem, que nos ajudem, que nos compreendam, porque só assim nós realmente realizaremos o que para muitos ainda hoje é um sonho.

IMPROVISO POR OCASIAO DO ALMOÇO COMEMORATIVO DO 108º ANIVERSARIO DO CLUBE GINASTICO PORTUGUES, NO RIO DE JANEIRO - RJ.

Meus senhores, agradeço-lhes sinceramente comovido a maneira gentil e generosa com que me acolhem nesta Casa. Agradeço do mesmo modo as palavras do ilustre presidente AMADEU PINTO DA ROCHA, que enaltecem de um lado a minha atuação como Presidente da República e Chefe da Nação, mas de outro, ressaltam as tendências, o espírito e o trabalho com que os portugueses ou seus descendentes vivem e lutam aqui no Brasil.

Agradeço-lhes sinceramente, certo de que a homenagem é menos à minha pessoa do que ao cargo que ocupo e àquilo que eu hoje represento neste País. Vim aqui a convite numa oportunidade em que me entregaram o título de presidente de honra deste grande clube. Foi uma homenagem que me prestaram e que eu recebi com desvanecimento. Senti-me mesmo na obrigação de vir aqui agradecer-lhes este gesto que decorre, sem dúvida, do entrelaçamento que existe entre brasileiro e portugueses que vivem nesta terra.

Não haveria ocasião mais propícia para a minha vinda do que esta, em que se está às vésperas da comemoração do centésimo oitavo aniversário do Clube Ginástico Português. Este Clube, da mesma maneira que os seus congêneres que estão espalha-

dos pela extensão de todo o Brasil, mais do que um clube recreativo, ou do que um clube da comunidade portuguesa, é uma sociedade que serve de elo entre a sociedade portuguesa e a sociedade brasileira. E dessa forma, serve para estabelecer entre nós uma perfeita integração. Não é um quisto que se instala. É o contrário. Uma sociedade que se abre, rasga horizontes e que constrói com sua atividade e pelo seu entrelaçamento com os brasileiros, uma sociedade progressista, moderna, luminosa e que tem diante de si um futuro luminoso, sem dúvida.

É comum, seria óbvio mencionar mas creio que devo fazê-lo, à importância que o Brasil dá à sua maneira multiforme de formação racial da contribuição portuguesa. Nós nos formamos com gente de várias origens. Da Europa, da Ásia e da África, mas entre todas elas sobressai, sem dúvida, a portuguesa. Ela formou a nossa nacionalidade. Ela dilatou os limites do nosso território e nos deu a grandeza que temos hoje. Ela nos assegurou a integridade nacional, integridade deste território e da nação, impedindo que ela se dividisse nos embates da independência.

E ela nos deu também a base cultural, que é ocidental, sem dúvida, mas é também na sua maior parte portuguesa. Cimentou-se assim uma sólida amizade, e os portugueses que vivem no Brasil hoje talvez sejam mais brasileiros do que portugueses. Naturalizados ou não, todos têm o direito da cidadania brasileira.

Vivem aqui em liberdade, em paz, progredindo, sem dificuldades e sobretudo numa harmonia extraordinária conosco. Em nome dessa amizade, fazendo votos para que ela seja perene e cada dia cresça mais, eu ergo a minha taça e os convido a beber comigo.



Na manhã de hoje tive a oportunidade de visitar a velha cidade de Niterói e verificar junto ao seu povo o trabalho que ali se realiza. Agora à tarde vim a esse município de Nova Iguaçu e aqui assisti à inauguração de uma avenida e do serviço de abastecimento de água no Distrito de Queimados.

Na verdade, a nossa Revolução de 64 começou a dar um passo decisivo nesta região da Baixada Fluminense, a partir da fusão dos Estados antigos do Rio de Janeiro e da Guanabara. Esta fusão não se realizou apenas num quadro teórico, imaginário, traçado num mapa. Ela se realizou com os pés no chão, enfrentando uma realidade, dentro de um velho princípio de que a união faz a força. Vamos nos unir, Guanabara e Rio de Janeiro, e construir um grande Estado. E vamos sobretudo dar vida real na solução dos problemas da área metropolitana, sobretudo daquela parte que vive na miséria e na pobreza, que é a Baixada.

Vamos resolver os problemas dos municípios da Baixada. São problemas de transporte, são problemas de saúde, são problemas de água, problemas de escola, de indústria, de trabalho e assim por diante.

Tive hoje também a oportunidade de visitar a Rede Ferroviária e verificar o que se realizou nesse último ano, no sentido de melhorar o serviço de transportes urbanos nos trens de subúrbios. Verifiquei que em matéria de segurança e continuidade de tráfego e material rodante, já se realizou um grande progresso. Mas nestas áreas, como em todas as demais, embora muito se tenha feito, muito ainda há por se fazer. E para fazer isso nós temos que conjugar município, Estado e União na soma de recursos. Mas sobretudo e mais do que tudo, nós precisamos do povo. É preciso que o povo nos compreenda, que o povo nos ajude e que o povo nos apóie. Desta forma, sem dúvida, nós não vamos resolver apenas os problemas da Baixada. Nós vamos resolver os problemas do Estado e, possivelmente, os problemas das áreas do Brasil mais infelizes do que esta, como é o nosso Nordeste.

Nós vamos sobretudo fazer um Brasil grande, para que os nossos filhos vivam melhor do que nós vivemos.

Muito obrigado.

A minha vinda hoje a Juiz de Fora, acompanhado de cinco Ministros do meu Governo, traduz, de certa forma, a importância que têm para o Brasil os atos que aqui se firmaram há pouco. Traduz, também, o apreço, meu e do meu Governo, a esta cidade, ao povo que aqui vive, pela sua importância, não apenas tradicional, na vida do Brasil, mas pela importância que ele hoje conserva, e que dia-a-dia cresce, e continuará a crescer ao longo do tempo. É a segunda cidade do Estado de Minas Gerais. Foi um extraordinário centro industrial do Brasil de ontem. Ainda hoje é um grande centro industrial, mas amanhã, sem dúvida, será um centro industrial muito maior, graças à conjugação dos nossos esforços, esforços do Governo Federal, do Governo do Estado e do povo que aqui vive e trabalha.

É uma nova siderúrgica que se vai instalar no País e em Minas Gerais e, desta vez, em Juiz de Fora. É uma indústria metalúrgica que vai beneficiar o minério de zinco e vai produzir zinco metálico, produto de que o Brasil ainda é carente e que nos custa pesadas divisas de importação.

São dois grandes empreendimentos industriais que, graças a esta conjugação de esforços, foi possível realizar. E mais: são empreendimentos da

iniciativa privada, são a resposta àqueles que nos acusam de estatização, àqueles que nos acusam de querermos formar um Estado socialista, quando na realidade nós somos de um neocapitalismo, porque sabemos que só se progride através do engenho que a iniciativa privada proporciona. E, mais do que isto, representam também a conjugação harmônica do Governo com essa iniciativa privada. É o Governo que vem ao encontro da iniciativa privada e lhe proporciona os recursos financeiros para que os empreendimentos sonhados, como disse o nosso Governador, se transformem numa realidade. Ademais, estas obras, estas indústrias, correspondem ao nosso desejo de promover uma descentralização industrial no País.

O Brasil é um País imenso, um vasto território em grande parte ainda por conquistar; uma população que cresce diá-a-dia a taxas exageradamente elevadas, e já ultrapassa a cifra dos 100 milhões de habitantes. Então, é necessário que os benefícios que a indústria proporciona não se concentrem em apenas uma área, por melhor que ela seja e por mais capacidade que ela tenha. Esses benefícios têm que se estender de Sul a Norte, de Leste a Oeste. Têm que se realizar no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Pernambuco, na Amazônia, em Goiás e, sobretudo, em Minas Gerais, um Estado tão rico em matérias-primas.

Os mineiros não nos acusarão mais de apenas fazermos buracos em Minas, extraindo minério para beneficiá-lo em outra parte. Além das indústrias já

existentes, da ampliação que se está fazendo na USIMINAS, teremos a Açominas e teremos a Siderúrgica Mendes Júnior.

Está aí a nossa resposta. Ela é feita principalmente, torno a dizer, no quadro do interesse nacional. Mas visa, também, a atender a esses outros objetivos. E Minas foi escolhida, e Juiz de Fora foi escolhida, pelas suas condições próprias, pelos seus recursos, pela sua situação geográfica e pela qualidade e a capacidade de seu povo.

Há outros setores que, entretanto, também aqui nos preocupam. Um, que há pouco vimos concretamente apresentado, é o de telecomunicações. Juiz de Fora não pode mais ficar isolada do resto do Brasil e do mundo. E dentro desse quadro, como no resto do País, a Revolução de 1964 realizou talvez a sua maior obra, que foi a de nos aproximar pelas telecomunicações.

Cogitamos, também, de nos unir, de facilitar o intercâmbio de nossos produtos e de nossas pessoas pelo desenvolvimento rodoviário. E apesar das dificuldades encontradas, não só pela natureza do terreno, mas também, sobretudo, pelas desapropriações necessárias, estamos construindo, e pretendemos concluir no mais curto prazo possível, a nova ligação rodoviária que vai aproximar Juiz de Fora do centro do Rio de Janeiro.

Preocupamo-nos, também, com o nosso desenvolvimento cultural e profissional. Especial atenção tem dedicado o Ministério da Educação e Cultura

à Universidade de Juiz de Fora. A soma de recursos canalizados para essa Universidade visando a aparelhá-la melhor materialmente, visando a remunerar melhor o seu corpo docente, visando a desenvolvê-la, no sentido de proporcionar à juventude melhores possibilidades para o futuro, um quadro mais amplo, dar-lhe uma educação e uma cultura ao nível do desenvolvimento industrial que aqui imaginamos, é uma das nossas preocupações já em grande parte também concretizada.

Tudo isso não é obra apenas do meu Governo. É obra da Revolução, desta Revolução que começou em 1964 e que teve aqui em Juiz de Fora o seu ponto de partida. Esta Revolução tem continuado através dos anos e praza a Deus, ela continuará, porque ela é feita, não com discriminação relativamente a alguns, mas feita em benefício e proveito deste grande País, que precisa se renovar, precisa lutar, trabalhar, unir povo ao Governo, para produzir muito, não só tendo em vista o que já se fez, mas o muito que ainda é preciso fazer, o muito que é preciso realizar para tirar grande massa do nosso povo da miséria e para fazer do País o Brasil grande com que sonhamos.

Para isto eu vos concito a trabalhar, a lutar, sobretudo a confiar no Governo, a dar-lhe apoio, ter fé e acreditar nas nossas possibilidades, porque, sem dúvida, desta conjugação de esforços, apesar de todos os dramas que vivemos, das lutas, das dificuldades, dos problemas do balanço de pagamentos, dos problemas terríveis da inflação, dos problemas,

das dificuldades climatéricas que de vez em quando se abatem sobre nós, impiedosamente, nós haveremos em conjunto de vencer.

Muito obrigado.



A minha vinda hoje a Caxias não obedece apenas a objetivo de natureza sentimental. Pois, se por um lado, me é sempre grato eu vir a esta terra que eu percorri por várias vezes na minha infância, venho principalmente para esta inauguração que se faz na Universidade de Caxias. E com a minha vinda, quero expressar, tornar público o meu interesse, a importância que eu dou a empreendimentos desta natureza.

É que, pela educação e pelo trabalho, é que o nosso povo se desenvolverá e, através desse desenvolvimento, o Brasil se tornará o país que todos nós sonhamos.

Temos que aperfeiçoar, de um lado, a nossa mão-de-obra, elevá-la cada vez mais, torná-la cada vez mais hábil e mais apta para as tarefas complexas que a tecnologia moderna nos impõe.

Mas temos que educar também a mocidade para as camadas mais elevadas da cultura. E aí, a Universidade tem o seu lugar e a sua tarefa.

Esta Universidade que está aí é fruto da conjugação de esforços, de uma conjugação sadia e proveitosa. É a comunidade que trabalha e luta pela sua Universidade. E o Município, o Estado e o

Governo federal que cooperam para que a sua Universidade cresça e seja cada dia mais eficiente.

Neste particular, quero dizer-vos que não faltará o apoio do Governo federal. Estará sempre presente e sempre pronto, dentro das suas possibilidades que se estendem sobre todo o território nacional onde há exigências por atender em todos os seus recantos, mas que aqui também se fixam em trabalhar e ajudar para que a Universidade cresça.

Quero, porém, dizer-vos que dessa conjugação de esforços a parte mais valiosa, aquela que mais contribui e mais pode contribuir é, sem dúvida, a comunidade.

Esforçai-vos para que esta comunidade continue coesa e forte porque é nela que reside o grande progresso desta terra. Obrigado.

Quarenta e tantos anos da época em que aqui vivi! Certamente, poucos os que estão aqui presentes viveram ou nasceram antes daquela época. Hoje, retorno. Retorno com profunda emoção, recordando os momentos felizes da minha mocidade que passei aqui. Me afastei em decorrência da Revolução de 1930, levado pelos ideais próprios da juventude e do meu sentimento de brasilidade. Estes mesmos ideais, apesar de encanecido pelos anos, eu os conservo. E foram eles que me levaram a participar da Revolução de 64 e me levaram ao alto cargo que hoje desempenho.

Embora em circunstâncias diferentes, são os mesmos ideais que resistiram a quarenta e tantos anos de luta, e que se resumem naquilo que disse, há pouco, o ilustre Governador Guazzelli: trabalhar para um Brasil maior, para um Brasil melhor, para um Brasil em que os brasileiros vivam satisfeitos, gozem do bem estar, usufruam de fato de uma liberdade com responsabilidade; em que, embora humildes, ricos, prósperos ou o que seja, todos possam ser brasileiros, viver juntos como irmãos. Este ideal é que nos anima, é que nos leva a lutar, contra os descrentes, contra os demagogos, contra os derrotistas, contra aqueles que egoisticamente não cooperam.

Desde então, Santo Ângelo se transformou, de frente pioneira que era, na civilização do Rio Grande na sua caminhada para o Oeste. Deu margem a um conjunto de municípios que daqui se desmembraram. Mas embora diminuisse a sua base física. Santo Ângelo cresceu, cresceu em população, cresceu em cultura e civilização, transformou-se na agricultura, na pecuária e na indústria. Santo Ângelo desenvolveu-se e passou a ser uma grande metrópole de toda esta região.

Isto é fruto do trabalho do seu povo, é fruto de sua mentalidade sadia, da sua capacidade de luta, da sua tenacidade contra a adversidade. Os campos de «barba-de-bode» foram substituídos por pastagens excelentes, foram substituídos por campos de produção de trigo e de soja. É em homenagem a esse trabalho, a esse esforço, como um tributo ao resultado alcançado, que eu hoje estou aqui, para participar da festa simbólica da sua primeira colheita de trigo deste ano.

Dentre as riquezas que a natureza foi pródiga em dar ao Rio Grande do Sul se destaca, sem dúvida, a sua rede de rios que se conjugam e vertem para Leste e para Oeste atravessando, praticamente, todo o seu território. Dentre estes rios se destaca o Taquari. Foi através do Taquari que os nossos antepassados desbravaram esta região e fundaram o conjunto destas cidades que desde São Jerônimo, Taquari até Muçum e, talvez até Santa Teresa e mais além, se formaram e cresceram. Teve o rio uma extraordinária importância não só pela irrigação deste solo fértil, não só pela sua contribuição de húmus na época das enchentes, mas também e durante muito tempo pela via navegável que proporcionava no escoamento dos produtos e na movimentação das pessoas que aqui vinham e que aqui habitavam.

Com o tempo, entretanto, foi o rio perdendo sua importância como via de transporte. É que por um lado, pela devastação das matas, o seu caudal, em épocas de seca, diminuía consideravelmente; por outro lado, se rasgaram as rodovias mais cômodas e permitindo um transporte, um tráfego muito mais rápido.

Mas chegou a hora de novamente restituir ao rio a sua importância. O transporte de nossos produtos até os portos de embarque é extraordinariamente caro. Tanto a rodovia como a ferrovia que fazem esse transporte são meios que cobram fretes elevados. Por isso, muitas vezes os nossos produtos chegam aos mercados de consumo por um preço que não permite a competição. E, aí, a necessidade de favorecer, com recursos do Governo, com subsídios, essa produção. Nós temos, entretanto, procurar ser competitivos, e se por um lado melhoramos as nossas sementes, adubamos as nossas terras, aumentamos a nossa produtividade, por outro lado, temos que procurar vias mais econômicas.

Aí volta o velho Taquari a reassumir e readquirir a sua importância. Ele será para nós muito mais do que foi para nossos antepassados. É bem verdade que cabe ao homem, com sua tecnologia, introduzir as necessárias retificações. E aí estão, para isso, a Barragem de Bom Retiro, obra que vinha se arrastando ao longo dos anos, quase dois decênios, e que hoje, felizmente, está concluída e também este terminal hidro-rod-ferroviário — localizado aqui na área de Estrela, mas servindo a todo o alto vale, a região Norte do planalto do Estado e a Região Noroeste também.

Foi concebido durante o Governo do eminente Presidente Médici, foi planejado na sua gestão e iniciados os primeiros passos para a sua execução e, dentro da continuidade de Governo que caracteriza o período da nossa Revolução, ele está em obras

e em breve estará concluído. Representará para a região um instrumento de extraordinário valor e, destaque, sobretudo a sua utilidade para Estrela, porque aqui será um centro de concentração de produtos, um centro de irradiação para toda a área.

E aqui, possivelmente em consequência se poderá constituir um adequado centro industrial. São obras que se realizam graças ao esforço conjunto entre o Governo do Estado e o Governo Federal, mas são obras que não terão nenhum valor se não encontrarem uma resposta da comunidade que aqui vive.

Repito aqui o que ontem tive oportunidade de dizer em Caxias do Sul. É a força da comunidade, a força do Estado e a força da União Federal, mas de todas elas a mais importante e que é realmente propulsora, é a força comunitária. E aí se revela a importância do município, a importância de escolher bons dirigentes.

Nós estamos às vésperas de uma eleição. É a oportunidade que o povo tem de escolher vereadores e prefeitos em todo o Alto Taquari, que sejam capazes, que saibam empregar os recursos provenientes dos impostos que o povo paga em benefício da comunidade, que sejam honestos, que sejam trabalhadores voltados para o bem comum. E se eu vos pudesse pedir alguma coisa em retribuição ao esforço que o Governo Federal e a Revolução têm feito, não só em benefício do Rio Grande mas de todo o Brasil, é que esta escolha seja boa. Votai com consciência, escolhei o que há de melhor, e, assim, certamente, todos vós me ajudareis. Muito obrigado.



É sempre com especial agrado que venho ao Paraná. Habituei-me, ao longo dos anos, a ver neste Estado um dos que mais progridem no País e que dá mais rápidas respostas às nossas solicitações para desenvolvermos nossa Pátria.

É que, além das potencialidades naturais de que o Estado é dotado, aqui vive um povo trabalhador, um povo que pensa no progresso, um povo que pensa no futuro. O Paraná, hoje em dia, está inteiramente colonizado. Todas as suas terras estão sendo aproveitadas e, em decorrência, a sua produção, diversificada, é uma das maiores que se apresentam no País. A sua agricultura adquiriu um grande desenvolvimento, sua pecuária cresce dia a dia e o Paraná agora marcha seguramente no sentido de se industrializar.

Iniciamos este trabalho por um dos marcos, pela Refinaria de Petróleo de Araucária, e complementamos, no outro extremo do Estado, com a grande Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Dentro desses dois marcos se inserem inúmeras iniciativas em diferentes cidades do Estado. Isso faz com que ele, cada dia, seja maior, cada dia tenha voz mais forte no cenário nacional. Conjugam-se, aí, as forças do Governo Federal, as forças do

Governo Estadual, mas também, em parcelas ponderáveis e importantes, as forças locais da comunidade, as forças dos municípios, que constituem a base de toda nossa organização nacional. Eis porque eu me interesso, extraordinariamente, por essa eleição que se realizará no dia 15 de novembro. É preciso que essas bases, esses municípios tenham uma estrutura sólida, tenham governos capazes, tenham um bom prefeito, bons vereadores, que saibam atender às necessidades da comunidade aplicando os poucos recursos de que geralmente dispõem e no melhor sentido e com a melhor produtividade.

Se nós consolidarmos essas bases municipais com administrações adequadas, nós, sem dúvida, erigiremos o monumento de maior expressão, que é a própria Nação Brasileira.

Não basta que apenas a cúpula seja boa, pois o essencial é que a base também seja boa. É preciso que os municípios tenham maior organização, uma capacidade que corresponda às reais necessidades dessa coletividade que vive nesta área. E estou certo de que Guarapuava não me faltará com o seu apoio, dentro desse objetivo.

Agradeço a todos os que vieram, nesta manhã radiosa, comparecendo a esta praça e, em certo sentido, me homenageando com sua presença. Sou-lhes muito grato, reconhecido mesmo. Sinto-me sinceramente comovido em estarmos, todos, aqui presentes. Faço votos que, nas próximas eleições, votem bem e não me faltem com o apoio que espero ter.

A minha vinda hoje ao Paraná e em particular a esta região do oeste e mais particularmente a esta cidade de Cascavel tornou-se, para mim, um motivo de alegria e satisfação, sobretudo pela oportunidade de um contato com o povo que aqui vive e pelo reconhecimento do trabalho que ele vem desenvolvendo.

Há tempos repeli uma crítica que se nos faziam. Diziam que nós éramos apenas Governo e que a Oposição era o povo. Eu não aceitei esta expressão porque creio que Povo e Governo caminham juntos. Que o Governo existe para servir ao Povo e tenho reafirmado isto constantemente em todos os meus discursos, em todos os meus pronunciamentos.

O nosso objetivo, quando falamos em desenvolvimento, quando falamos em trabalho, quando falamos em planejamento, em obras, nós sempre visamos, em última instância, o homem, ao bem-estar do homem brasileiro. E quando falo do homem englobo nesta expressão toda a sua população, desde os velhos, que cada dia aumentam em número, até as crianças, que se multiplicam e que constantemente exigem novas escolas.

Povo e Governo vivem irmanados e juntos caminham para o progresso desse imenso País. Mercê dos contingentes que para aqui migraram,

vindos dos diferentes quadrantes do País, mas sobretudo do Rio Grande do Sul, mercê também da riqueza deste solo, produziu-se, na realidade, um verdadeiro milagre.

O trabalho desenvolveu esta região e ela cresceu extraordinariamente, não só na grande cidade que está cada dia diversificando e se desenvolvendo, mas, sobretudo, nas áreas agrícolas e que com novas tecnologias realiza o grande milagre da multipilcação da produção. Todos caminhamos juntos, Governo Federal, Governo do Estado, Governo do Município, representando este, esta imensa comunidade.

Mas do esforço dos três níveis, o mais valioso sem dúvida e sem o qual nada se produzirá é o da comunidade. O que aqui se realiza, em última instância, é mérito para a população desta terra.

Eu espero que nós continuemos a caminhar juntos, que tenhamos a confiança recíproca desse povo, minha gente, sobretudo nessa eleição que se travará dentro de poucos dias. Que vote no que for melhor e traga, desta forma, o seu apoio decidido ao meu Governo. Muito obrigado.

Esta é a segunda vez, durante o meu Governo, que venho ao Piauí e a Teresina. O número — duas vezes — é pequeno, mas ele não significa absolutamente falta de interesse pelo que ocorre e pelo que se faz no Piauí; ao contrário, vive o meu Governo preocupado com os problemas deste Estado.

É um Estado ainda relativamente pobre, com problemas difíceis, entre os quais avulta o relativo a secas e, também, aqueles que decorrem de sua posição geográfica desfavorável dentro do território nacional. Entretanto, é um Estado cheio de possibilidades. Possibilidades que têm de ser postas a descoberto, que têm de ser exploradas para que o Piauí seja o grande Estado que ele realmente pode ser.

Todos os Governos da Revolução, desde o Governo Castelo Branco, têm se preocupado, na área federal, com o desenvolvimento do Piauí. Aí está a Barragem de Boa Esperança, que possibilitou a distribuição de energia elétrica em todo o Estado; aí estão rodovias, ferrovias, a Universidade e obras sociais como esta que hoje aqui se inaugura. É, entretanto, um desenvolvimento integrado, se de um lado preocupam os problemas sociais, como sejam os da educação, da habitação, da saúde pública, do

abastecimento d'água, de saneamento e os de telecomunicações, e assim por diante, de outro lado temos que reconhecer que é preciso fazer um esforço sobre-humano no campo econômico. Só pelo trabalho, pelo desenvolvimento econômico em todos os setores, é que o Piauí pode enriquecer e ter uma vida mais feliz. É a agricultura, é a pecuária e a extração mineral, são as indústrias. Nesse sentido o Governo Federal tem trabalhado muito, tem procurado fazer dentro de suas limitações aquilo que é possível fazer pelo Piauí.

Mas não basta o desenvolvimento social, nem basta o desenvolvimento econômico. O desenvolvimento há de ser necessariamente integrado, e dentro dele cabe também falar no desenvolvimento político. Nós temos que aperfeiçoar o nosso regime político, vale dizer, aperfeiçoar a nossa democracia, essa tão sonhada democracia, tão decantada no papel por muitos, esquecidos, entretanto, da nossa realidade. Empenho-me em que essa democracia se aperfeiçoe, e ela tem que começar pela maior participação do povo no quadro político.

Dentro em pouco nós vamos ter eleições. No dia 15 as comunidades, de um modo geral, vão escolher os seus prefeitos e os seus vereadores. Essas comunidades, nesse esforço conjunto que fazemos, povo, Estado e Governo Federal, têm um importante papel a desempenhar. O seu voto vale e eu espero que esse voto seja bem dado. Que esse voto reconheça o que a Revolução fez e tudo o que ela ainda tem de fazer; e, para tanto, o apoio que

ela precisa desse povo, para que, pelo seu voto, ele nos ajude, não em retribuição pelo que fizemos, mas por tudo aquilo que nós ainda poderemos fazer, sobretudo pelo Piauí.



5 DE NOVEMBRO DE 1976.

SAUDANDO O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU, O GENERAL-DE-EXÉRCITO DON FRANCISCO MORALES BERMÚDEZ CERRUTTI, A BORDO DO NAVIO-PATROLHA FLUVIAL «PEDRO TEIXEIRA».

Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Peru, General-de-Exército Don Francisco Morales Bermúdez Cerrutti.

No curso das relações entre o Brasil e o Peru, o encontro de seus Presidentes, que hoje se realiza, espero venha a representar um marco histórico.

Digo-o porque me dou bem conta das convergências que inspiram a política em que nos engajamos, de maior aproximação entre nossos dois países.

O Brasil e o Peru mantiveram sempre relações cordiais e, em foros multilaterais, freqüentemente sustentaram posições comuns na defesa de normas e princípios, cuja observância consideram indispensável ao bom ordenamento da vida entre as nações.

Forçoso é, porém, reconhecer que, ao substrato de respeito e amizade que tem presidido nossas relações, não houve oportunidade, como a que ora se apresenta, de acrescentar, no plano bilateral, estruturas mais efetivas para o entendimento político e a cooperação econômica, à altura de nossas potencialidades e tais como estão a exigir os interesses recíprocos derivados do grau de desenvolvimento alcançado por nossos países e da nova dinâmica de sua expressão internacional.

Tenho repetidamente declarado que meu Governo, obedecendo a um pragmatismo responsável e consciente dos deveres da Nação brasileira no terreno da solidariedade e cooperação internacionais, dá especial relevo ao relacionamento do Brasil com os países do Continente.

Em que pese à ação multiforme da diplomacia brasileira, no quadro de sua política ecumênica e visando a minorar o impacto da crise econômica internacional sobre o processo de desenvolvimento do Brasil, jamais perdemos de vista a alta prioridade que atribuímos ao progressivo estreitamento das relações com nossos vizinhos.

Ao contrário, como já tive ocasião de afirmar, o Governo brasileiro entende que os esforços de cooperação entre os países latino-americanos se fazem ainda mais necessários, na medida em que os afeta a deterioração das condições da economia mundial e que providências comerciais protecionistas ou discriminatórias venham sendo adotadas por nações industrializadas.

No que diz respeito ao Brasil e ao Peru, a coincidência de posições que freqüentemente assinala a ação externa de nossos Governos ressalta, de modo particular, no empenho com que defendemos a adoção de uma nova e mais justa ordem econômica internacional, em que o direito à prosperidade dos países em desenvolvimento não seja coartado pela ação ou omissão dos países industrializados.

Por outro lado, a despeito dos percalços que naturalmente decorrem do estágio de desenvolvi-

mento dos países latino-americanos, é inegável o crescente êxito dos esforços solidários que estes empreendem na abertura de caminhos para a consecução do mesmo e harmonioso objetivo, que é a prosperidade de todas as nações da região.

Creio, porém, indispensável que ao propósito de incrementar a eficácia dos foros regionais, deva corresponder igual impulso no sentido do fortalecimento e ampliação, entre as nações do Continente, dos processos prioritários de cooperação bilateral.

Não tenho dúvidas de que os vínculos criados por interesses econômicos, compartilhados em bases igualitárias e mutuamente vantajosas, constituem sólido penhor político para a manutenção de verdadeira e fecunda amizade entre as nações.

O Brasil e o Peru chegaram a importantes entendimentos na área econômica.

Os acordos que foram celebrados hoje de manhã dão início a um processo equitativo de complementação econômica e criam instrumentos adequados para o incremento constante e equilibrado do intercâmbio comercial brasileiro-peruano.

Senhor Presidente,

As circunstâncias que cercam nosso encontro induzem-me naturalmente a refletir sobre a função catalítica que está destinada à sub-região amazônica no curso ascendente do relacionamento entre nossos dois países e, de um modo mais amplo e completo,

na complexa dinâmica do processo de integração latino-americana.

Desde os tempos remotos da colonização, o rio Amazonas constituiu-se na única via de comunicações entre o Oceano Atlântico e o coração desta parte do Continente.

Por ele fluíram correntes de comércio com o além-mar e estabeleceu-se proveitoso intercâmbio entre cidades ribeirinhas.

No entanto, a despeito do papel unificador que a função orgânica do rio desempenhou, os países amazônicos não tomaram ainda consciência mais profunda das grandes perspectivas, aí abertas, a um processo de cooperação sub-regional.

Na verdade, os imensos espaços vazios e a aparente inhospitalidade da floresta atuaram como fatores de distanciamento físico entre vizinhos, de modo que o conceito territorial de unidade da bacia amazônica não chegou a cristalizar-se numa idéia política comum.

Por outro lado, não escapa, ao realismo de interesses estranhos, a riqueza inestimável das reservas naturais da Amazônia e, a pretexto de preservá-la como pulmão do mundo, levantam-se ainda que fluídas e teóricas, infundadas inquietudes internacionais.

Graças, porém, aos esforços individuais de cada país amazônico, os espaços vazios vão sendo paulatinamente ocupados e os respectivos territórios, plenamente integrados na estrutura sócio-econômica de cada Estado.

Nesse contexto, deseja o Brasil ampliar sua colaboração amistosa com as nações irmãs da sub-região amazônica e acredita que, ao fazê-lo, estará prestando mais uma contribuição ao processo de integração latino-americana e à prosperidade geral do Continente.

Senhor Presidente,

É com grande satisfação que o recebo em território brasileiro, a bordo do navio-patrolha fluvial «Pedro Teixeira».

Desejo congratular-me com Vossa Excelência pelo perfeito entendimento a que chegamos sobre relevantes aspectos das relações entre o Brasil e o Peru, com a certeza de que a estreita cooperação que ora estabelecemos reflete fielmente o espírito de amizade entre os nossos povos.

Peço a todos os presentes que comigo elevem suas taças, num brinde pela saúde e felicidade pessoais de Vossa Excelência e pela constante prosperidade do Peru e do nobre povo peruano.



Há quase um ano tive a ventura de estar aqui nesta praça e, nessa oportunidade, aprovar este Programa Integrado de Transporte Urbano da Cidade de Goiânia. Hoje retorno aqui para participar das cerimônias de inauguração desse serviço. Trata-se, sem dúvida, de um empreendimento de extraordinária importância e que decorre do fenômeno da nossa época, do crescimento urbano e do êxodo rural. As cidades crescem continuamente; continuamente recebem afluxo de gente de toda parte, que vem à cidade em busca de trabalho e também das comodidades que a cidade proporciona. É um fenômeno natural que se verifica em todo o mundo, mas que, sem dúvida, traz consigo enormes e difíceis problemas. Por isso, estamos todos voltados na análise desse fenômeno e na procura de soluções adequadas para os problemas que a cada dia se criam. Dentre esses problemas, afora o do emprego, o da educação, o da saúde, o do saneamento, do abastecimento d'água, sobressai, sem dúvida, o do transporte. As cidades se distendem em superfície e o povo precisa se movimentar e, para isto, precisa de transporte. E esse transporte há de ser, necessariamente, coletivo, não só por uma razão de economia, mas também pelo nível relativamente baixo de nosso povo, que ainda no dia de hoje

subsiste e também e em grande parte pela necessidade de assegurar uma adequada economia do consumo de combustível, que é uma de nossas debilidades e vulnerabilidades. Dentro desse quadro houve a preocupação de, na cidade de Goiânia, fazer uma experiência, usar a cidade como um piloto na solução desse problema de transporte urbano de caráter coletivo. Lançamo-nos a esse empreendimento e, decorrido um ano, ele está praticamente concluído. Não só se fez uma racionalização dos percursos, como também se assegurou a pavimentação das vias, se adquiriu material de transportes, se estabeleceu estação de embarque e desembarque, tudo tendo em vista a assegurar maior economicidade, maior rapidez e maior comodidade para a população. É claro que um empreendimento dessa natureza encontra críticas. Há as críticas honestas e às vezes reais que apontam imperfeições do sistema, imperfeições que existem como sempre e que podem ser corrigidas e podem trazer melhoria. Há, porém, críticas individuais, daqueles que só pensam em si e não olham para a coletividade. Estes não merecem ser considerados, porque o que nós procuramos não é o bem apenas de um ou outro, que pertença à classe privilegiada; nós procuramos é o bem da coetividade. E há, ainda, as críticas dos negativistas, daqueles que são contra, contra sem razão de ser; daqueles que não sabem construir e que só se preocupam em demolir e em denegrir, em caluniar, apenas movidos por um espírito de posição que não leva em conta os interesses reais e adequados de nosso país no estágio em que ele hoje se

encontra. A esses, nós respondemos com nosso trabalho honesto, respondemos com nossas realizações; respondemos com o interesse que dedicamos ao bem comum, o interesse que dedicamos ao nosso país, ao seu desenvolvimento em todos os rincões deste vasto território. E, aí, se exerce aquilo que eu já tive oportunidade de chamar de federalismo solidário. O Governo Federal é solidário com o Estado e com o Município e é pela conjugação dessas três ordens de poder, pelo somatório dos seus recursos, pelo somatório dos seus planejamentos, que nós conseguimos realizar alguma coisa neste país ainda de todo carente. Só aí é que nós fazemos o desenvolvimento integrado e, no caso especial de Goiânia, o resultado está à vista de todos no dia de hoje. Neste quadro, afora os Governos propriamente ditos, cabe, sem dúvida, maior papel ao povo. É este povo, que tem o seu voto, pela sua participação, não apenas aqui nesta praça, mas na educação familiar, na formação dos seus filhos, no seu trabalho, no seu espírito de ordem, é que apóia e permite a realização de empreendimentos como este. Este é o resultado na nossa Revolução. Muito já foi feito, como hoje aqui nós constatamos, mas muito, e muito ainda há que se fazer neste país. E esta Revolução precisa continuar, para produzir, para multiplicar esses resultados muitas vezes e fazer do Brasil o país que nós esperamos. E para isto, eu conto com este povo que está aqui, como conto com todos os goianos que habitam este grande Estado.

19. 2

20. 10

21. 1

22. 1

23. 2

24. 1

25. 10

26. 10

27. 1

28. 1

29. 10

30. 1

31. 1

32. 10

33. 1

34. 1

35. 10

36. 10

37. 1

38. 10

39. 1

40. 10

41. 10

42. 10

43. 1

44. 10

9 DE NOVEMBRO DE 1976.

IMPROVISO EM ANÁPOLIS - GO.

Venho hoje a Anápolis, em visita a esta cidade pela primeira vez na qualidade de Presidente da Nação. Vim para inaugurar o Distrito Industrial que se erige nas vizinhanças da cidade e se constitui um marco essencial, de relevante importância para o desenvolvimento não só da cidade, mas de toda a região e quicá do Estado de Goiás.

Vim depois, até aqui, para assistir à inauguração desse hospital municipal. Trata-se de dois eventos; um da área econômica e outro da área social. Ambos se enquadram dentro deste espírito, das normas e das diretrizes do meu governo, de realizar um desenvolvimento integrado; desenvolvimento econômico, social e político, tendo em vista o bem-estar do homem brasileiro; tendo em vista o bem-estar da Nação; tendo em vista a felicidade das nossas gerações futuras. Um trabalho em que se superpõem as atividades federais, estaduais e municipais; e aqui o vosso prefeito muito tem realizado, juntamente com o vosso governador. E essas realizações todas só são possíveis porque elas partem também do povo. É a comunidade toda que se congrega, se ajuda e se ermana para a realização desses empreendimentos que visa o bem comum. É preciso que assim continuemos.

Todos esses anos que temos trilhado que são os anos da Revolução, que são os anos da redenção da nossa Pátria, continuarão sobretudo com o vosso apoio, com o vosso trabalho com a confiança que depositardes nas autoridades municipais sobretudo. E mais ainda, com a consciência e a capacidade que tiverdes para escolherdes proximamente os vossos vereadores.

Com essa ajuda e essa cooperação, sem dúvida, além do muito que já construímos, poderemos enfrentar o muito que ainda está por fazer. E nesse sentido eu conto convosco. Muito obrigado.

Venho hoje a Maceió, já com um longo atraso. Há mais de um ano, eu vos devo esta visita. Circunstâncias, entretanto, acima da minha vontade, e decorrentes dos deveres próprios do meu cargo, me impediram de fazê-lo na oportunidade que estava prevista e fora anunciada. Hoje, porém, venho aqui, e venho pagar esta dívida, procurando ter um contato mais íntimo com o povo desta terra e conhecer melhor os seus problemas. A fim de poder também, na esfera de minhas atribuições, operar cada vez mais no sentido de satisfazê-las. Agradeço a acolhida que me fazem, calorosa, vibrante, e que traduz, sobretudo, o entendimento que entre nós, ao longo do tempo, se estabelece. Agradeço muito as palavras de nosso jovem e operoso Governador. São, sem dúvida, lisonjeiras, e que me tocam profundamente porque, embora com um certo exagero, traduzem algo que o Governo federal tem feito por esta terra. Ocupa hoje o Estado de Alagoas, apesar de sua reduzida superfície, papel importante, sobretudo pelo elevado grau de desenvolvimento, pelo ritmo com que o Estado progride. Não é apenas na sua produção básica de cana-de-açúcar e açúcar cristalizado, não é apenas na sua produção leiteira, na sua produção de fumo, na sua produção de arroz.

É uma produção que se racionaliza e se desenvolve e que, sobretudo, procura atingir, cada dia, mais elevados índices de produtividade. É, sem dúvida, uma base, porque é pelo desenvolvimento econômico que tem que começar, para criar riquezas capazes de assegurar uma melhor distribuição social. É também o desenvolvimento das suas indústrias, é o aproveitamento de Salgema na produção de soda e cloro. São novas indústrias, inúmeras que se abrem em perspectivas ao longo dos próximos anos. A par desse desenvolvimento econômico, e, torno a dizer, é excepcional no quadro do Nordeste, cuidou-se, e cuidou-se muito do desenvolvimento social. Desde as escolas primárias, até as universidades no campo da educação, do desenvolvimento ao combate das doenças, através da ação operosa do Ministério da Saúde, tendo em vista, sobretudo, erradicar daqui o grande mal que é a esquistossomose. É o trabalho feito pelo Ministério da Previdência Social, dando amparo à velhice, atendendo melhor seus associados no Instituto de Previdência. É na área do campo, procurando dar ao povo melhor remuneração na sua aposentadoria, e o melhor tratamento de sua saúde. É o atendimento dos problemas regionais, através do Ministério do Interior, como o problema de abastecimento de água, os problemas de saneamento, e na construção familiar. Há, também, ao lado disso, o desenvolvimento político. E esta terra tem características especiais nesse sentido, pois nós devemos sempre recordar que aqui nasceram aqueles que fundaram e consolidaram a nossa República. Refiro-me

a DEODORO e FLORIANO, as grandes figuras nacionais que daqui partiram. Teremos dentro de poucos dias eleições. São eleições livres, e que eu espero e apelo, não só aos que aqui estão, não só a Alagoas, mas a todo o Brasil, para que transcorram em ordem sem perturbações. Para que nós nos empenhamos na luta eleitoral com educação. Demos o exemplo, e mostremos ao mundo que já não somos tão subdesenvolvidos. E que sabemos sepultar as nossas paixões, para que elas não se derramem em vinditas pessoais. São eleições para as quais eu também concito a todos a que compareçam, cumpram o seu dever, que é votar. Cumpram também o seu direito que é de escolher aqueles que consideram melhores. Votem porque é um dever cívico, é através do voto que nós vamos aperfeiçoar gradativamente a nossa democracia. E a vós, que aqui estais em Alagoas, sem dúvida, eu peço, dentro dessa ordem e dentro desse voto, apoiem a ARENA, apoiem o Governo do Estado, e através desse apoio, caminhem com a Revolução, e como eu já disse muitas vezes, tanto fez, mas tem tanto e muito ainda por se fazer. Muito obrigado.



19 DE NOVEMBRO DE 1976.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DOS REPRESENTANTES DA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA.

Agradeço muito a visita que os senhores me fazem. Sobretudo as palavras do dirigente da Junta e os presentes, especialmente o conjunto de bandeiras, que representa a união que existe entre nossos países.

O Brasil recebe a visita com muita satisfação, porque é uma oportunidade que os senhores têm para ver como o Brasil é um país jovem, muito grande territorialmente, com uma população também grande, mais de 100 milhões de habitantes e, conseqüentemente, tem muitos problemas — problemas que no estágio atual estão muito acima de nossas possibilidades, sobretudo no quadro atual de crise econômica em que o mundo vive.

Diferentemente de outros países, mais antigos, temos que desenvolver esforços extraordinários para o desenvolvimento do país e para a conquista do nosso território, onde mais da metade do qual ainda está para ser ocupado, especialmente na Região Amazônica.

Às vezes, acusam o Brasil de ser imperialista. Mas essa é uma acusação de evidente má fé, pois o Brasil tem antes de conquistar a si mesmo. Na América, a nossa política é de convivência, intercâm-

bio e amizade, sobretudo com os países da América Latina e os Estados Unidos.

Achamos que todos estávamos vinculados não só no campo político, mas também no econômico e no social. Dou importância especial à vinculação política, porque todos somos integrados no mundo Ocidental. Defendemos o neocapitalismo e repudiamos as ideologias marxistas.

O Brasil se desenvolve combatendo a subversão. Fizemos uma Revolução, há mais de 12 anos, para desenvolver o país em paz e ordem. Somente com paz e ordem teremos climas para trabalhar e desenvolver o país e tirar grande parte da população da miséria e fazer o povo feliz.

Nesse esforço de desenvolvimento econômico e social, em parte ponderável, sacrificamos os meios de desenvolvimento das Forças Armadas. Temos feito muito pouco no sentido de aumentar nosso poderio bélico. Aplicamos recursos apenas para enfrentar problemas de ordem interna. No que se refere a conflito externo, o Brasil é um país relativamente atrasado. Os equipamentos são poucos e na maioria obsoletos. Não acompanhamos o desenvolvimento tecnológico nesse campo.

Mas acredito que essa política está certa. O grosso dos nossos recursos é aplicado para o nosso desenvolvimento econômico e social. E a potencialidade bélica de um país reside também no seu grau de desenvolvimento econômico, industrial e educacional. As necessidades de natureza militar poderão

aguardar a oportunidade em que sejam realmente necessárias.

Os senhores terão a oportunidade, através dessa visita, por meio de contatos no meio civil e no meio militar, de conhecer melhor o Brasil e identificar o espírito que nos anima. Vão verificar que procuramos ser coesos entre nós, dentro do país, e com os países da América.



7 DE DEZEMBRO DE 1976.

DISCURSO NO ITAMARATY, ABRINDO  
A VIII REUNIAO DE CHANCELERES DOS  
PAISES DA BACIA DO PRATA.

Senhores Chanceleres

É para mim motivo de especial satisfação recebê-los em Brasília, dar-lhes as boas vindas e desejar-lhes pleno êxito nos trabalhos, que ora se iniciam, da Oitava Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

É a segunda vez que se realiza no Brasil, e nesta Capital, uma reunião dessa natureza.

Em abril de 1969, aqui tivemos a III Reunião Ordinária de Chanceleres.

Paralelamente, na I Reunião Extraordinária, procedeu-se à assinatura do Tratado que preside, com sabedoria e realismo, o processo de desenvolvimento harmônico e de integração física das nações que compõem a Bacia platina.

A idéia de conjugar esforços nesse sentido vinha da I Reunião de Chanceleres, realizada em Buenos Aires no ano de 1967, quando, para esse fim, foi instituído o Comitê Intergovernamental Coordenador.

Posteriormente, em Santa Cruz de la Sierra, foram definidos os projetos que deveriam merecer nossa atenção prioritária.

Em Brasília, em 1969, firmou-se o Tratado.

Em Assunção, depois, consagraram-se normas para o aproveitamento dos rios internacionais.

Em Punta del Este, ficaram delineadas as características básicas do «Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata», cujo Convênio Constitutivo seria firmado em Buenos Aires.

Na Capital argentina, além desse Convênio, aprovou-se, ainda, o Documento que leva seu nome, referente à atualização do sistema, através das modificações necessárias em matéria institucional.

Em Cochabamba, cumprindo a decisão de Buenos Aires, deu-se nova organização aos Grupos de Peritos que, até então, vinham assessorando o Comitê Intergovernamental.

A presente Reunião analisa os primeiros resultados dessa reorganização. É particularmente feliz poder notar que, nesta mesma oportunidade e como imediata consequência da entrada em vigor do Convênio Constitutivo do Fundo Financeiro, se realizam as primeiras reuniões da Diretoria Executiva desse Fundo.

Abrem-se, assim, novas perspectivas para o financiamento de estudos, projetos, programas e obras tendentes à realização das altas finalidades do Tratado de 1969.

A evolução do sistema da Bacia do Prata, processo de cooperação sem precedentes no Continente americano, demonstra o acerto e a validade do orde-

namento jurídico consagrado pelos Estados interessados.

Afastada, com efeito, a idéia da criação de mais um organismo internacional, instituiu-se um processo dinâmico em que são atores e responsáveis diretos, os próprios Estados, através de seus funcionários e técnicos.

Órgão supremo desse processo são as Reuniões de Chanceleres que o dirigem, dando diretrizes à entidade permanente — o Comitê Intergovernamental — e avaliando o resultado de suas atividades.

Através dos Grupos de Peritos e dos Grupos de Trabalho, o Comitê obtém o assessoramento técnico de que carece, completando-se, assim, dentro da área governamental, o complexo das ações indispensáveis à implementação do Tratado.

A flexibilidade do instrumento jurídico de 1969, entretanto, permite, quando é o caso, o recurso a organismos internacionais, visando à assistência técnica e financeira julgada necessária, colaboração que já se tem verificado de maneira positiva.

Demonstrando, sob outro aspecto, o alto espírito dos Governos signatários, o Tratado de 1969, ao estabelecer que a ação coletiva das Partes deverá desenvolver-se «sem prejuízo dos projetos e empreendimentos que decidam executar em seus respectivos territórios, dentro do respeito do Direito Internacional e segundo a boa prática entre nações vizinhas e amigas», reafirma as responsabilidades prioritárias de cada Estado em relação ao próprio

desenvolvimento, dentro de um contexto jurídico de responsabilidade recíproca.

E, ao prescrever o Tratado que esse «não impedirá as Partes Contratantes de concluir acordos específicos ou parciais, bilaterais ou multilaterais, destinados à consecução dos objetivos gerais de desenvolvimento da Bacia», criou uma atmosfera propícia ao incremento de negociações bilaterais que se vêm verificando entre os Estados signatários, com o objetivo de levarem a cabo projetos e obras em campos fundamentais para o desenvolvimento de seus países.

Demonstrando, ainda uma vez, o realismo com que procuraram nortear-se, os Governos dos Países da Bacia do Prata, ao instituírem, no documento básico de 1969, o princípio da unanimidade, garantiram que as decisões corresponderiam realmente aos interesses e aos direitos de todos e de cada um dos Estados, valorizando-se, ao mesmo tempo, o processo da negociação que, básico em toda a ação diplomática, adquire aqui um sentido ainda mais especial:

Ao longo desse processo de nove anos, nossos Governos têm dado inequívocas demonstrações de sua firme decisão de tudo fazer para atingir os objetivos que se fixaram, sob o signo positivo da cooperação que me parece ser o único compatível com o espírito e a letra do Tratado da Bacia do Prata.

Baseado, assim, em sólido arcabouço jurídico e inspirado pelos altos ideais de colaboração fraterna,

o processo da Bacia do Prata já apresenta resultados amplamente positivos.

Estudos especiais sobre recursos naturais elaborados pela Organização dos Estados Americanos e contribuições semelhantes, igualmente de especial valia, a cargo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, permitem um conhecimento mais aprofundado da área.

As diversas Reuniões de Peritos deram, por outro lado, ocasião, para frutuosa troca de idéias sobre os mais variados assuntos de interesse mútuo, delas resultando importantes resoluções referentes a temas relevantes, como navegação e transportes em geral, hidrometeorologia e poluição, saúde e educação, integração de áreas limítrofes e turismo, comércio e complementação industrial, estes últimos analisados agora com atenção especial.

Dotado das condições básicas para enfrentar as dificuldades inerentes à grandiosidade de seus objetivos, desenvolve-se o processo da Bacia do Prata, com determinação e sentido realista, a contento dos cinco Estados interessados.

Estou seguro de que, em tal contexto, continuará a evoluir, sempre positivamente, esse sistema especial de colaboração que aproxima ainda mais as nações vizinhas e irmãs, já tão unidas por indestrutíveis laços de amizade e entendimento.

Posso reassegurar-lhes, Senhores Chanceleres, que o Governo brasileiro, dentro de sua política internacional de âmbito ecumênico, atribui, como não

poderia deixar de ser, prioridade às suas relações com os países da América Latina, especialmente com os que lhe estão mais próximos.

Ao mesmo tempo, convencido de que o sistema da Bacia do Prata atende perfeitamente aos interesses dos Estados participantes e fiel ao princípio basilar do respeito aos pactos internacionais, o Governo brasileiro continuará a apoiá-lo.

É com esses sentimentos que, ao agradecer a presença de Vossas Excelências em Brasília e ao renovar meus votos de pleno êxito em seus trabalhos, dou por inaugurada a VIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

9 DE DEZEMBRO DE 1976.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO. AO SANCIONAR A LEI QUE ALTERA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

Quando o Sr. Ministro do Trabalho me trouxe essa proposição que agora se transforma em lei, me deu os argumentos que fazem as diferentes disposições que estão nela contidas. Eu não tive dúvida, desde logo, em encaminhá-la ao Congresso, com a preocupação de que ainda fosse aprovada no corrente ano. É porque as disposições que estão contidas aí são justas, são razoáveis e vão certamente influir no sentido de fortalecer o nosso sindicalismo. Dar-lhe maior vigor, maior autonomia e sem dúvida, maior parcela de responsabilidade.

Nós acreditamos que a organização sindical é necessária e fundamental dentro da nossa organização de trabalho e de vida social. Temos trabalhado para que os sindicatos sejam autênticos, para que eles representem de fato o trabalhador e atuem no sentido de preservar e defender os interesses dos trabalhadores. É claro que dentro de um espírito de ordem, de compreensão e de boa convivência e obediência às leis que o País tem. O sindicalismo no Brasil durante os governos da Revolução tem crescido. Está aos poucos se libertando quase que inteiramente de qualquer intervenção nas suas direções e está adquirindo cada vez mais autonomia.

Estou certo de que a lei representa um estágio desse nosso desenvolvimento. Estágio que é possível realizar pelo nível de compreensão e de atividades a que nós atingimos. É um caminho que está aberto e que nós estamos percorrendo e que eu acredito que ainda tenha outras etapas que nós futuramente continuaremos a trilhar, sempre tendo em vista um sindicato autêntico, honesto e, sobretudo, com bastante espírito de cooperação e de entendimento, seja com o Governo, seja a outra parte com os empresários.

Por várias vezes eu já disse que não há razão para nós transferirmos para o Brasil fenômenos e fatos que ocorreram em outros países, entre os quais eu destaco como relevante esta questão de luta de classe. No Brasil não há motivo para lutas de classe. Pelo contrário, há um espírito de compreensão, de conjugação e de harmonia, porque todos nós trabalhamos por um mesmo objetivo que é desenvolver o nosso país de modo a poder proporcionar ao homem brasileiro, cada vez mais, um melhor bem-estar.

Eu agradeço a presença dos senhores que demonstram o interesse que atribuem a essa lei. Aproveito a oportunidade para agradecer ao Congresso Nacional a presteza e o interesse que ele tomou no sentido de me permitir sancionar essa lei em curto prazo. Obrigado.

15 DE DEZEMBRO DE 1976.

DISCURSO PRONUNCIADO POR OCA-  
SIAO DO BANQUETE OFERECIDO. NO  
ITAMARATY, AO SENHOR MARIO SOA-  
RES, PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL.

Senhor Primeiro-Ministro,

Acontecimento significativo nas relações luso-brasileiras é a visita que Vossa Excelência ora nos faz, a primeira que realiza oficialmente a outro país, como Chefe do Governo português.

Sua presença entre nós tem, ademais, relevante valor simbólico. Testemunha a perenidade dos laços que unem brasileiros e portugueses. Atesta a maturidade que alcançaram essas relações. E reconfirma a prioridade que, no relacionamento internacional, deve ser dada sempre ao diálogo, à busca do entendimento e da cooperação.

Referi-me à perenidade dos laços que unem brasileiros e portugueses. Com efeito, são fatos evidentes as raízes comuns de nossos povos, a comunidade de língua e de cultura, o parentesco de nossas respectivas maneiras de ser. Parecidos temos sido, até mesmo, no lirismo com que decantamos, de cada lado do Atlântico, nossas inúmeras semelhanças.

Embora reconhecendo que o sentimentalismo faz parte de nossa comum herança latina e sobretudo ibérica, não creio, porém, que seja, hoje, a mais útil contribuição para o entendimento entre povos e con-

seqüente cooperação entre Governos. Por essa razão, disse também que a visita de Vossa Exce-lência atesta a maturidade que alcançaram as relações luso-brasileiras.

Não desfaço do enorme cabedal de fatos positivos que marcaram essas relações ao longo de todos os anos de nossa história independente. Ao contrário, a continuidade de tais laços e sua notável intimidade repousam no acervo de entendimento e de cooperação acumulado pelas gerações passadas e pelos Governos que nos precederam, quaisquer que hajam sido, durante esse longo passado, as diferenças e assimetrias entre regimes políticos no Brasil e em Portugal.

Por outro lado, os povos, hoje em dia, são mais conscientes de que participam de uma problemática geral, universal, e de que relacionamentos especiais se justificam, sobretudo, num contexto operativo, destinado a atender a interesses nacionais coincidentes ou complementares. Não se coadunam com essa percepção os alinhamentos automáticos de base sentimental. Ao mesmo tempo, nossos respectivos países, ajudados, possivelmente, por essa mais clara percepção do quadro internacional, sentiram a necessidade de buscar soluções cada vez mais adequadas ao desenvolvimento econômico, político e social de seus povos. Também isso, evidentemente, tem e terá reflexos em nossas relações com os outros, inclusive em nosso relacionamento recíproco.

Tais considerações levam-me ao terceiro nível do simbolismo a que aludi no começo.

As relações fundadas em sentimentos resistem aos câmbios que a avaliação ponderada de interesses nacionais determine. Ora, o dever dos governantes é o de interpretar corretamente o que sejam esses interesses e saber defendê-los em nome do povo.

Meu Governo tem tido a convicção de que, no conturbado mundo de hoje, não é possível preservar a paz e garantir o progresso geral se não houver um esforço sincero e determinado, por parte de todos os Governos, para compatibilização de seus interesses nacionais. Tal esforço, evidentemente, só será produtivo na medida em que se realize dentro de parâmetros éticos geralmente aceitos. E desse quadro faz parte o reconhecimento do direito de cada povo de dispor do seu destino, livre de ingerências externas, princípio que teria que ser entendido simultaneamente com o reconhecimento do direito de expressão nacional, autônoma e soberana, aos povos subordinados pelo colonialismo, e o reconhecimento do direito de todos ao progresso político, econômico e social, o que somente será possível num clima universal de entendimento, de diálogo e de cooperação. Temos propugnado por esses ideais nos fóruns multilaterais, onde nos opomos às políticas estéreis de confrontação e favorecemos a busca da conciliação. Temos, igualmente, procurado seguir a mesma linha em nossas relações bilaterais com todos os países.

Acredito, Senhor Primeiro-Ministro, que tais pressupostos só podem contribuir para que o diálogo entre os nossos Governos se desenvolva de forma mutuamente benéfica e produtiva. Tanto mais quanto reconhecemos, em muitas das nossas posições, os traços culturais da tolerância ecumênica que são, em nós, uma herança portuguesa.

Somos justamente orgulhosos dessa herança, em tantos sentidos responsável por nossa própria unidade nacional. Dos portugueses aprendemos a confraternização racial responsável por sermos hoje, entre os países mestiços do globo, dos poucos que se podem legitimamente orgulhar de não abrigar preconceitos. E não me refiro apenas aos preconceitos de raça ou de cor mas, também, aos de nacionalidade. A mesma tolerância na miscigenação, estendêmo-la a todos os estrangeiros que demandam nossas terras, a tal ponto que não há descendente de imigrante no Brasil que não se sinta integrado na nacionalidade brasileira. Por essa razão, comentava, há pouco mais de um mês no Clube Ginástico Português do Rio de Janeiro — que então comemorava o seu 108º aniversário — que não se pode falar, propriamente, de colônia portuguesa no Brasil. No caso de portugueses, pode-se mesmo dizer que não são apenas seus filhos aqui nascidos que se sentem brasileiros mas os próprios imigrantes, tal a naturalidade com que são incorporados à nossa vida nacional. Aliás, não tem outro sentido a Convenção, entre nossos países, sobre igualdade de direitos e deveres dos cidadãos, senão o de reco-

nhecer essa realidade, a qual, estou seguro, se verifica, reciprocamente, com relação aos brasileiros em Portugal.

Isso é motivo de genuíno orgulho para nós brasileiros, como acredito que o deva ser, também, para os portugueses.

Quero, nesta ocasião, mencionar a satisfação que me deu poder verificar que esses portugueses aqui radicados e os que para aqui continuam a vir têm mantido a mais correta atitude de respeito às nossas leis, cuidando, em especial, de não transferir para sua terra de adoção o debate de questões internas em seu país de origem. Esse exemplo de auto-restrição e de respeito é por todas as formas digno de elogio e corresponde ao que, no plano governamental, procuramos manter em nossas relações bilaterais.

Senhor Primeiro-Ministro,

O substrato comum de nossas culturas e as coincidências conjunturais de nosso desenvolvimento econômico favorecem a compreensão recíproca entre nossos países e viabilizam um diálogo contínuo e construtivo. Estou certo de que podemos desenvolver esse diálogo e contribuir, assim, para o bem-estar e o progresso de nossos povos. O Brasil não poupará esforços nesse sentido. Para tal estamos convencidos de que não nos faltará o apoio dos sentimentos espontâneos de fraternidade que unem brasileiros e portugueses nem a segurança que deriva

do respeito mútuo que esses mesmos sentimentos determinam.

Peço a todos que ergam suas taças comigo para brindar à saúde do Senhor Presidente da República de Portugal, General Antônio Ramalho Eanes, à felicidade pessoal de Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro de Portugal e da Senhora Mário Soares, e ao contínuo fortalecimento dos laços que unem os nossos dois povos.

20 DE DEZEMBRO DE 1976.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, AGRADECENDO OS VOTOS DE BOAS FESTAS DOS CHEFES DE MISSOES DIPLOMATICAS.

É com grande satisfação que recebo hoje aqui os chefes das missões diplomáticas acreditadas junto ao meu governo, com os quais o Brasil mantém os melhores laços de relações. Está a findar o ano de 1976 e creio que todos os senhores tiveram a oportunidade de ver como lutamos e como trabalhamos, como nos esforçamos aqui dentro do Brasil, no sentido de desenvolver nosso país. Temos, como todos sabem, problemas difíceis decorrentes, em grande parte, da extensão territorial do país que é um verdadeiro continente; da elevada continuação de grande índice de crescimento em consequência dos problemas não só a construção de uma infra-estrutura adequada, como também para assegurar determinado nível social, tendo em vista a pobreza.

Temos trabalhado muito. Temos encontrado grandes dificuldades, mas temos tido êxito, apesar das dificuldades que o quadro internacional apresenta. O Brasil continua progredindo. É um país de paz, sem preconceito, sem preconceito de raça ou classe e onde, apesar do que muitos dizem em contrário, nós vivemos em ampla liberdade. Somos sem dúvida pobres e esforçamo-nos em virtude dessa pobreza. Trabalhamos muito no setor social, preocupa-

mo-nos em desenvolver esse povo, assegurar-lhe melhores condições de habitação, saúde e emprego. Mas sabemos bem que isso é um esforço que só produzirá resultado ao longo do tempo e que exigirá de nossa parte perseverança e tenacidade para prosseguir-lo. Mas este quadro nós não limitamos à vida interna. O Brasil é um país que prima e faz boas relações com as demais nações. Nesse ano mesmo acredito que a projeção internacional do Brasil aumentou, inclusive com contatos que mantive com outros chefes de Estado. O Brasil é um país amante da paz, da ordem, do bom relacionamento, da interdependência com os demais países do mundo, porque bem sabemos que ninguém pode viver isolado.

O que ocorre em muitos recantos do mundo se reflete em todo o universo e todos nós sofremos as conseqüências das coisas más, como também podemos nos beneficiar das coisas boas. Nesse sentido temos trabalhado e correspondemos a mensagem de Sua Santidade o Papa lutando pela paz, pela compreensão entre os homens para que esse mundo seja um mundo melhor.

No próximo ano de 1977, que se nos afigura também um ano difícil, as novas restrições de ordem econômica recaem sobre o Brasil, sem dúvida de uma maneira forte que nos obrigará talvez a outras restrições ou a outras medidas para enfrentar a situação internacional que é no campo econômico mas que, sem dúvida terá repercussões no campo social. Deus permita que não traga maiores conseqüências no campo político. Não vejam nas minhas palavras um

sentimento de pessimismo, ao contrário há nelas realismo de quem está disposto a trabalhar com muito mais vontade, em paz, ordem no sentido de que haja real progresso.

Quero agradecer os votos de paz através das amáveis palavras do decano. Sua Excelência o Senhor Núncio. Em meu nome, de minha família, de meus colaboradores e do povo brasileiro retribuídas sinceramente a todos os senhores fazendo votos para que tenham um Natal e um Ano Novo que vem, não só pessoalmente mas todos os povos que aqui representam tenham um ano de prosperidade, paz e de desenvolvimento, sobretudo espiritual. Muito obrigado.



22 DE DEZEMBRO DE 1976.

AGRADECENDO AOS OFICIAIS GENE-  
RAIS DAS FORÇAS ARMADAS OS CUM-  
PRIMENTOS DE FIM DE ANO, DURANTE  
ALMOÇO NO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO,  
EM BRASÍLIA.

## Meus camaradas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica

Mais uma vez, como tem ocorrido em todo fim de ano, às vésperas das festividades do Natal, encontram-se reunidos neste almoço de confraternização os altos chefes das Forças Armadas brasileiras.

E, mais uma vez, na intimidade desse encontro, manifestam sua união e identidade de propósitos no cumprimento harmônico e integral das missões que constitucionalmente lhes cabem e — em atenção especial às responsabilidades que assumiram em 1964 perante a Nação — na realização dos objetivos da Revolução de março.

Pessoalmente, nesta oportunidade, venho ao vosso convívio retemperar forças e rememorar as longas jornadas e vigílias de minha formação profissional e moral, sob a tutela das tradições vivas de virtudes cívicas e guerreiras que são apanágio glorioso das nossas Forças Armadas.

O ano que se finda foi todo de trabalho e, mesmo, muito difícil de vencer. Os resultados, entretanto, são satisfatórios. Em largos traços, posso destacar o crescimento econômico alcançado,

a luta contra o recrudescimento da inflação, o esforço ingente para melhorar o balanço de pagamentos, a maior projeção internacional, a manutenção de nosso crédito externo, o fortalecimento político-partidário com as eleições municipais, o aperfeiçoamento da vida social, a ordem interna reinante. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica, apesar dos limitados recursos de que puderam dispor, desempenharam cabalmente suas atribuições com eficiência e devotamento.

Dedicaram-se, particularmente, ao adestramento do pessoal nos diferentes escalões e à ação vigilante, preventiva, contra todas as modalidades de subversão.

No próximo ano, continuarão a se manifestar as mesmas dificuldades de 1976 — provavelmente numa escala ainda maior — em decorrência da nova elevação dos preços do petróleo, das restrições que se verificarão nos mercados externos, principalmente nos países industriais, e da necessidade de se reduzir o ritmo de nosso crescimento, para arrefecer a excessiva pressão da demanda e, assim, simultaneamente, atuar contra a inflação e o deficit da balança comercial.

Apesar da gravidade com que se apresenta esse quadro — que é o da grande maioria das nações e não somente o nosso — confio em que o Brasil saberá enfrentá-lo e vencê-lo, sem exagero de pessimismo nem otimismo irresponsável, mas com realismo e resolução, graças ao potencial de recursos

de toda ordem de que dispomos e deveremos mobilizar e, sobretudo, ao reconhecido valor de nosso povo, conjugado com a pertinaz ação governamental.

*Senhores Oficiais Generais*

Agradeço vossas manifestações cordiais e aceito-as como testemunho de um espírito de coesão entre as três Forças Armadas e no seio de cada uma delas e como penhor da lealdade retilínea e franca que exalta, a planos de nobreza sem jaça, o relacionamento entre subordinados e chefes militares.

Registro com destaque a viva repulsa que se contém nas palavras de vosso intérprete — o Exmo. Sr. Ministro do Exército — à ação presente dos pregoeiros da discórdia, dos arautos da intriga, geradores de intranquilidade e que visam a estabelecer confrontos e suscitar incompatibilidades entre altos chefes militares.

Na qualidade de Comandante-Supremo e em consonância com essas considerações, sinto-me no dever de também alertar-vos, nesta hora, e, por vosso intermédio, aos mais jovens, aos menos experientes, aos que ainda não viveram situação análoga, contra as mesmas e eternas manobras dos pescadores de águas turvas e ambiciosos vulgares, os quais já começam a rondar os quartéis como *vivandeiras* impenitentes — assim os qualificou, em outros tempos, o grande Presidente CASTELLO BRANCO — buscando,

aqui e ali, despertar aspirações e estimular ambições, dessa forma espalhando a cizânia, a desconfiança, a discórdia, capazes de enfraquecer, pela desunião que propagam, a estrutura militar.

Tempo há, bastante ainda, para que se venha a cuidar, na hora própria, do problema sucessório, de significação capital para o futuro da Nação. Açodamentos ditados por interesses egoístas de indivíduos ou grupos — interesses, em alguns casos, até mesmo inconfessáveis — servem apenas para perturbar a vida nacional e frear o progresso do país, numa quadra em que, como já disse, somos chamados a enfrentar novos e mais sérios desafios.

O cargo de Presidente da República, como nós o entendemos, não constitui privilégio ou posição de desfrute pessoal ou de grupos. É, antes, posto de renúncia, de sacrifício, em que a tônica é servir. Não pode ser objeto de ambições, nem deve ser postulado, mas entendido como atribuição, pela vontade nacional, de transcendente missão a cumprir.

Confio plenamente em vossa esclarecida percepção, a cada momento, da realidade nacional, na fortaleza de vosso espírito militar e no devotamento provado de vosso patriotismo, certo de que do campo das Forças Armadas não partirão nem ambições, nem reações que venham a comprometer o sempre delicado processo de sucessão presidencial que a mim — pela posição em que estou situado e pela responsabilidade que me foi conferida — caberá conduzir, no seu justo e devido tempo.

Com renovados agradecimentos, formulo meus melhores votos pela felicidade de todos os nossos marinheiros, soldados e aviadores e de seus familiares neste Natal e no ano de 1977 — e peço que me acompanhem no brinde que faço pela união inabalável das Forças Armadas do Brasil, alicerce sólido em que assentam, hoje, amanhã e sempre, a ordem e tranqüilidade públicas e os destinos maiores da grande Pátria.



29 DE DEZEMBRO DE 1976.

SAUDAÇÃO DE FIM DE ANO AO POVO  
BRASILEIRO, PELA TELEVISÃO.

Brasileiros,

Esta é a terceira vez que, ao findar-se ano de porfiado labor e ante as perspectivas de nova etapa a vencer, venho ao encontro de meus concidadãos, no remanso de seus lares, a fim de lhes trazer a palavra amiga de cordialidade, de confiança no futuro e de fé nos destinos desta Pátria que estamos todos a construir.

Seja a verdade, como sempre, a tônica desta Mensagem que me apraz dirigir ao povo bom de minha terra dele esperando compreensão e sintonia.

Início esta exposição por uma análise sumária da situação econômica do país, remontando aos primeiros dias de meu Governo, pela importância própria de que esta área se reveste e pelos fortes reflexos que tem sobre os nossos problemas políticos e sociais, no conjunto do desenvolvimento integrado a que aspiramos.

Reconhecendo a «valiosa herança dos Governos da Revolução», na primeira reunião do Ministério, a 19 de março de 1974, assinalava eu que o Brasil se alçara a «posição de destaque no quadro das novas potências emergentes», registrando, «prin-

principalmente no governo do Presidente Médici, com o alto dinamismo da economia... os maiores indicadores de prosperidade da história do país».

Mas, já então, acrescentava: «Não é menos certo, porém, que drásticas mudanças ocorridas no cenário mundial — como a grave crise de energia, a escassez de alimentos e matérias-primas essenciais, em geral, e do petróleo e seus derivados, em particular, a instabilidade no sistema monetário internacional, ainda em dolorosa busca de nova ordenação, a inflação que se generaliza pelo mundo todo a taxas alarmantes, as tensões políticas e sociais, exacerbadas pelo fermento do apelo irresponsável à violência e que intranquilizam a vida das nações, num cenário de transição para nova ordem internacional de contornos ainda indefinidos — determinarão sérias repercussões no panorama nacional. . .».

E, ao encaminhar ao Congresso, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, em setembro do mesmo ano, concluía: «não pode haver lugar para otimismo exagerados, num universo de profecias sinistras que vão da estagnação à depressão econômica arrasadora».

Todavia, «conformar-se, a priori, ante tais expectativas sombrias de dias difíceis, com um pessimismo derrotista, seria refugar o esforço construtivo que, com fé, tudo pode, e aceitar, pela apatia e pelo desânimo, a realização, afinal daqueles mesmos prognósticos negativos».

Essa posição desejada de equilíbrio de serenidade e bom-senso, de realismo, entre excessos tem-

peramentais que se digladiam até hoje, na inconseqüência de suas posturas estéreis — de um lado os intoxicados por uma ofuscante visão panglossiana e, de outro, as eternas cassetras que se comprazem em anunciar cataclismos — levou em fins de 74 a um balanço da gestão econômica do país, em que se salientava, em primeira linha, a flexibilidade vigilante que a caracteriza e se punha a nu a diferença marcante entre a quadra de justificada euforia econômica do Governo Médici e a que se passara a viver, plena de interrogações e de dúvidas.

Seria de admirar que mudassem as previsões e se alterassem, mais ou menos profundamente, diretrizes para a economia nacional, quando mudara tão drasticamente a situação? Pois ainda há quem só veja aí dissensões, antagonismos e agravos, na vã e insana tarefa de semear divisionismos!

A verdade é que, embora se renunciassessem, «desde meados de 1973, ... desanimadoras perspectivas para a conjuntura mundial, em todos os quadrantes do globo», manteve-se «o Brasil, por longos meses, ... imune às pressões de toda ordem que lhe advinham de fora e progredia a taxas excepcionais de crescimento econômico, escudado num otimismo sem dúvida sadio e na crença inabalável no futuro desta nação que despertara para seu destino de grande potência».

No entanto, «à inflação própria gerada no país», somava-se «inevitavelmente, larga dose de inflação importada através dos preços assustadoramente cres-

centes de produtos adquiridos no exterior», e *mês houve* em que o índice geral dos preços ultrapassou o crescimento alarmante de 5%.

E, pois, «ante o reconhecido agravamento da conjuntura, entendeu o Governo... que se impunha, desde logo, dar ao país um salutar tratamento, no sentido de reajustá-lo com a realidade internacional. Por mais doloroso que viesse a ser», reconhecia-se conscientemente, que «isto seria preferível a que se mantivesse superaquecida a nossa economia, a qual, mais dia, menos dia, teria de adaptar-se, e tanto mais brusca e depressiva, quanto mais tardiamente, às realidades de uma conjuntura mundial, em rápida deterioração, segundo dimensões imprevisíveis».

Atingido que veio a ser, após meses de um «desgastante combate continuado à inflação, satisfatório platô de estabilização e de controle», mudou-se, então «a tônica das atividades governamentais para a de um maior e renovado impulso ao desenvolvimento econômico do país, injetando-se recursos substanciais para expansão do crédito em setores prioritários, relançando-se programas de investimentos maciços nas áreas das indústrias de base e da infraestrutura, promovendo-se a correção de velhas distorções em todo o sistema de transportes, reestimulando-se o mecanismo da substituição de importações em níveis mais exigentes da produção de bens de capital e da elaboração das matérias-primas de base e, além disso, aumentando-se, muito deliberadamente, o poder da demanda efetiva de bens e de ser-

viços, num mercado interno comprimido pelos salários e vencimentos ainda excessivamente baixos, em valores reais, da grande maioria da população consumidora».

Esta breve resenha da evolução econômica do Brasil, em 1974, feita aliás nos mesmos termos usados na época, pode ser considerada quase um paradigma. No quadro de um mesmo modelo de economia de mercado, em que o núcleo estatal pela sua amplitude e dominância em setores estratégicos, se constitui em principal força propulsora e em que a intervenção do Estado se faz e se deve fazer sentir em defesa do bem comum e a favor sempre de cada cidadão e da sociedade como um todo — ela serve para ressaltar como se sucedem fases, necessariamente distintas, com características próprias e, até mesmo, sob certos aspectos, *antagônicas*, conforme ora se estimulem as atividades produtoras, ora se force uma desaceleração, numa sucessão inevitável de miniciclos econômicos. Diga-se de passagem que, em períodos de dificuldades internacionais, como as que vivemos, a alternância de ênfases e prioridades está presente na condução da política econômica de quase todos os países.

Num universo tão complexo, nem se dispõe de indicadores suficientemente sensíveis das variações que aí se manifestam, nem os ainda rudes instrumentos de ação permitem gradação do esforço ou satisfatória rapidez na produção do resultado, para que se possa instituir um sistema operacional livre de incômodas defasagens e à prova de qualquer abalo.

Assim, haverá sempre avanços e retardos, superposição de aspectos opostos entre fases diferentes, confundindo-se o espectro do processo real, a ponto de aparecer quem chegue a entrever aí como que estranho hibridismo de modelos distintos disputando, entre si, a primazia.

Em 1975, registrou-se novo impacto global, provocado por um aumento da ordem de 10% nos preços do petróleo. Sob o signo de dificuldades na balança comercial e no balanço de pagamentos, com a queda da nossa reserva de divisas internacionais, o ano decorreu com tendência à desaceleração que, ainda assim, permitiu um crescimento da economia nacional superior à taxa do aumento demográfico e, portanto, com aumento da própria renda per-cápita. Não houve desemprego anormal no país e, embora em pequena escala, manteve-se a curva decrescente da inflação.

Destarte, pôde concluir-se, com certa dose de compreensível satisfação: — «Justo é reconhecer-se que o Governo soube resistir a reações prematuras de pânico, apesar de estimuladas pelos exemplos que de outras bandas nos vinham . . .»; «Evitou-se às empresas privadas um tratamento de choque penoso, justamente quando elas, mal emergindo de largo período de economia acelerada se veriam muito mais vulneráveis, inclusive por total despreparo psicológico. E assegurou-se não só ao trabalhador brasileiro, mas à população em geral, ao longo destes dois anos, um clima de tranquilidade, de progresso, de normalidade do trabalho e de vida, ao tempo em que,

lá fora, se acumulavam as filas de desempregados e se paralisavam fábricas e serviços».

Iniciar-se-ia o ano de 1976 com uma nota de otimismo bem dosado. Seria, se mdúvida, «um ano difícil também». Mas proclamava-se que teríamos «todas as condições para enfrentar as dificuldades e, a despeito delas, alcançar ainda significativa marca de crescimento da economia. Aos pregoeiros do pessimismo destruidor veremos confinadas as profecias de recessão, depressão e crescimento zero».

*Pois em 1976 recessão não tivemos; depressão, muito menos; o crescimento da economia foi bem maior que o desejado, bastando dizer-se que, até novembro último, o setor industrial registrava um índice de expansão entre 10 e 11%.*

As reservas de moeda internacional que, em meados do ano, haviam atingido seu nível mais baixo, de 3,3 bilhões de dólares, ultrapassaram a casa dos 5,3 bilhões, superando não apenas o saldo do início do ano, mas o próprio saldo de fins de 1974.

O deficit da balança comercial, ainda elevado (cerca de 2,3 bilhões de dólares), foi, entretanto, bem menor que os 4,6 de 74 e 3,5 bilhões de 75. É que as exportações cresceram a taxa elevada (16%), enquanto as importações ficaram, em valor, próximas às de 1975. O exercício financeiro chegou a seu termo equilibrado. O nível de emprego aumentou.

O ano não foi, porém, nada tranqüilo. A expansão do crédito em fins de 1975, as condições climáticas adversas que elevaram em 70% os preços

por atacado dos produtos agrícolas, a excitação do «open market», o estímulo a novos projetos de desenvolvimento acumularam impulsos inflacionários que o reajustamento, em verdade justo e inadiável, dos salários e vencimentos dos servidores públicos, viria ainda mais a reforçar. A economia, a despeito de remédios vigorosos aplicados, continuou superaquecida por vários meses, pressionando as importações, com reflexos no balanço de pagamentos e jogando para o alto a taxa da inflação.

É que o país teimava em crescer mais do que podia com os recursos próprios disponíveis, acrescidos dos que em proporção moderada normalmente provêm do exterior. Isso poderia resultar em ajustes *a posteriori* — extremamente penosos, envolvendo o risco de graves distorções e danosos fracassos.

A contenção da disparada da inflação reclamava prontas medidas. A situação do balanço de pagamentos, com o crescente endividamento externo, também. Assim, a partir de meados do ano, várias medidas de contenção começaram a ser tomadas, sobretudo na área monetária. O primeiro impacto, bastante favorável à credibilidade externa do país, foi a recuperação das reservas internacionais. As inevitáveis defasagens, no entanto, só permitiram que a *inflação viesse a ceder* no último trimestre. Por outro lado, o panorama mundial adquiria novos contornos preocupantes, até mesmo ameaçadores.

Não se tratava, apenas, do anunciado aumento do preço do petróleo para o ano de 1977, o qual

veio a ser fixado em níveis excessivamente elevados para nós. Desde o choque inicial de 1973, quase atordoante, reflexos sucessivos se fizeram sentir, com real prejuízo das economias em desenvolvimento, como a nossa, as *mais sacrificadas de fato*. Nem havia chegado, ainda, a processar-se o necessário ajustamento a perturbação tão brusca de toda a economia mundial. Era, contudo, algo que já se esperava.

Imprevista, ao contrário, foi a tendência à estagnação que afetou as economias propulsoras do mundo ocidental, particularmente os Estados Unidos da América, após uma recuperação brilhante no início do ano. As previsões para 1977, nesse quadro, não são promissoras.

Houvessem aqueles países líderes da economia mundial podido manter, sem pausas, a retomada expansionista de sua produção, impulsionando o comércio internacional, com repercussão benéfica em toda a sua ampla periferia em que nos inscrevemos nós, e teríamos — quem sabe? — alcançado o extraordinário prodígio de atravessar, praticamente incólumes, a onda recessiva prolongada de vários anos que se abateu sobre o mundo. Prosseguiríamos, galhardamente em nosso desenvolvimento com vistas, sobretudo, a tornar nossa estrutura econômica menos vulnerável a conjunturas assim desfavoráveis que do exterior viessem novamente a nos ameaçar.

As circunstâncias, infelizmente, evoluíram em sentido diverso. E, pois — embora não caiba, abso-

lutamente, falar-se em crise — *é meu dever* convocar todos os brasileiros a uma tomada de consciência, objetiva e serena, da realidade mundial que hoje nos comprime, para que, em redobrados esforços e com a aceitação de sacrifícios que, afinal, ainda serão apenas do secundário, quando não do supérfluo, possamos superar a quadra que nos está reservada nestes anos da década dos 70.

Quanto à racionalização do uso de combustíveis, impedindo-se de toda forma o desperdício — que hoje, mais que lamentável, se torna criminoso — o Governo estuda ponderadamente alternativas possíveis e procede a gestões junto a seus fornecedores de petróleo para avaliar corretamente o impacto efetivo das decisões tomadas pela OPEP, há poucos dias. No quadro mais amplo da economia nacional, estão sendo ultimadas diretrizes e prioridades bem definidas para 1977. Algumas já são do conhecimento público. A idéia mestra, ainda, a mesma, é a de conciliar, dentro das possibilidades reais, nossa estratégia de médio prazo — expansão das exportações e sua diversificação em natureza e destinação e a substituição de importações através da implantação ou ampliação dos setores de produção de insumos básicos, *inclusive energéticos* — com as imposições imediatas, decorrentes da conjuntura atual e que se centram numa desaceleração da economia que mantenha, entretanto, o país a salvo da depressão e do desemprego.

Estou certo de que, compreensivo, o povo brasileiro entenderá a necessidade das medidas que forem

adotadas, rigorosas e incômodas que sejam, e prestará todo o seu apoio a um Governo que timbra em não pedir sacrifícios desnecessários, nem impor ônus que desatenda à equidade e à justiça social.

No que concerne à estrutura administrativa e jurídica, tem o Governo prosseguido em sua tarefa modernizadora, sendo dignos de menção especial a elaboração da nova Lei das Sociedades Anônimas e a da instituição da Comissão de Valores Mobiliários, já aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas; o projeto de emendas constitucionais para a reforma do Poder Judiciário, ora sob exame no Legislativo e que reputo de relevância para uma melhor distribuição da justiça no país e, notadamente, para a mais rápida tramitação dos processos judiciais.

Cabe citar, pela importância de que se revestem, os encontros que tive com Chefes de Estado e de Governo de países amigos. Os resultados das conversações mantidas e dos atos firmados foram altamente proveitosos, tanto do ponto de vista de nosso maior relacionamento político, como do desenvolvimento da cooperação econômica e cultural. A grande repercussão pública desses encontros dispensa-me de fazer aqui um relato minucioso a respeito.

Destaco, também, a colaboração sempre pronta e valiosa que o Executivo recebeu do Poder Legislativo, principalmente na análise e aperfeiçoamento de projetos de lei, num ano caracterizado por sua grande atividade política.

Os resultados das eleições estão sendo cuidadosamente computados e estudados; opiniões e informações, solicitadas a destacados próceres políticos; comentários de analistas credenciados, devidamente considerados — tudo isso como elementos objetivos e fidedignos da atualidade brasileira e com vistas à desejada promoção de um sadio desenvolvimento político do país, em clima sempre de estabilidade e segurança. Na verdade, *quis dar e dei* público testemunho da importância que meu Governo atribui — e acho que é mesmo de seu dever atribuir — aos prêmios municipais, onde os partidos que desejam ser verdadeiramente autênticos, são chamados a haurir inspiração e energias estimulantes, ao contato mais íntimo com o eleitor e as necessidades vitais dessa célula fundamental da sociedade que é, afinal, o município.

Como quer que seja, vencemos brilhantemente mais uma etapa na vida política da nação. E ao povo, porque acorreu às urnas com ordeiro e entusiástico ânimo cívico e, ademais, *porque deu ampla e indiscutível vitória ao partido do Governo*, eu sou pessoalmente grato, tanto me empenhara na campanha eleitoral a despeito de assoberbantes preocupações e afazeres administrativos.

O contato entre candidatos e o eleitorado, face a face, em comícios e outros tipos de reuniões cívicas, animou a campanha e constitui um fato auspicioso por permitir autenticidade maior da escolha. O mesmo não ocorreu, por certo, nos grandes centros populosos, fazendo-se sentir aí a influência domi-

nante de outros impulsos, menos legítimos por seus fundamentos, na escolha de nomes a sufragar. Estranho é que, em face dessa realidade que salta aos olhos, se queira atribuir significação e autenticidade maiores ao voto nas capitais e grandes centros urbanos.

A nova lei sobre o uso *eleitoral* do rádio e da televisão comprovou-se salutar, impedindo insanável disparidade que o uso daqueles meios de comunicação, em tais eleições, impõe injustamente aos candidatos. Coibiu, também, o transbordar em proveito de agitações simplesmente demagógicas, quando não até mesmo subversivas, para além das corretas motivações de uma campanha eleitoral.

Por último, devo falar das eleições municipais de 15 de novembro realizadas em louvável clima de segurança e ordem. Feriram-se após movimentada campanha que mobilizou a vontade popular em todos os quadrantes do país e que teve a virtude de inspirar o comparecimento maciço dos eleitores, numa real demonstração de interesse político, a contrastar-se, mais uma vez, com o absenteísmo apático e descrente que se está verificando em países até muito mais adiantados.

Creio, sem quaisquer dúvidas, que essas eleições, além de se polarizarem em torno de soluções alternativas dos problemas mais circunscritos às comunidades locais, representam *claro e insofismável pronunciamento* da grande maioria do povo brasileiro a favor de meu Governo — mais talvez a seus

propósitos honestos e ao esforço incansável que depende com fé e esperança no futuro, apesar das muitas limitações circunstanciais dos homens, da fase que vivemos, dos recursos disponíveis e do tempo, do que mesmo ao que tenhamos podido efetivamente realizar até agora.

*Que me ajude Deus e me apoiem os brasileiros de boa fé* para que possa traduzir, em concretas realidades, grande parcela do que ao Governo parece sejam as justas aspirações de nosso povo, em termos de superior qualidade de vida, maior justiça social e melhor segurança.

Tais os votos que faço a todos os brasileiros, desejando-lhes que 1977, apesar das dificuldades que nunca me permitiria esconder ou conscientemente subestimar, venha a ser mais uma etapa positiva nessa marcha incessante para um futuro melhor — nosso, de nossos descendentes e de nossa Pátria.

31 DE DEZEMBRO DE 1976.

MENSAGEM AO POVO PARAGUAIO.  
TRANSMITIDA PELA RADIO PRIMERO  
DE MARZO. DE ASSUNCIÓN.

Agradeço à «Rádio Primero de Marzo» a oportunidade de me dirigir, por seu intermédio, ao povo paraguaio, nestas comemorações de fim de ano.

Reconfortante é verificar que, num ano caracterizado por tantas crises nos mais diversos recantos do mundo, em nosso continente sopraram prevalecentemente os ventos da concórdia. E temos razões para encarar com otimismo os desafios de um novo ano, pois partimos de um generoso impulso ao entendimento mútuo, o que parece, graças a Deus, generalizado em nosso Hemisfério.

Essa espontânea vocação para a cordialidade continental, que não é privilégio de alguns povos, apenas, nestas Américas, mas característica marcante da maioria deles, particularmente se demonstra nos sentimentos que unem brasileiros e paraguaios.

Com prazer relembro, nesta hora, os marcos que em 1976 reconfirmam nossa histórica amizade: meu encontro, em março, no solo brasileiro, com o ilustre amigo e vosso Presidente, o General Dom Alfredo Stroessner, e a troca, em Brasília, no mês de maio, dos instrumentos de ratificação do Tratado de Amizade e Cooperação firmado entre o Brasil e o Paraguai em dezembro de 1975. Nada diria melhor

do espírito fraternal que governa as relações entre os dois países do que esse Tratado que nos une em condições de perfeita igualdade soberana.

Ao falar das relações brasileiro-paraguaias, não é possível deixar de mencionar o progresso realizado durante o ano nesse grande monumento à cooperação internacional que é Itaipu. Obra, não somente símbolo do entendimento que governa as nossas relações bilaterais, mas exemplo de cooperação entre nações-irmãs do continente e entre países em desenvolvimento.

Que 1977 nos conserve a todos, povos do continente, na senda do progresso e da concórdia.

Em nome do povo brasileiro desejo ao nobre povo do Paraguai um Ano Novo cheio de realizações e de ventura.

## ÍNDICE

- 1 — Improviso por ocasião da assinatura do decreto criando o «Programa de Recuperação Sócio-Econômica do Nordeste Paraense», na sede da SUDAM, em Belém do Pará. 12 de janeiro de 1976 ..... 5
- 2 — Improviso no Palácio do Planalto, após reunião do Conselho de Desenvolvimento Social, por ocasião da assinatura do decreto que criou o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN. 4 de fevereiro de 1976 ..... 7
- 3 — Improviso pronunciado no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, por ocasião da audiência concedida a Prefeitos de Minas Gerais. 17 de fevereiro de 1976 ..... 13
- 4 — Discurso proferido no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, no almoço oferecido pelo Governador de Minas Gerais, após saudação do Presidente Nacional da ARENA, Deputado Francelino Pereira. 18 de fevereiro de 1976 .. 17
- 5 — Saudando o Presidente Stroessner do Paraguai, em Presidente Prudente — SP, por ocasião da V Exposição Internacional do Nelore. 12 de março de 1976 ..... 25
- 6 — Improviso respondendo à saudação do Ministro Armando Falcão, no Palácio do Planalto, por ocasião do segundo aniversário do Governo Geisel. 15 de março de 1976 ..... 29
- 7 — Improviso em Marechal Cândido Rondon, no Paraná, por ocasião da cerimônia de início oficial da colheita de soja e da entrega de títulos definitivos de propriedade rural a agricultores do Oeste Paranaense. 19 de março de 1976 ..... 31
- 8 — Na abertura do XX Congresso Estadual de Municípios, promovido pela Associação Paulista de Municípios, em Guarujá, São Paulo. 23 de março de 1976 ..... 35
- 9 — Improviso em Manaus, por ocasião da inauguração do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. 26 de março de 1976 ..... 43
- 10 — Improviso durante almoço na Vila Militar, no Rio de Janeiro, ao ensejo do 12º Aniversário da Revolução. 31 de março de 1976 ..... 47

11 — No Palácio do Planalto, improviso, no lançamento do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 31 de março de 1976 .....	51
12 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da assinatura do decreto criando o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural — SENAR. 31 de março de 1976 .....	53
13 — Improviso em Santa Rosa — RS., por ocasião da inauguração da III Feira Nacional da Soja. 2 de abril de 1976 .....	55
14 — Improviso em Dourados, por ocasião do lançamento do Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados — PRODEGRAN. 9 de abril de 1976 .....	59
15 — Visita à França. Entrevista concedida à «TV FI» Francesa. 25 de abril de 1976 .....	63
16 — Visita à França. Discurso pronunciado no Aeroporto de Orly, respondendo à saudação do Presidente Giscard D'Estaing. 26 de abril de 1976 .....	69
17 — Visita à França. No Palácio Trianon, por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente Giscard D'Estaing. 26 de abril de 1976 .....	71
18 — Visita à França. Respondendo à saudação do Presidente do Conselho de Paris, no «Hôtel de Ville». 27 de abril de 1976 .....	79
19 — Visita à França. Saudando o Presidente do Conselho Municipal de Paris, após almoço no Hotel de Lauzun. 27 de abril de 1976 .....	81
20 — Visita à França. Entrevista concedida a jornalistas brasileiros. 27 de abril de 1976 .....	83
21 — Em Volta Redonda — RJ. ao ensejo do Dia do Trabalho. 1º de maio de 1976 .....	89
22 — Visita à Inglaterra. Agradecendo ao discurso de boas vindas do Lord Mayor de Westminster. 4 de maio de 1976 .....	99
23 — Visita à Inglaterra. Respondendo à saudação da Rainha Elizabeth, por ocasião do banquete no Palácio de Buckingham. 4 de maio de 1976 .....	101
24 — Visita à Inglaterra. Após o almoço oferecido pelo Primeiro-Ministro Callaghan. 5 de maio de 1976 .....	107
25 — Visita à Inglaterra. Resposta ao discurso de boas vindas do Lord Mayor de Londres, no Guildhall. 5 de maio de 1976 .....	109

26 — Visita à Inglaterra. Agradecendo saudação do Lord Mayor de Londres, após banquete no Guildhall. 5 de maio de 1976 .....	111
27 — Visita à Inglaterra. Entrevista concedida a jornalistas brasileiros. 6 de maio de 1976 .....	117
28 — Improvise em Salvador — BA. 13 de maio de 1976 ...	127
29 — Improvise em Camaçari — BA. 13 de maio de 1976 ...	131
30 — Improvise em Feira de Santana — BA. 14 de maio de 1976 .....	135
31 — Improvise em Gramado — RS, por ocasião da V Feira Nacional do Artesanato. 21 de maio de 1976 .....	137
32 — Improvise em Porto Alegre — RS, durante o II Congresso de Vereadores da ARENA do Rio Grande do Sul. 21 de maio de 1976 .....	139
33 — Improvise em João Pessoa — PB. 3 de junho de 1976 ..	147
34 — Improvise no Palácio do Planalto, por ocasião da visita dos Estagiários da Escola Superior de Guerra. 7 de junho de 1976 .....	149
35 — No Rio de Janeiro — RJ, na sessão de abertura do III Encontro Nacional dos Exportadores (ENAEX). 14 de junho de 1976 .....	151
36 — Na Câmara dos Deputados, discurso na sessão de abertura do Simpósio O Homem e o Campo, promovido pela Fundação Milton Campos, da ARENA. 23 de junho de 1976	157
37 — Em Andrelândia — MG, improviso durante visita à Ferrovia do Açúcar. 2 de julho de 1976 .....	177
38 — Improvise em Porto Alegre — RS, no encerramento do VII Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais. 16 de julho de 1976 .....	181
39 — Improvise em Cubatão — SP, por ocasião da inauguração de Alto-forno da COSIPA. 23 de julho de 1976 .....	187
40 — Improvise no Planalto, agradecendo à saudação de aniversário feita pelo Ministro Golbery do Couto e Silva. 3 de agosto de 1976 .....	191
41 — No Planalto, de improviso, agradecendo saudação de aniversário feita pelo Ministro Armando Ribeiro Falcão. 3 de agosto de 1976 .....	193
42 — Improvise em Jauá — SP. 13 de agosto de 1976 .....	195

43 — Improviso na SUDENE, em Recife — PE. 20 de agosto de 1976 .....	199
44 — Discurso no Palácio do Planalto, por ocasião da abertura da Semana da Pátria. 1º de setembro de 1976 .....	201
45 — Visita ao Japão. Agradecendo banquete oferecido pelo Imperador Hiroito. 16 de setembro de 1976 .....	203
46 — Visita ao Japão. Durante almoço oferecido pelo Keidanren. 17 de setembro de 1976 .....	207
47 — Visita ao Japão. Durante jantar oferecido pelo Primeiro-Ministro Takeo Miki. 17 de setembro de 1976 .....	215
48 — Visita ao Japão. Durante almoço no Nippon Press Center. 18 de setembro de 1976 .....	221
49 — Visita ao Japão. Entrevista concedida a jornalistas japoneses. 18 de setembro de 1976 .....	227
50 — Visita ao Japão. Discurso proferido por ocasião de banquete oferecido ao Imperador Hiroito. 18 de setembro de 1976 .....	237
51 — Visita ao Japão. Entrevista concedida a jornalistas brasileiros. 18 de setembro de 1976 .....	241
52 — Improviso em Tubarão — SC. 24 de setembro de 1976 .....	255
52 — Improviso em Itajaí — SC. 24 de setembro de 1976 ...	259
54 — Improviso em Blumenau — SC. 24 de setembro de 1976 .....	265
55 — Improviso em Campinas — SP. 1º de outubro de 1976 .....	269
56 — Discurso em Campinas — SP. No encerramento do X Congresso Brasileiro de Rad. difusão, promovido pela Associação de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT. 1º de outubro de 1976 .....	271
57 — Improviso em Bento Gonçalves — RS. 8 de outubro de 1976 .....	275
58 — Improviso em Veranópolis — RS. 8 de outubro de 1976 .....	277
59 — Saudando, no Palácio da Alvorada, os dirigentes da ARENA. 14 de outubro de 1976 .....	279
60 — Improviso em Campos — RJ. 15 de outubro de 1976 ..	285
61 — Improviso em Niterói — RJ. 22 de outubro de 1976 ...	287
62 — Improviso por ocasião do almoço comemorativo do 108º Aniversário do Clube Ginástico Português, no Rio de Janeiro — RJ. 22 de outubro de 1976 .....	289

63 — Improvise em Nova Iguaçu — RJ. 22 de outubro de 1976	293
64 — Improvise em Juiz de Fora — MG. 26 de outubro de 1976	295
65 — Improvise em Caxias do Sul — RS. 28 de outubro de 1976 .....	301
66 — Improvise em Santo Ângelo — RS. 28 de outubro de 1976	303
67 — Improvise em Estrela — RS. 29 de outubro de 1976 ..	305
68 — Improvise em Guarapuava — PR. 30 de outubro de 1976	309
69 — Improvise em Cascavel — PR. 30 de outubro de 1976	311
70 — Improvise em Teresina — PI. 3 de novembro de 1976	313
71 — Saudando o Presidente da República do Peru, o General-de-Exército Don Francisco Morales Bermúdez Cerrutti, a bordo do Navio-patrolha Fluvial «Pedro Teixeira». 5 de novembro de 1976 .....	317
72 — Improvise em Goiânia — GO. 9 de novembro de 1976	323
73 — Improvise em Anápolis — GO. 9 de novembro de 1976	327
74 — Improvise em Maceió — AL. 12 de novembro de 1976	329
75 — Improvise no Palácio do Planalto, por ocasião da visita dos Representantes da Junta Interamericana de Defesa. 19 de novembro de 1976 .....	333
76 — Discurso no Itamaraty, abrindo a VIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata. 7 de dezembro de 1976 .....	337
77 — Improvise no Palácio do Planalto, ao sancionar a Lei que altera a Consolidação das Leis do Trabalho. 9 de dezembro de 1976 .....	343
78 — Discurso pronunciado por ocasião do banquete oferecido, no Itamaraty, ao Senhor Mário Soares, Primeiro-Ministro de Portugal. 15 de dezembro de 1976 .....	345
79 — Improvise no Palácio do Planalto, agradecendo os votos de Boas Festas dos Chefes de Missões Diplomáticas. 20 de dezembro de 1976 .....	351
80 — Agradecendo aos Oficiais Gerais das Forças Armadas os cumprimentos de fim de ano, durante almoço no Ministério do Exército, em Brasília. 22 de dezembro de 1976	355
81 — Saudação de fim de ano ao povo brasileiro, pela televisão. 29 de dezembro de 1976 .....	361
82 — Mensagem ao povo paraguaio, transmitida pela Rádio Primeiro de Marzo, de Assunción. 31 de dezembro de 1976	375

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

COMPOSTO E IMPRESSO  
NO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
EM FEVEREIRO DE 1977  
BRASÍLIA